UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAEL SANDRIN DA CRUZ

O PSDB NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA SOCIAL-DEMOCRATA NO BRASIL

Franca/SP
2024

RAFAEL SANDRIN DA CRUZ

O PSDB NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA SOCIAL-DEMOCRATA NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: Política: ações e representações.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Biason.

Franca/SP

2024

C957p

Cruz, Rafael Sandrin da
O PSDB NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA SOCIAL-DEMOCRATA NO BRASIL / Rafael Sandrin da Cruz. -- Franca, 2024
150 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientador: Rita de Cássia Biason

1. Social-democracia. 2. Partido da Social Democracia Brasileira. 3. Cultura política. 4. Intelectuais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

RAFAEL SANDRIN DA CRUZ

O PSDB NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA SOCIAL-DEMOCRATA NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: Política: ações e representações.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Biason.

Data da defesa: 06_ / 05/2024

Banca Examinadora:

_____
Profa. Dra. Rita de Cássia Biason (presidente)
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

_____
Profa. Dra. Ana Raquel da Cunha Martins Portugal
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

_____
Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

_____
Prof. Dr. Ney de Souza
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

_____
Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Dedico aos meus avós, José Hermínio Fregolente (*in memoriam*) e Iris Zamarioli Fregolente (*in memoriam*). Aos meus pais, José Maria Fernandes e Isabel Aparecida Sandrin, e à minha irmã, Nayara Sandrin.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Profa. Dra. Rita Cássia Biason por todo o apoio ao longo desses quatro anos. Sua paciência, comprometimento profissional e atenção foram essenciais, especialmente durante nossas discussões sobre política nas reuniões de orientação. Rita, meu sincero obrigado por me incentivar a explorar o estudo da cultura política e por estar ao meu lado nos momentos mais desafiadores. Acredito sinceramente que sem seus valiosos apontamentos, esta pesquisa não teria alcançado o mesmo nível de excelência. Não devo deixar de agradecer pela sua excelência profissional, atenção e dedicação, principalmente pela oportunidade de voltar a cursar pós-graduação.

Expresso também minha gratidão à Prof. Dra. Márcia Pereira, cuja participação no exame de qualificação e cujas sugestões foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho. Principalmente ao Prof. Dr. Ney de Souza que participou do exame de qualificação e que deu sugestões relevantes para aprimoramento deste trabalho. “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”. Deste modo não poderia deixar de agradecer esta instituição por ter financiado grande parte da pesquisa.

Não posso deixar de mencionar meus colegas de doutorado com quem tive o privilégio de trocar ideias e discutir questões relacionadas à pesquisa, especialmente Lucas, Luan, Sofia, Fábio, Ricardo, pessoas com quem tive a oportunidade de conviver durante as aulas do Doutorado. Agradeço também ao Marlon, com quem discuti diversos aspectos deste estudo.

Agradeço ao Prof. Dr. Marcos Sorilha por sua orientação e estímulo na discussão de questões teóricas sobre cultura política, que foram cruciais para embasar este trabalho. Grande parte dos textos discutidos nas aulas foram usados como referencial teórico para a presente pesquisa.

À minha namorada, Selma Barra Nova, expresso minha profunda gratidão por seu incentivo e apoio durante esta jornada de estudos, especialmente durante a fase final da pesquisa, e pelas conversas que tivemos sobre os temas relacionados à presente tese. Principalmente pela compreensão nos momentos finais em que precisei dar atenção especial mais a tese.

À Maísa, secretária do Programa de Pós-Graduação em História da Unesp de Franca que sempre atendeu não só a mim, mas aos demais alunos com profissionalismo e atenção.

Ao Prof. Dr. José Adriano Fenerick que me permitiu a realização do estágio em sua disciplina.

Devo um agradecimento especial à Prof. Mirian Sales, excelente profissional que me incentivou a prosseguir com meus estudos e apoiou minha escolha pelo caminho da História.

Devo um agradecimento especial ao saudoso Israel Pereira, cuja memória e apoio continuam a me inspirar. Fico honrado por ter tido a oportunidade de conviver com ele e por saber que sentia orgulho do meu percurso acadêmico.

Por fim, gostaria de expressar minha gratidão à Bruna Bengozi pela correção deste texto e por ter realizado várias correções quando precisei.

RESUMO

A presente tese teve como objetivo discutir o modo como intelectuais e políticos enxergavam a realidade brasileira e as formas de intervenção para a realização de medidas de desenvolvimento do país. Foi destacado o papel dos intelectuais na formação do PSDB, almejando compreender a construção de uma cultura política peessedebista por meio de seu viés social-democrata. O conceito de cultura política, comumente trabalhado por historiadores, como Gabriel Almond, Sidney Verba e Serge Berstein ajudou no entendimento dos vários comportamentos de políticos e intelectuais no que tange à esfera política. A análise dos discursos políticos e de intelectuais, como Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, foi o aporte metodológico para a realização desta pesquisa. Nesse contexto, o debate intelectual possuía uma linguagem específica, visto ser organizado por pessoas que tinham interesse em desenvolver um projeto social-democrata no país. Portanto, a reflexão sobre as ideias políticas, oriundas das discussões, permitiu estudar o comportamento político dos membros do partido durante seu processo de formação. Por fim, esta investigação se justificou frente ao interesse de estabelecer uma reflexão sobre o papel do PSDB na construção de uma cultura política de defesa dos valores sociais e democráticos.

Palavras-chave: Social-democracia; Partido da Social Democracia Brasileira; Cultura política; Intelectuais.

ABSTRACT

The present thesis aimed to discuss how intellectuals and politicians perceived the Brazilian reality and the interventions needed to implement development measures in the country. The role of intellectuals in the formation of the PSDB was highlighted, seeking to understand the construction of a social-democratic culture within the party. The concept of political culture, commonly addressed by historians such as Gabriel Almond, Sidney Verba, and Serge Berstein, aided in understanding the various behaviors of politicians and intellectuals in the political sphere. The analysis of political speeches and intellectuals' views, such as Francisco Weffort and Fernando Henrique Cardoso, provided the methodological framework for this research. In this context, intellectual debate had a specific language, as it was organized by individuals interested in developing a social-democratic project in the country. Therefore, reflecting on the political ideas stemming from these discussions allowed for the study of the political behavior of party members during its formation process. This investigation was justified by the interest in establishing a reflection on the role of the PSDB in constructing a political culture that defends social and democratic values.

Keywords: Social-democratic; Brazilian Social Democratic Party; Political culture; Intellectuals.

RÉSUMÉ

Cette thèse visait à discuter de la manière dont les intellectuels et les hommes politiques percevaient la réalité brésilienne et les formes d'intervention pour mener à bien des mesures de développement dans le pays. On met en évidence le rôle des intellectuels dans la formation du PSDB, visant à comprendre la construction d'une culture politique du PSDB à travers son parti pris social-démocrate. Le concept de culture politique, couramment travaillé par des historiens tels que Gabriel Almond, Sidney Verba et Serge Berstein, a permis de comprendre les différents comportements des hommes politiques et des intellectuels à l'égard de la sphère politique. L'analyse de discours politiques et intellectuels, tels que Francisco Weffort et Fernando Henrique Cardoso, a été le support méthodologique pour mener à bien cette recherche. Dans ce contexte, le débat intellectuel avait un langage spécifique, car il était organisé par des personnes intéressées par le développement d'un projet social-démocrate dans le pays. Ainsi, la réflexion sur les idées politiques issues des discussions a permis d'étudier le comportement politique des membres du parti au cours de son processus de formation. Enfin, cette enquête se justifiait dans l'intérêt d'établir une réflexion sur le rôle du PSDB dans la construction d'une culture politique de défense des valeurs sociales et démocratiques.

Mots-clés: Démocratie sociale; Parti social-démocrate brésilien; Culture politique; Intellectuels.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CPDOC-FGV	Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MUP	Movimento Unificado Progressista
ONGs	Organizações Não Governamentais
PDC	Partido da Democracia Cristã
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOE	Partido Socialista Operário Espanhol
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SPD	Partido Social-Democrata

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1 REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E A FUNDAÇÃO DO PSDB 23
1.1 PMDB e os primórdios do Governo Sarney 23
1.2 Discordâncias dentro do PMDB: o começo de uma ruptura 29
1.3 O PSDB e as eleições de 1988 e 1989 46
1.4 O PSDB no Governo Itamar Franco 51

2 O QUE É SOCIAL-DEMOCRACIA? 55
2.1 Por uma definição de social-democracia 55
2.2 Debate teórico sobre social-democracia 56
2.3 Surgimento do *welfare state* 58
2.4 Debates sobre a terceira via 63

3 EXISTE UMA CULTURA POLÍTICA PEESSEDEBISTA? 68
3.1 Conceito de cultura política 68
3.2 A social-democracia segundo os fundadores do PSDB 74

CONSIDERAÇÕES FINAIS 139

REFERÊNCIAS 142

INTRODUÇÃO

O Brasil, em março de 1964, sofreu um golpe militar e passou a ser governado por militares eleitos pelo Colégio Eleitoral. O primeiro presidente militar, Humberto Castelo Branco, propôs diversas medidas, como a cassação dos direitos políticos de parlamentares oposicionistas; trabalhou, no entanto, para que civis assumissem mandato. Porém, como explicado pelo historiador Thomas Skidmore, após a morte do presidente, o general Costa e Silva assumiu o poder e aprovou o Ato Institucional AI-5, que institucionalizou a censura dos meios de comunicação e a tortura, "justificando a necessidade de proteger a segurança nacional" (Skidmore, 1998, p. 29). O governo do presidente Médici deu continuidade à dura repressão aos movimentos de oposição ao regime militar formados por estudantes, grupos armados e imprensa. O Brasil teve um grande crescimento econômico, porém, segundo Skidmore, a crise do petróleo conteve o crescimento do país, em grande parte, pelo aumento do preço do produto determinado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1974 (Skidmore, 1998, p. 259).

No mesmo ano, o Colégio Eleitoral elegeu o presidente Ernesto Geisel, que tinha intenção de conduzir a transição para a democracia. Entretanto, essa passagem foi lenta e gradual, a fim de que os militares pudessem controlar as arenas decisórias do poder. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição, conseguiu vitórias nas assembleias legislativas estaduais, embora os governadores fossem eleitos pelos respectivos colégios eleitorais (Skidmore, 1998, p. 259). Assim, a oposição conseguiu ampliar a quantia de deputados de 85 para 164; já no Senado, a soma foi de 7 para 20. A Lei Falcão, aprovada em 1976, proibiu a realização de campanhas pela TV e rádio para impedir o avanço eleitoral da oposição. Diante da ascensão dos políticos contrários ao governo militar, cerca de um terço dos senadores deveriam ser eleitos pelos legislativos municipais, uma vez que as cidades eram controladas por políticos ligados ao partido do regime, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

O presidente Figueiredo assumiu o poder em 1979 com a tarefa de conduzir o processo de transição política. Uma das medidas do seu governo permitia a formação de partidos políticos, estratégia adotada com o objetivo de enfraquecer os opositores do regime. O MDB passou a se chamar Partido da Mobilização Democrática Brasileira, e foram criadas outras legendas, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

A oposição venceu em oito dos 23 estados brasileiros, incluindo São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A partir dessa vitória, a oposição liderou a campanha pela eleição

direta para presidente, que contou com a participação de artistas e políticos. Em 1985, o Colégio Eleitoral elegeu como presidente Tancredo Neves, do PMDB, que tinha como concorrente o candidato do PDS, Paulo Maluf. Nesse contexto, o Partido da Frente Liberal (PFL) se colocou como uma dissidência do partido do governo, já que não concordava com a indicação de Maluf, e passou a apoiar Tancredo. Com a morte do recém-eleito presidente, José Sarney assumiu o poder e teve como tarefa conduzir a política após a democratização. Ressalta-se que Sarney não era visto com bons olhos dentro do cenário político, uma vez que era aliado do regime militar.

Em um primeiro momento, ao realizar uma análise sobre o comportamento do PSDB, cabe discutir os fatores que levaram à sua fundação. A formação dessa agremiação se deu em uma conjuntura de debate sobre a criação da Assembleia Constituinte brasileira após o processo de redemocratização. O núcleo responsável pela fundação dessa instituição era oriundo do PMDB e tinha atuação expressiva no meio parlamentar (Covas..., 1987, n. p.)[1]. O senador paulista Mário Covas ocupou papel de destaque como líder peemedebista na formulação da Constituição de 1988 e, durante o processo, demonstrou descontentamento com os rumos do partido, que foi favorável à extensão do mandato presidencial de José Sarney para cinco anos. Portanto, os políticos fundadores do PSDB eram oriundos do PMDB, mas tinham postura progressista (Dissidentes..., 1988, p. A5).

Nessa perspectiva, é possível perceber como se deu início ao processo de construção de um novo partido. Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente da Câmara, fez um apelo para que Covas continuasse liderando os trabalhos de formulação da Constituição, sem que abandonasse o partido. Já os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Euclides Scalco (PMDB-PR) e Pimenta da Veiga (sem partido-MG) eram parlamentares que estavam debatendo a formação de um partido que encampasse as bandeiras de um regime social-democrata. No dia 4 de junho de 1988, foi realizada uma reunião envolvendo os políticos e que contou com participação dos senadores Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), do deputado José Richa (PMDB) e do político paulista André Franco Montoro. Nesse encontro, foi destacada a necessidade de o futuro partido ter um candidato à presidência da República (Covas..., 1987, n. p.).

André Franco Montoro foi uma das figuras proeminentes na formação do PSDB; inclusive suas falas destacavam preocupação com políticas em defesa da social-democracia (Franco Montoro, 1988b, p. 1-3). Franco Montoro pronunciou um discurso na reunião de

[1] O artigo de jornal citado está disponível sob a forma de recorte no endereço eletrônico destacado acima. Nesse caso, não foi mencionado o autor nem a seção.

fundação do partido, considerando que o momento que estava participando era tão importante quanto as Diretas Já, e que a criação de uma nova agremiação era sinal de inconformismo com os rumos que a política brasileira estava tomando, ou seja, a manutenção da prática de políticas clientelistas. O jurista considerou que o regime parlamentarista ampliaria a participação políticas dos cidadãos e que limitaria os excessos de poder do presidente. Percebe-se, então, que o político defendia a via parlamentarista, conferindo ênfase ao aumento do poder de decisão dos parlamentares em detrimento das ações do presidente e do primeiro-ministro (Franco Montoro, 1988b, p. 1-3).

O PMDB foi um dos partidos que exerceram papel proeminente na condução das Diretas Já, com políticos de destaque, como Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso, na vitória do movimento pela realização de eleições. Foi criada uma chapa que tinha Tancredo Neves como candidato à presidência e José Sarney como vice. Segundo a análise do historiador Boris Fausto (2006, p. 511), “Sarney era visto com muitas restrições pelo PMDB, pois até recentemente tinha sido uma das principais figuras do PDS”. Na eleição indireta em 1985, Tancredo Neves saiu vitorioso da eleição. Assim, o partido liderou a luta pela redemocratização do país e assumiu o poder após o fim do regime militar.

Ao final do processo de restauração da democracia, havia a preocupação em estabelecer uma Constituição. Dessa forma, o partido teve papel proeminente na condução dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), com importantes nomes, como Ulysses Guimarães e Mário Covas. O senador paulista já vinha conquistando destaque enquanto representante do PMDB, sendo responsável por liderar os processos e debates durante a elaboração do texto da Constituição brasileira, e despontava como opositor de Sarney. No grupo de peemedebistas críticos ao governo Sarney, também estavam Fernando Henrique Cardoso, André Franco Montoro e Teotônio Vilela, descontentes com os rumos adotados pelo partido. Com as eleições presidenciais de 1989 se aproximando, os políticos descritos acima estavam em busca de espaço político para concorrer às eleições e ter mais acesso às arenas decisivas em nível federal (Covas..., 1987, n. p.).

Havia rumores de que Mário Covas havia se credenciado para se tornar candidato à presidência pelo PMDB, como foi destacado pelo jornal Correio Braziliense no dia 13 de setembro de 1987. O referido meio de comunicação destacou que o senador paulista havia se tornado adversário do deputado Ulysses Guimarães na luta pela vaga à candidatura de chefia do Executivo federal pelo partido. Nessa perspectiva, Covas foi considerado político de oposição ao governo Sarney. Portanto, existiam dois grupos políticos dentro do PMDB (Covas..., 1987, n. p.).

O governo do presidente José Sarney também foi alvo de duras críticas por Franco Montoro, que o acusou de práticas clientelistas e de favorecimento pessoal. É interessante observar que os questionamentos à administração de Sarney revelavam o objetivo dos futuros membros do PSDB em deslegitimar a atuação do então presidente, visto que, na arena política, os fundadores do partido buscavam ocupar espaços no governo pela via eleitoral (Dissidentes..., 1988, p. A5).

Sendo assim, a conjuntura histórica de formação do PSDB ocorreu durante a elaboração da Constituição de 1988. Mário Covas foi eleito senador pelo PMDB-SP e já se cogitava que ele iria manter uma postura contrária à duração do mandato de cinco anos do presidente Sarney (Casado, 1988, p. 6), uma vez que o político defendia o período de quatro anos. Durante os trabalhos em plenário, foi estabelecida a realização das eleições em 15 de novembro de 1989, vencendo aqueles que defendiam o mandato presidencial de cinco anos. O senador paulista destacou que o grupo político do então presidente estava mais preocupado em estender mandato por mais um ano do que com a realização da reforma tributária. Ainda enfatizou que os estados e municípios deveriam ter certos encargos e obrigações a cumprir, com o objetivo de desenvolver a citada reforma:

> Acabamos de aprovar um texto base para as disposições transitórias feitas pelo centrão no qual simplesmente não consta essa transferência de encargos e obrigações – ao contrário do que acontecia no texto base proposto pela comissão de sistematização isso é incrível e o governo que é o maior interessado não deu sequer uma palavra de orientação para que o centro do partido evitasse isso simplesmente porque estava preocupado com o mandato e nada mais (Casado, 1988, p. 6)[2].

Em uma reportagem do jornal Gazeta Mercantil, publicada no dia 3 de junho de 1988, o senador Mário Covas, que ainda não havia saído do PMDB, foi considerado como um dos candidatos favoritos para a eleição presidencial de 1989, sendo figura política próxima do campo progressista (Casado, 1988, p. 6).

Por ter sido uma força política que teve um papel importante no processo de redemocratização, o PMDB congregava grupos políticos que manifestavam divergências internas. Dessa forma, o presidente da República foi acusado de práticas clientelistas, de corrupção e de estar mais próximo de setores conservadores e distante do campo progressista.

[2] A denominação “centrão” surgiu durante vários momentos da Assembleia Constituinte Nacional para se referir tanto aos deputados de postura conservadora quanto aos associados ao governo de José Sarney. Já parlamentares como Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, que tinham postura de oposição ao governo, eram considerados progressistas e de centro-esquerda.

Embora o objetivo de políticos, como Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, fosse a formação de um partido de centro-esquerda que defendesse as classes trabalhadoras, a falta de espaço dentro do próprio PMDB também contribuiu com a saída de diversos nomes, como Euclides Scalco, José Richa, além dos já citados Covas e Fernando Henrique Cardoso.

Essa dissidência ficou marcada nas eleições estaduais. Conforme afirma Soraia Marcelino Vieira:

> Eleito governador em 1986 com 41 por cento dos votos, [Orestes Quércia] ganhou espaço e poder dentro do PMDB e deixou claro que não ia perdoar o apoio que seguidores de Fernando Henrique e Franco Montoro prestaram a campanha de seu opositor o então governador de São Paulo adotou uma postura clientelista, excluindo das ações do governo os políticos ligados ao senador Fernando Henrique Cardoso, ao deputado José Serra e ao ex-governador Franco Montoro (Vieira, 2012, p. 69).

É importante observar que o governador Orestes Quércia procurou excluir da participação no governo os políticos descritos anteriormente que apoiaram o candidato ao governo Antônio Ermírio de Moraes, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), nas eleições realizadas em 1986.

Dessa forma, ao propor estudar a cultura política peessedebista, verifica-se que os discursos políticos são importantes fontes para destacar seu objetivo: a formação de um partido social-democrata. As ideias produzidas pelos intelectuais serão objeto de estudo para promover a (re)constituição histórica da criação da agremiação. Como mencionado, o PSDB foi responsável pela constituição, no Brasil, de uma cultura política social-democrata. Esta pesquisa analisará os debates intelectuais e políticos que contribuíram para a formação de uma cultura política peessedebista. Portanto, o recorte temporal desta investigação ficará circunscrito entre os anos de 1988 e 1994, período marcado pela fundação do partido até a sua ascensão ao governo federal. Foram desenvolvidos estudos sobre a atuação do PSDB na condução da presidência da República; a reflexão sobre uma cultura política peessedebista, no entanto, ainda é um assunto a ser explorado no campo da pesquisa histórica[3].

Por fim, estudar os debates intelectuais que culminaram na formação do partido é uma tarefa relevante para o campo da História Política e busca compreender se o PSDB foi criado como dissidência do PMDB e como se tornou uma das principais forças políticas brasileiras. Além disso, falar de uma cultura política peessedebista implica destacar os valores, comportamentos e ideias políticas dos fundadores do partido (Cardoso, 1990, p. 4).

[3] Sobre a atuação do PSDB no governo federal, ver Guiot (2006), Roma (2002) e Vieira (2012).

É importante destacar que o conceito de cultura política foi discutido nesta pesquisa com o objetivo de analisar os comportamentos dos políticos pessedebistas**.** O desenvolvimento do estudo sobre cultura política foi fruto do processo de reformulação da História Política. A História Política tradicional era considerada "elitista, factual", já que concentrava as pesquisas em grandes personagens e batalhas memoráveis, sendo responsável por analisar a trajetória das classes dirigentes. A História Política positivista baseava seus métodos nas ciências naturais e seus expoentes procuravam destacar os "acontecimentos como eles realmente ocorreram". Entretanto, o referido campo de pesquisa foi alvo de ataques da Escola dos *Annales*, concebida em 1929 e que defendia a problematização da História[4].

Os analistas que tinham Lucien Febvre e Marc Bloch como principais expoentes eram favoráveis à problematização do campo da pesquisa histórica e à diversificação do uso de fontes, que variavam desde materiais escritos até uso de obras de arte, utensílios materiais, audiovisuais etc. A chamada "História Nova" concentrou suas análises em personagens marginalizados pelas pesquisas, como mulheres, negros, mendigos, dentre outros. Nesse contexto, a História Política passou por um processo de reformulação metodológica e contribuiu para que novos objetos de estudos fossem abordados, por exemplo, a cultura política. Assim, na visão do historiador René Rémond (2003, p. 35), "a noção de cultura política, que está prestes a ocupar a reflexão e explicação dos fenômenos políticos um lugar proporcional ao vazio que ela acaba de preencher, implica continuidade na longuíssima duração".

Já para o historiador Serge Berstein (1998, p. 353), o conceito de cultura política se trata de "[...] um conjunto de referentes formalizados no seio de um partido, ou mais largamente difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas". Para o autor, não existe uma pluralidade de culturas políticas em uma nação, o que pressupõe que cada segmento social, como os partidos políticos, possui um comportamento frente a um determinado contexto político. É pertinente observar que o conceito destacado acima foi objeto de estudos de vários intelectuais. Nessa perspectiva, houve trabalhos importantes sobre a cultura política. Dentre eles, cita-se o livro de Gabriel Almond e Sidney Verba, *The civic culture* [*A cultura cívica*, em tradução livre], que destacou a ideia de que a cultura política se refere a orientações políticas "[...] de uma determinada sociedade bem como sentimentos e avaliação da sua população" (Almond; Verba, 1965, p. 12). Tais autores afirmaram que as

[4] O movimento da Escola dos *Annales* e a revista *Annales d'historie économique et sociale* tinham como fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre, que defendiam a formulação de novos problemas e o uso dos métodos de outras ciências sociais dentro do campo da pesquisa histórica. Os historiadores franceses se colocaram a favor do estudo de uma história problematizada em detrimento de uma história síntese (Castro, 1997, p. 45-59).

orientações políticas podem ser um sistema de crença, isto é, uma orientação afetiva sobre o sistema político. Logo, ressalta-se que existem várias culturas políticas, sejam elas de um partido ou de um determinado grupo social.

Há importantes estudos sobre o pensamento político, fundamentais para o desenvolvimento de uma discussão sobre o conceito de cultura política. Dentre eles, o historiador Quentin Skinner (1996) definiu que as ideias políticas são constituídas dentro de um contexto histórico por determinados autores. O autor buscou enfatizar que as ideias são formas que demonstram o posicionamento de teóricos políticos e ainda chamou a atenção para a necessidade de se estabelecer a conexão entre teoria e prática política. Por sua vez, o historiador John G. A. Pocock desenvolveu uma discussão conceitual sobre linguagens políticas. Ao invés de pensar o vínculo entre período histórico e formação das ideias políticas, o estudioso destacou a premissa que as linguagens são meios oferecidos a um autor dentro de um determinado contexto histórico e linguístico para responder a determinadas questões políticas ou problemas. Uma grande parte de nossa prática como historiadores consiste em aprender a ler reconhecer os diversos idiomas do discurso político da forma pela qual se encontravam disponíveis na cultura e na época em que o historiador está estudando: identificá-los à medida que aparecem na textura linguística de um determinado texto e saber o que eles comumente teriam tornado possível ao autor propor ou dizer (Popock, 2003, p. 33).

Como foi reiterado, as linguagens são concebidas como um meio usado por alguns autores para responder a determinados problemas. Por fim, além de realizar uma discussão teórica sobre cultura política, é necessário desenvolver um debate sobre o conceito de social-democracia. O trabalho de Adam Przeworski foi importante para o estudo dessa concepção, pois o autor destacou que os políticos e intelectuais abandonaram o projeto revolucionário e passaram a defender a participação nas eleições como forma de lutar pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores[5].

Após realizar uma discussão sobre o conceito de cultura política, foram examinados os debates políticos e intelectuais que contribuíram para a fundação do PSDB e sua ascensão ao poder entre os anos de 1988 e 1994. Secundariamente, foram analisados quais eram os valores e princípios que faziam parte do universo da cultura política peessedebista, visando à defesa dos valores sociais-democratas no Brasil.

É pertinente notar que a formação política do partido em estudo foi precedida pelas discussões sobre problemas que assolavam o país, como a fome e a desigualdade social. O

[5] Sobre debates acerca da social-democracia, ver Przeworski (1988).

debate político foi constituído pelos fundadores do PSDB, pois eles sentiram a necessidade de problematizar e dialogar sobre as medidas que deveriam fazer parte de um programa político social-democrata, a fim de diminuir as mazelas sociais.

Também cabe destacar, nesta discussão, quais foram as causas que levaram à realização de debates políticos no período anterior à formação do PSDB. O que estava em jogo era a criação de um partido que buscasse lutar contra a concentração de renda. O objetivo era, então, a formação de uma agremiação que defendesse políticas voltadas às classes mais pobres.

Ao realizar uma reflexão sobre as ideias que antecederam a criação do PSDB, é necessário enfatizar que intelectuais, como Fernando Henrique Cardoso, Hélio Jaguaribe, José Serra André Franco Montoro e Mário Covas, contribuíram para que se formasse uma cultura política peessedebista. Tais pensadores afirmavam, de forma reiterada, que o país sofria com grandes índices de injustiças sociais, que eram, por sua vez, considerados entraves ao desenvolvimento social e econômico. Entretanto, é preciso fazer uma ressalva. Quando se fala em uma cultura política dos autores ligados ao partido em estudo, é necessário considerar que ela implicou a defesa do desenvolvimento social e a modernização da economia, ou seja, a ideia de que o Estado deveria contribuir com políticas sociais voltadas às classes mais pobres sem prejudicar o setor privado da economia.

Diante do trabalho de (re)constituição histórica das discussões políticas que culminaram com a criação do PSDB, ressalta-se que Montoro constituiu discursos em defesa da premissa de que o Estado não deveria taxar os empresários de forma exagerada. Já Fernando Henrique Cardoso se preocupou em participar dos debates intelectuais sobre valores sociais-democráticos, pois considerava que eles seriam importantes para a abertura econômica e a distribuição de renda, principalmente, no incentivo à promoção do emprego. O sociólogo e político destacou que a geração de postos de trabalho seria uma medida que deveria fazer parte de um programa social-democrata e que ajudaria a promover a melhoria das condições de vida das classes sociais mais pobres.

> Decididamente, do lado dos trabalhadores. Não basta afirmar que todos os homens nascem livres e iguais, se uma minoria concentra ‘toda a riqueza e o poder na sociedade e a maioria não consegue uma retribuição justa pelo seu trabalho. Igualdade real, para a social-democracia, significa salários crescentes e oportunidades iguais de crescer e se desenvolver como ser humano para todos os trabalhadores e filhos de trabalhadores (Cardoso, 1990a, p. 8).

Partindo de uma análise preliminar das ideias de Fernando Henrique Cardoso, considera-se que o intelectual elegeu o desenvolvimento da economia como uma premissa que permitiria a geração de empregos e possibilitaria ao trabalhador ter acesso a oportunidades de crescimento. Para ele, o Estado teria como função impedir que houvesse concentração de renda nas mãos de poucas pessoas.

Mas o debate intelectual não ficou circunscrito apenas ao período de formação do PSDB em 1988: ele se estendeu até a ascensão de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República pelo partido na eleição de 1994. É válido destacar que políticos e intelectuais acreditavam que o espaço político da centro-esquerda deveria ser ocupado pelos políticos da referida legenda. Os fundadores dessa agremiação, como o próprio Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e André Franco Montoro, Hélio Jaguaribe, Luiz Carlos Bresser Pereira e José Serra não apenas trabalharam pela construção de um partido de cunho social-democrático, como também acreditaram que o PSDB deveria ocupar o poder político e implementar medidas, como a valorização do salário-mínimo, a fim de diminuir as injustiças sociais e melhorar o poder de compra da classe trabalhadora.

Tendo por objetivo desenvolver um trabalho de (re)construção histórica da cultura política peessedebista, foi utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo, que consiste na "construção de conjectura baseada nas hipóteses" (Lakatos; Marconi, 1993, p. 106). Tal procedimento se dá por meio da investigação científica que se desencadeia a partir da percepção de uma lacuna nos conhecimentos (Lakatos; Marconi, 1993, p. 106-107).

A análise qualitativa permite analisar o comportamento político e os discursos de intelectuais que contribuíram para a formação do PSDB e que ajudaram a desenvolver um debate sobre a social-democracia. Existem dois tipos de fontes históricas, segundo o historiador Júlio Aróstegui (2006), ou seja, fontes voluntárias e involuntárias. Os documentos trabalhados nesta pesquisa se enquadram no primeiro caso, ou seja, são voluntários, visto que retratam a ideologia, o imaginário e o comportamento dos autores que promoveram debates sobre os valores sociais-democráticos.

É necessário destacar também que as fontes utilizadas no desenvolvimento desta investigação se dividem em dois tipos: fontes primárias e fontes secundárias. Os documentos primários são aqueles relacionados ao processo de fundação do PSDB, como as reportagens jornalísticas *Covas e o PMDB*, do jornal Correio Braziliense, publicada no dia 13 de julho de 1988, e *Dissidentes debatem estatuto do novo partido*, da *Folha de S.Paulo*, veiculada no dia 4 de junho de 1988. Tais informações históricas foram produzidas durante a formação do partido e possibilitam entender a saída de dissidentes do PMDB.

Os discursos de André Franco Montoro, pronunciados durante a cerimônia de fundação do PSDB, no dia 20 de junho de 1988, também fazem parte do conjunto de fontes primárias e são relevantes para esta investigação, pois foram produzidas durante o processo de formação do partido[6] e ajudam na compreensão da cultura política da nova agremiação. Além disso, são pertinentes os documentos escritos por esse autor antes da fundação da legenda, datados de 7 de junho e que estão à disposição dos pesquisadores no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. Vale destacar que as correspondências de Franco Montoro trocadas com outros políticos são importantes fontes históricas abordadas neste estudo, pois evidenciam o comportamento do partido perante a política brasileira.

Após o levantamento de fontes para o desenvolvimento desta pesquisa, os escritos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, como a obra *A Social-Democracia: o que é, o que propõe para o Brasil*, publicada em março de 1990, foram considerados documentos secundários, visto que eles foram compostos no período posterior à formação do PSDB. Portanto, os materiais primários são aqueles que foram produzidos no período de criação do partido, porém, os debates sobre os valores sociais e democráticos não ficaram circunscritos à fundação do partido, como citado nesta tese. Houve documentos primários, como o discurso pronunciado por FHC (1988), *A Crise e as opções nacionais*, em ele critica de forma veemente o governo Sarney. Esse material foi constituído antes mesmo da fundação do PSDB. Por meio de trabalho de levantamento de fontes, também foi selecionado um artigo de FHC (1990, p. 7-32), intitulado *Perspectivas da social-democracia na América Latina vistas do ângulo do Brasil*. O documento foi publicado pelo Instituto Teotônio Vilela e faz parte da coletânea de estudos desenvolvidos sobre social-democracia. Nesse sentido, o referido instituto foi responsável pela publicação de importantes estudos sobre o pensamento social-democrata, que foram igualmente essenciais para a presente pesquisa. Já os cadernos sobre social-democracia, escritos por Fernando Henrique Cardoso, encontram-se em domínio público, disponíveis no *website* do PSDB, uma vez que foram compostos como obras de circulação (Cardoso, 1990). Os discursos pronunciados pelo senador Mário Covas são importantes documentos que foram analisados com objetivo de compreender as ideias defendidas pelos fundadores do PSDB.

[6] Os discursos de Franco Montoro são importantes documentos que estão à disposição de pesquisadores e do público em geral no Arquivo Franco Montoro – Produção intelectual, que compõe o acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/AFM_PI/0. Acesso em: 20 out. 2019.

Por meio do levantamento de fontes, foram encontrados artigos publicados por José Serra no jornal *Folha de S.Paulo*. O economista e então deputado federal eleito pelo Estado de São Paulo atuou como colunista assinando os artigos publicados na seção "Opinião". Tais documentos ajudam, desse modo, a compreender o posicionamentos dos fundadores do PSDB[7]. Críticas foram direcionadas ao cartorialismo e ao populismo, considerados responsáveis pelos problemas sociais brasileiros. O artigo *Sete teses corretas (Comentários sobre a visão econômica do PSDB)* foi escrito pelo político e encontra-se presente na obra organizada por Mauricio Dias David, publicada pelo Instituto Teotônio Vilela (Serra, 1990). Como será explorado neste estudo, além de defender um projeto social-democrata, Serra direcionou suas críticas a tais mazelas que marcavam a política brasileira.

É necessário destacar que Hélio Jaguaribe contribuiu com o debate social-democrata e foi considerado um dos fundadores do PSDB, sendo integrante da comissão executiva do partido. O artigo *Introdução a Social-Democracia* foi escrito pelo intelectual e encontra-se presente na obra A Proposta Social-Democrata, organizada pelo autor citado e que contém as exposições apresentadas no Seminário Internacional sobre a Social-Democracia, realizado entre os dias 24 e 27 de novembro de 1987. Dentro da atmosfera política, houve intensos debates sobre a social-democracia no Brasil[8]. O evento contou com a participação de políticos e intelectuais como Moreira Franco, Francisco Weffort, Wanderley dos Santos Guilherme, dentre outros. O artigo possibilitou compreender que a defesa dos valores sociais e democráticos estava em pauta.

Vale ressaltar que esta tese está organizada do seguinte modo. A introdução é dedicado ao estudo, principalmente, sobre a construção do *corpus* documental analisado. O primeiro capítulo, intitulado "Redemocratização brasileira e a fundação do PSDB", tem por objetivo examinar o contexto histórico de redemocratização do país e o período em que houve o processo de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Tal discussão é desenvolvida com base em debates políticos e intelectuais sobre os valores social-democráticos. Já o segundo capítulo, "O que é social-democracia?", traz um debate conceitual sobre quais seriam as bases de um regime social-democrata. A análise se baseia nos trabalhos de Adam Przeworski, Anthony Giddens e Fernando Henrique Cardoso. O terceiro capítulo, "Existe uma cultura política peessedebista", busca analisar a cultura política peessedebista em defesa dos ideais social-democráticos, a partir dos discursos de políticos pertencentes ao partido, como André Franco Montoro, Mario Covas e Fernando Henrique.

[7] Tais documentos encontram-se no site dedicado à obra e carreira de José Serra (2022).
[8] A respeito do Seminário Internacional sobre Social-democracia, ver Jaguaribe (1989) e David (1990).

Por fim, a última parte apresenta as considerações a respeito dos principais resultados e reflexões sobre o tema desta pesquisa.

1 REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E A FUNDAÇÃO DO PSDB

Este capítulo tem por objetivo destacar os desdobramentos que contribuíram para a formação do PSDB, visto que o partido foi constituído após a aprovação da Carta Constitucional. Nesse sentido, busca-se discutir o processo de formação do citado partido e os caminhos percorridos até chegar no Palácio do Planalto. A análise dos discursos se constitui como um importante aporte metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa e para entender os desdobramentos que culminaram na constituição desta força de centro-esquerda. Os discursos são importantes recursos, pois revelam os interesses dos membros do PMDB em conquistar o poder e alcançar cargos dentro da esfera política.

1.1 PMDB e os primórdios do Governo Sarney

Antes de analisar as causas que contribuíram com a formação do partido, cumpre, aqui, discutir brevemente o processo de democratização. Com a morte de Tancredo Neves, o seu vice, José Sarney, assumiu o governo federal com a missão de conduzir a transição política e a redemocratização. No entanto, o novo presidente era visto com desconfiança por muitos políticos por ter pertencido ao Partido Democrático Social (PDS), força política que apoiava os militares.

> Faltava-lhe não apenas legitimidade adquirida no voto popular (ou mesmo aquela conquistada por Tancredo Neves por ter assumido a liderança da transição negociada), como também tornava problemático para alguém que não pertencia ao partido que esperava liderar o novo governo, o PMDB (Kinzo, 1990, p. 115).

A concessão do cargo de vice a José Sarney foi uma estratégia adotada para a conquista de apoio dentro do colégio eleitoral, para que não houvesse recuos no processo de transição democrática. Após assumir o poder, o presidente Sarney tinha como um dos desafios a convocação de uma Assembleia para aprovar uma constituição para o país (Lamounier, 1990).

Bolívar Lamounier, em sua obra, faz um breve balanço dos trabalhos constitucionais e entende que a aprovação da Constituição foi a maneira encontrada para retirar os entulhos autoritários e agilizar a consolidação da democracia. Após a realização dos debates, que contaram com a participação de segmentos da sociedade civil, deveria ser votado um relatório em plenário para promulgar as leis constitucionais que deveriam reger o país. Entretanto,

deve-se ressaltar que a convocação de uma Constituinte ocorreu não apenas para a consolidação do regime democrático, mas também foi um momento em que houve uma disputa entre o senador Mário Covas e o deputado Luiz Henrique para liderar o PMDB nos trabalhos da ANC. Nesse contexto, Ulisses Guimarães manifestou uma postura contrária à escolha de Covas como líder do partido na Constituinte. O deputado peemedebista não via com bons olhos a escolha do ex-prefeito de São Paulo para liderar o partido nos trabalhos constitucionais e havia optado por apoiar o deputado catarinense Luiz Henrique.

> Covas obteve 143 votos contra 107 votos dados a Henrique, quatro brancos e um nulo. Para se eleger, precisava de 153 votos (51 por cento da bancada, composta por 305 constituintes). As 16h25 quando Ulisses anunciava a falta de quórum e convocava nova eleição Luiz Henrique subiu na tribuna que o resultado era inequívoco e propôs a eleição de Covas por aclamação (Covas..., 1987, p. A6).

Tornou-se evidente que a estratégia de Ulisses falhou diante da ascensão do senador paulista como líder do partido na Constituinte. O foco naquele momento estava na disputa entre políticos pelo controle do aparato partidário, que proporcionava a muitos peemedebistas a oportunidade de disputar cargos políticos. Embora essa agremiação tenha desempenhado um papel crucial na oposição ao regime militar e na promoção da democratização, não estava preparada para acomodar as múltiplas lideranças que buscavam espaço no cenário político. Durante os trabalhos constitucionais, essa questão se tornou evidente. A escolha do líder do partido foi apenas um dos gatilhos que desencadearam tensões dentro do PMDB. É importante destacar que, ao assumir a liderança da ANC e a presidência da Câmara, Ulisses ocupava uma posição privilegiada no Congresso e tinha a visibilidade necessária para concorrer à presidência da República. Desse modo, ele buscou reduzir o espaço de atuação de Covas, que mais tarde lutaria para concorrer ao cargo de chefe do Executivo federal.

Os conflitos internos se agravaram ainda mais entre o deputado e o senador no fim dos trabalhos constitucionais, pois Mário Covas era contrário à extensão do mandato do presidente Sarney (Covas..., 1987, p. A6). Assim, o senador paulista desferiu várias críticas em relação ao presidente da Câmara dos Deputados.

> Estou aqui em nome da minha consciência e do meu partido, e do povo que me fez mandatário, enquanto senador e constituinte. Estou aqui para falar deste mandato e para dizer que, em nome disso tudo, esse texto deve ser rejeitado, por que, simplesmente desconheceu, ao contrário do texto da constituição de sistematização, que mandato do atual presidente da república deve ser de quatro anos (palmas) (Covas, 1988, p. 11808).

O senador acreditava que o mandato do chefe do Executivo deveria durar quatro anos ao invés de cinco, enquanto Ulisses mantinha uma postura favorável ao mandato de cinco anos. Era visível o interesse de Covas em concorrer ao cargo de presidente da República (Covas..., 1987, p. A6). O político fazia parte de um grupo de parlamentares que tinha uma posição não apenas de defesa da duração do mandato de quatro anos, mas também de um regime social-democrata (Covas..., 1987, p. A6). A crítica à extensão do mandato presidencial era um argumento usado para atacar o grupo "quercista", visto que o grupo de Montoro lutava por espaço político dentro do partido. Então, tal oposição já mostrava que não havia espaço dentro do PMDB para tantos políticos e era um sinal de que seria uma questão de tempo a formação de um novo partido.

> Vejo um governo cuja única preocupação é reiterada e afirmada é com a dimensão do seu mandato. Certamente, hoje, seja qual for o resultado, teremos um governo que continuará a fazer, nada, mas certamente será um governo despreocupado, a preocupação terá desaparecido. Não sr. Presidente, temos que sustentar que chegamos a um limite que compensa até esperar, que se passe da hora (Covas, 1988, p. 11808).

Em uma sessão realizada no dia 4 de junho de 1988, Mário Covas continuou seus ataques ao presidente da Câmara, muito embora a reunião não fosse presidida por Ulisses Guimarães, mas pelo deputado Mário Maia. Críticas não foram poupadas em relação a Ulisses, visto que este pertencia ao grupo quercista. O Congresso foi o local não apenas de elaboração da Carta Constitucional, mas o palco em que Covas e Ulisses se apresentavam como adversários, visto que não havia chance desses dois personagens ocuparem o mesmo espaço dentro da máquina partidária.

> Pretendia fazer esta comunicação na presença do presidente do meu partido a presidir os trabalhos, mas S. Ex. não está aqui presente, e eu tenho a obrigação de fazer isto hoje, e não apenas por que ontem foi votado o mandato do presidente Sarney, é por que estamos vivendo um momento tenso em que sou permanentemente convocado, em razão da função que ocupo, a dar entrevistas à imprensa e a responder ao mesmo tipo de perguntas. Por outro lado, um grupo de companheiros, da melhor envergadura, do meu partido, há algum tempo convocou-me para uma reunião, à qual evitei comparecer porque sabia que, estando nela presente, não abdicaria de dizer certas coisas que penso, e, evidentemente, ao fazê-lo, na frente de muita gente, elas acabariam se tornando públicas (Covas, 1988, p. 11808).

Aos poucos, Covas fortaleceu sua convicção de sair do partido, até que uma decisão definitiva foi anunciada. Aos poucos, o político reforçava a ideia de que pretendia concorrer à presidência da República por outra agremiação que não fosse o PMDB, onde já não tinha

condições necessárias para se lançar candidato. Partindo dessa premissa, a solução seria concorrer às eleições por outro partido ou fundar uma nova força política.

> Não me afasto da liderança por conta própria, por que eu pedi a bancada o cargo de líder. Fui a uma reunião e reivindiquei o lugar. Não sei se olharia para o espelho com honra, se neste instante em que alguns problemas difíceis ainda se apresentassem, simplesmente dissesse que vou embora, sem mais, por que é o que me convém. Não vou embora, sem mais, por que é o que é convém. Não saberia dizer se estaria fazendo isso por convicção pessoal ou apenas para fugir da responsabilidade, mas é o mínimo que que posso fazer para ser leal a uma bancada quem tem sido extraordinária na sua grandeza e na sustentação dessa liderança. Sou hoje dessintonizado com a maioria da bancada do PMDB. Os fatos de ontem provaram isso. Engajei-me desde logo, numa batalha que nunca foi o governo Sarney. Sempre fui a favor da vontade popular- o mandato de quatro anos- de forma absolutamente impessoal. E a bancada do PMDB por maioria expressiva, pensa de maneira diferente, ou seja, eu pensei diferentemente da maioria da bancada do PMDB (Covas, [1988] 2011, p. 187-188).

Ao abandonar o posto de líder do partido nos trabalhos constitucionais, Covas procurou deixar evidente a sua insatisfação em relação ao PMDB e pediu para que o partido indicasse outro líder (Covas, [1988] 2011, p. 187-188). Se afastar da liderança partidária foi a forma encontrada de romper com a agremiação, um gesto simbólico de afastamento e um sinal de que haveria a formação de uma nova força partidária. Os meios de comunicação divulgaram e tornaram pública a formação de uma nova força política, constituída por parlamentares peemedebistas. Como dito, havia Covas não era visto com bons olhos pelo grupo de Quércia para ser representante do partido. Entretanto, como também destacado, Ulisses não estava presente na sessão em que o senador paulista abandonou o cargo.

> Diante de menos de 30 parlamentares, o senador Mário Covas anunciou na sessão matinal do congresso constituinte, ontem, que deixará o PMDB "na pior das hipóteses no dia em que terminarmos a constituição". Apesar de anunciar seu futuro desligamento do PMDB, Covas não renunciou ao cargo de líder do partido no congresso constituinte, dizendo apenas em diversos trechos de seu discurso de 15 minutos, que o cargo está à disposição da bancada peemedebista. Nem o presidente do congresso constituinte da câmara e do PMDB, Ulisses Guimarães, estava presente à sessão, quando Covas anunciou sua futura saída do PMDB. Do seu gabinete, Ulisses ouviu o discurso de Covas e, mais tarde, respondeu a outro discurso, curto, elogioso, em relação ao senador, mas sem qualquer apelo para que Covas continue no partido ou como líder do PMDB na constituinte (Lopes, 1988, p. A5).

O posicionamento de Mário Covas foi corroborado pelo deputado Pimenta da Veiga, como será visto, que teve um papel importante na fundação do PSDB. Ambos os parlamentares demonstraram descontentamento devido à aprovação do mandato de cinco anos e defenderam a formação de um partido progressista. O parlamentar se desligou do PMDB

por meio de um discurso na Câmara dos Deputados, conforme foi noticiado pela imprensa, e destacou quem iria compor o novo partido.

> Com um discurso no plenário da constituinte, o ex-líder do PMDB na câmara, deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), oficializou ontem seu desligamento do partido, abrindo formalmente a dissidência anunciada desde terça-feira passada quando os constituintes votaram no sistema presidencialista e num mandato de cinco anos para os próximos presidentes. O sonho acabou resumindo Pimenta da Veiga em seu discurso, explicando que "reconhecemos que fomos vencidos inteiramente pelos que desejam um partido oposto ao que idealizamos. Para o deputado mineiro, quando 150 constituintes do partido votaram pelos 5 anos, contra apenas 119 que queriam eleições presidenciais neste ano. Além de Pimenta da Veiga anunciaram seu desligamento imediato do partido mais sete parlamentares de Minas, a bancada que do PMDB que teve maior número de viradas de votos do parlamentarismo para o presidencialismo em razão da influência do governador Newton Cardoso, que trabalhou em Brasília na véspera da votação para convencer os constituintes. Os que anunciaram sua saída são Roberto Brand, Carlos Cotta, Otávio Elíseo Mauro Campos, Ziza Valadares, Célio de Castro e Carlos Mosconi (Pires, 1988, p. 5).

Se, por um lado, a formação do PSDB teve um caráter pragmático, ou seja, o de abrigar personagens que queriam mais espaço dentro da atmosfera política, por outro, a criação foi de encontro ao interesse de criar uma força que defendesse um projeto social-democrata. Para sustentar essa tese, torna-se fundamental destacar os aspectos ideológicos da formação do partido em estudo que não devem ser negligenciados. Em entrevista ao jornal *Gazeta Mercantil*, o deputado mineiro informou que estava em processo de negociação para a formação de uma nova agremiação, que deveria defender valores sociais e democráticos. Enfatizava-se que o partido iria contar com a adesão de cerca de 50 parlamentares descontentes com o governo Sarney.

> Esperamos que num primeiro momento, a adesão de cerca de cinquenta parlamentares disse Pimenta da Veiga. Entre eles espera-se que saiam do PFL alguns dos chamados modernos do partido. Esses, porém aguardam a definição de outros parlamentares como Mário Covas do senado, Fernando Henrique Cardoso, o senador José Richa (PMDB-PR) e parlamentares a eles ligados (Pires, 1988, p. 5).

Era frequente nos veículos de imprensa a divulgação de especulações acerca dos possíveis membros do novo partido. A mídia destacava o surgimento de uma nova força política, enquanto circulavam boatos de que o deputado peemedebista Antônio Brito estava entre os parlamentares que defendiam a duração do mandato presidencial de quatro anos. Uma matéria publicada afirmava que o parlamentar fazia parte do grupo político de Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa e Euclides Scalco.

> Seguindo a linha de seu grupo que inclui (Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Euclides Scalco e Mário Covas, entre outros) decidido a assumir uma postura de oposição ostensiva ao atual governo federal, Brito foi contundente nas críticas: "O presidente Sarney que entrou para o PMDB nada fez até agora pelo partido, ao não ser tentar destruí-lo. O presidente tem criado um clima de intranquilidade em relação a transição política. Para o constituinte gaúcho, a transição só se compete com a realização de eleições diretas, mas Sarney e os que estão com ele só se preocupam em transferir as eleições. Na verdade, eles não querem que a transição se complete e outra imoralidade que já estão cogitando é a de não realizarem eleições para prefeito neste ano (Porcello, 1988, p. 5).

O parlamentar tinha uma posição similar à de Covas e de Pimenta da Veiga, pois discordava da extensão do mandato do presidente Sarney, insistia que a transição democrática só seria realizada por meio de eleições e ainda demonstrava preocupação de que as eleições municipais não fossem realizadas em 1988. Vale ressaltar que havia essa preocupação, já que o Brasil vinha de uma ditadura e de um processo de transição sem ter realizado uma eleição presidencial direta.

Deve ser ressaltado que não foi apenas a votação sobre o mandato de cinco anos que suscitou críticas que contribuíram com a formação do PSDB em 1988. Muito embora tais políticos estivessem buscando espaço, nota-se que o senador FHC mantinha um posicionamento contrário ao governo da época, pois não concordava com a política de suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, que é comumente chamada de "moratória" (Cardoso, 1987a, 1987b, n. p.). Por pertencer ao grupo de Covas e de Montoro, Cardoso utilizou um discurso agressivo em relação ao então chefe do Executivo federal, que foi acusado de não realizar mudanças no campo da reforma agrária e políticas de incentivo à industrialização. Nessa perspectiva, os discursos representavam uma estratégia visando à consolidação do novo partido que iria ser constituído como uma força política capaz de mudar a realidade em que o país se encontrava, marcada pela inflação, miséria e baixos índices de crescimento. Manter uma postura de oposição ao atual chefe do Executivo foi um meio encontrado para se consolidar no campo político, visto que este era um espaço de combate entre diferentes organizações que buscavam o poder.

Dessa forma, críticas não foram poupadas pelo político em relação ao chefe do Executivo federal, pois Sarney foi acusado por FHC de promover uma política de crescimento econômico baseada no aumento dos gastos que desconsiderava a existência de uma elevada dívida externa (Cardoso, 1987b, n. p.).

> Ora, para assegurar a taxa de histórica do crescimento, os 7 por cento ao ano será necessário investir 5 por cento do PIB anualmente. Tal taxa de poupança, já de si elevada não é compatível com a sangria permanente que a transferência de recursos para o exterior ocasiona. Mais ainda, para assegurar o investimento será necessário

> recorrer a novos investimentos. Os saldos comerciais de 12 dólares são incompatíveis com os objetivos propostos pelo ministro e não haverá como pagar os juros da dívida (Cardoso, 1987b, n. p.).

Além de mostrar seu descontentamento em relação à política de investimentos visando ao crescimento econômico, FHC, em seu livro de memórias, demonstrava insatisfação não apenas sobre a extensão do mandato presidencial, como também denunciou que esse fato ocorreu por meio de acordos fisiológicos e concessões de meios de comunicação, já que o presidente tinha uma base de apoio frágil.

> Em outubro de 1987 a Comissão de Sistematização aprovou cinco anos como período de duração do mandato do futuro Presidente, mas deixou a decisão específica sobre o mandato de Sarney para votação posterior, quando se aprovariam as Disposições Transitórias. A partir de janeiro de 1988 a discussão esquentou muito. Criou-se um Comité Pró-Diretas, suprapartidário, para insistir em eleições no final daquele mesmo ano, atribuindo em consequência um mandato de quatro anos a Sarney. O governo, mesclando-se às forças do Centrão, somava seus votos. A oposição denunciava o uso de práticas fisiológicas para obter apoio às teses presidencialistas e cincoanistas, como, por exemplo, as concessões de canais de rádio e de retransmissoras de TV que, na época, dependiam exclusivamente do Presidente da República (práticas, a propósito, extintas em meu governo, quando ocorreu uma mudança radical nesse terreno, com a introdução de licitação pública para as concessões, submetidas a regras rígidas e a exigências não apenas em relação ao maior preço oferecido como também a condições técnicas e outras) (Cardoso, 2015, p. 80).

Nessa perspectiva, a defesa do mandato presidencial de quatro anos, defendida por Covas e pelos fundadores do PSDB, viu-se derrotada, fato que contribuiu para formação de uma nova força partidária. Porém, como será destacado mais adiante, as divergências e a ruptura não se referiam apenas à votação do mandato presidencial, mas, sim, a fatores que se desenrolaram lentamente. É importante mencionar que problemas como fisiologismo e corrupção eram temas sensíveis que sempre fizeram parte da realidade política brasileira e são problemas presentes ainda hoje.

1.2 Discordâncias dentro do PMDB: o começo de uma ruptura

Divergências foram suscitadas durante a escolha do candidato para concorrer à eleição ao governo do estado de São Paulo em 1982. Desse modo, o processo eleitoral pode ser considerado o início da ruptura. Sendo assim, FHC manteve posição contrária à escolha de Orestes Quércia como vice na chapa de André Franco Montoro (Coelho, 2001).

> Quércia era influente político do PMDB, e embora tenha sido vice-governador de São Paulo na chapa de Franco Montoro, fazia forte oposição ao governador aos políticos ligados a ele. Seu objetivo era impedir o fortalecimento desses políticos dentro do partido, contudo sua meta foi frustrada com a nomeação de Mário Covas então deputado federal para prefeito de São Paulo, em 1983, e Fernando Henrique Cardoso a senador a presidência do diretório estadual do diretório estadual do partido no mesmo ano (Vieira, 2012, p. 67).

Portanto, o processo de ruptura que deu origem à formação do partido de centro-esquerda foi marcado por conflitos e tensões que remontavam ao ano de 1982, período de realização das eleições estaduais (Vieira, 2012, p. 67). Entretanto, outro ponto emblemático no que concerne as disputas por espaço dentro do PMDB foi o lançamento da candidatura de FHC a prefeito da cidade de São Paulo, a contragosto de Quércia.

> Mas em 1982, o então suplente de senador Fernando Henrique Cardoso, opôs se a indicação de Quércia para vice-governança na chapa encabeçada por Franco Montoro. Depois da vitória, as desavenças continuaram na escolha do secretariado, e até o último instante permaneciam dúvidas se Fernando Henrique teria força suficiente para indicar, contra a vontade de Quércia, José Serra como Secretário do Planejamento do Estado de São Paulo. Em 1985 as brigas foram deflagradas porque as negociações em torno do candidato de Quércia, Almino Afonso, ainda estavam em andamento quando Franco Montoro, inesperadamente lançou de forma impositiva o nome de Fernando Henrique como candidato à prefeitura de São Paulo (Coelho, 2001, p. 128).

É significativo observar que os conflitos entre o grupo de Quércia e o setor formado por Fernando Henrique Cardoso, Montoro e José Serra se aprofundavam cada vez mais, visto que “depois da campanha para o governo estadual de 1986, que resultou na vitória do candidato do PMDB, Fernando Henrique e seus pares tiveram espaço reduzido por Quércia” (Coelho, 2001, p. 128).

O biógrafo de Mário Covas, Osvaldo Martins, reforça a premissa de que o grupo formado por Covas, FHC e Franco Montoro teve espaço de atuação diminuído pelo grupo de Quércia, e corrobora a ideia de que o projeto do político era concorrer ao governo estadual pelo partido, após a sua gestão como prefeito da capital de São Paulo. Quércia tinha em suas mãos grande parte dos diretórios paulistas, fato que impossibilitou a constituição de apoio à candidatura do futuro fundador do PSDB (Martins, 2011, p. 75). Mas é importante levar em consideração que tanto Covas como FHC eram personagens que não estavam dentro do jogo político, pois ocupavam cargos no Senado, como será observado. Portanto, os discursos refletem a posição nada privilegiada em que ficou o grupo de Montoro, composto por Covas e FHC.

Quando passou o cargo para Jânio Quadros e montou um escritório na Rua Estela, no bairro paulistano do Paraíso, Covas começou a cogitar a possibilidade de candidatura ao governo do estado, mas descobriu que era tarde demais. O vice-governador Orestes Quércia, que passara os últimos quatro anos tratando exclusivamente disso, tinha a maioria dos diretórios do PMDB nas mãos. Covas lançou-se, então, candidato a uma das duas vagas ao Senado, ao lado de FHC, e foi eleito com quase oito milhões de votos, a maior votação atribuída a um político brasileiro até o momento (Martins, 2011, p. 75). A falta de espaço dentro do partido levou o político a concorrer a um cargo no poder legislativo federal, embora pudesse proporcionar a esse personagem uma margem de atuação dentro do sistema. Como mencionado anteriormente, tanto o Congresso quanto a Constituinte foram arenas de oposição ao governo de Sarney.

Além disso, a derrota de FHC na eleição de 1985 fortaleceu o controle de Quércia sobre o PMDB, fato que impossibilitou Covas de concorrer ao governo de São Paulo em 1986 (Vieira, 2012, p. 67).

> Na eleição municipal de 1985, o ex-presidente Jânio Quadros (PTB) venceu Fernando Henrique Cardoso, fato que fortaleceu o controle de Quércia sobre o PMDB dando origem a um fenômeno denominado "Quercismo". O forte apoio político garantiu sua indicação como candidato ao governo do Estado de São Paulo mesmo diante de importantes dissidências internas ((Vieira, 2012, p. 67).

A estratégia de Quércia era a de apoiar Jânio Quadros para enfraquecer o grupo de Montoro e, assim, ter domínio sobre a máquina partidária estadual, que conseguiu êxito afinal. Com uma derrota, o grupo de FHC foi impossibilitado de pleitear espaço para concorrer às eleições para o governo estadual.

No entanto, apesar da vitória de Quércia, Mário Covas e FHC foram eleitos senadores, sendo que o primeiro teve oito milhões de votos, em uma eleição em que o "PMDB elegeu 22 dos 26 governadores e garantiu ampla maioria na Constituinte" (Coelho, 2001, p. 75). Observa-se que as eleições de 1986 consolidaram o partido como principal força, por conta dos êxitos proporcionados pelo Plano Cruzado. Porém, o pleito aprofundou ainda mais as divergências dentro da legenda, já que o grupo de FHC apoiou, de maneira informal, o candidato concorrente de Quércia, o empresário Antônio Ermírio de Moraes (Coelho, 2001, p. 75).

> Em 1986 ocorreu novo processo de ferrenhas disputas internas, desta vez, o grupo de "esquerda" do PMDB não foi bem sucedido como em 1978-80. Na campanha eleitoral para o governo de São Paulo de 1986, a luta pelo poder dentro do PMDB

> manifestou-se de forma inequívoca, e até o mais distraído leitor de jornais ficou sabendo do mal-estar causado por notórios emedebistas que, desafiando o candidato oficial do partido, Orestes Quércia, resolveram apoiar Antônio Ermírio de Moraes do PTB. A adesão ao candidato do PTB culminou na inauguração de um "Comitê suprapartidário avanço democrático", pelas candidaturas de "Antônio Ermírio", Governador- Fernando Henrique Cardoso e Covas, senadores". Os peemedebistas dissidentes chegaram a lançar um jornal intitulado Segundo Turno (até 1988 as eleições brasileiras para todos os níveis, eram decididas em turno único) para divulgar as adesões ao candidato do PTB, entre as quais se destacava o Manifesto do PCB (Partido Comunista do Brasil) de apoio a Ermírio (Coelho, 2001, p. 127).

O apoio conferido pelo grupo do sociólogo e político ao empresário foi uma estratégia adotada para enfraquecer Quércia e sua posição no controle da máquina partidária (Vieira, 2012, p. 67). No entanto a posição não foi fragilizada, já que o grupo quercista conseguiu sair vitorioso. Nessa perspectiva, entende-se que, dentro dos partidos políticos, há o domínio por parte de grupos e facções de posições que lhes conferem vantagens nos momentos em que são escolhidos os representantes que disputarão cargos dentro da esfera democrática. O apoio mencionado serviu como uma alavanca que aprofundou ainda mais o racha dentro partido, situação que deixava insustentável a permanência do grupo de Montoro dentro do PMDB.

E não era apenas em São Paulo que os políticos estavam alijados da máquina partidária. Em outros estados, como Minas Gerais e Paraná, diversos membros do partido citado acima não tinham acesso ao espaço político (Christiano, 2003, p. 128). Logo, a ruptura não era um fato que envolvia somente os políticos peemedebistas paulistas.

> Em São Paulo, o governador Orestes Quércia controla a máquina política, alijando o ex-governador Franco Montoro e os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso do processo político estadual; no Paraná, o governador Álvaro Dias marginalizou politicamente o ex-governador José Richa; em Minas Gerais, o governador Newton Cardoso fechou qualquer possibilidade de o deputado federal Pimenta da Veiga influir no processo político mineiro, dentro do PMDB (Christiano, 2003, p. 128).

Tanto Beto Richa quanto Pimenta da Veiga viam, na constituição de um novo partido, a oportunidade de concorrer às eleições, pois Álvaro Dias exercia controle sobre a máquina estadual peemedebista no Paraná, assim como Newton Cardoso, em Minas Gerais, sendo que este último trabalhou na aprovação do mandato presidencial do presidente Sarney de cinco anos (Christiano, 2003, p. 128). A eleição de Quércia como governador fechou espaço dentro do PMDB na esfera estadual, e a escolha de Ulysses Guimarães como presidente da Câmara e da Constituinte impediu o caminho de políticos ao palco federal, impossibilitando o grupo de Franco Montoro e Cardoso de lançar um candidato à presidência da República.

> Ulisses Guimarães tem expressiva votação em 1986, torna-se o presidente da câmara e da constituinte, além de continuar a presidir o partido. Restava pouca margem de manobra para outras ambições no PMDB nacional. Com um mandato de senador de oito anos, mas sem espaço no partido e historicamente com poucos vínculos com a organização partidária peemedebista, Fernando Henrique Cardoso torna-se grande impulsionador da fundação e um novo partido, tema ascendente na política brasileira com o realinhamento trazido pelo pluripartidarismo (Melhem, 1998, p. 210).

FHC tinha uma trajetória marcada não apenas pela vida acadêmica e intelectual, mas exercia um cargo político. Já o senador Mário Covas, mesmo tendo obtido uma vitória significativa, não conseguiu ter o domínio da máquina partidária, enquanto a posição de Ulysses Guimarães dentro do Congresso como líder do PMDB e presidente do Legislativo o credenciavam a ser candidato a presidente pelo partido (Melhem, 1998, p. 210).

> O domínio Quercista na política estadual (governo e partido), a partir de 1987, praticamente conduz Covas a concentrar seus esforços políticos no Senado e na Constituinte – ainda que, até sair do partido em 1988, ele mantenha parte do seu grupo em secretaria de Estado comandada por Getúlio Hanashiro, assim como José Maria em cargo de menor relevância na executiva estadual. Eleito líder do PMDB na constituinte, ganha destaque, mas em um cenário em que era difícil não ser ofuscado por Ulisses Guimarães (Melhem, 1998, p. 219).

Ulysses tinha projeção nacional, enquanto Quércia era um peemedebista mais regional e que tinha o controle dos diretórios e da máquina partidária. Portanto, ficava notório que o Guimarães era um nome com grandes chances de ser indicado candidato do partido à presidência da República, enquanto Quércia tinha espaço para se lançar candidato à chefia do Executivo estadual.

Em seu livro de memórias, o militante político Raul Christiano narra, de forma detalhada, a formação do PSDB. O ativista relata que a militância peemedebista de tendência progressista queria que o partido defendesse as premissas da social-democracia e da justiça social, diante do contexto político marcado pelos trabalhos da Assembleia Constituinte. Nessa obra, uma informação que chama a atenção refere-se ao fato de que FHC apoiou as greves no ABC paulista e tinha contato com o líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, “contudo, Fernando Henrique não acreditava num partido classista, pois tinha outro projeto: sonhava com um grande partido aberto às massas assalariadas, à classe média e a uma grande faixa da população” (Christiano, 2003, p. 43). Dessa forma, setores progressistas permaneceram no PMDB, pois o intelectual era contrário à constituição de um partido classista voltado apenas à defesa da classe operária. Por outro lado, Lula tinha como objetivo a formação de uma força que congregasse personagens que faziam parte do sindicalismo. É interessante observar que o

partido de ambos os personagens destacados acima passaram a polarizar a arena política a partir da eleição de 1994 e se tornaram forças importantes do país.

Dentro do PMDB, surgiu uma corrente de cunho progressista, da qual fazia parte Raul Christiano e Koyu Iha, chamada de Movimento da Unidade Progressista (MUP), uma ala de centro-esquerda que desejava a ruptura com o governo do presidente José Sarney. Esse segmento foi criado durante o Encontro PMDB: Programa e Compromisso, realizado em Brasília, no auditório Nereu Ramos, nos dias 4 e 5 de julho de 1987 (Christiano, 2003, p. 69). O MUP mantinha uma posição contrária ao chefe do Executivo, cobrava reformas sociais e exigia que as eleições fossem realizadas em novembro de 1988.

> No retorno dos participantes do encontro dos progressistas em Brasília, a delegação de São Paulo optou pela organização de um evento estadual, planejando importar os principais líderes do MUP para debater com a militância paulista. Contudo, os deputados estaduais que tinham sido signatários da moção, inclusive apoiando diretas para presidente em novembro de 1988, tinham receio sobre a indefinição do governador Orestes Quércia em relação ao conteúdo das propostas do MUP (Melhem, 1998, p. 69).

Destaca-se que o MUP teve um relevante papel na criação do PSDB. A formação do movimento foi dificultada devido ao controle de Quércia sobre o partido, uma vez que o político ocupava cargo importante na chefia do Executivo estadual. Além disso, as posições do grupo anti-Sarney se fortaleceram durante os trabalhos da Constituinte com a aprovação do mandato de cinco anos para a presidência de Sarney (Melhem, 1998, p. 77). Os membros dessa ala consideravam que a promulgação da Magna Carta e a realização de eleições eram condições essenciais para a consolidação da democracia. Assim, a ala acolheu políticos paulistas que tiveram seus espaços de atuação restringidos por Quércia dentro do PMDB (Melhem, 1998, p. 77).

> Havia sempre uma dicotomia entre as doutrinas partidárias, que a direção nacional do PMDB protegia guardadas no armário, e os interesses políticos regionais, vislumbrando disputas para controle das máquinas partidárias municipais e para viabilização de outros nomes do partido para as eleições de 1988. Ou seja, muitos parlamentares, lideranças e militantes migravam para o MUP por estarem inseridos na cultura partidária da reserva de espaço e de legenda para manutenção dos seus projetos eleitorais. Assim acontecia em dezenas de municípios do Estado de São Paulo. Por exemplo, onde evidenciava o controle da máquina partidária pelo grupo do governador Orestes Quércia. Mas havia também o viés ideológico, os compromissos históricos, autênticos (Melhem, 1998, p. 87).

Os membros do MUP não defendiam apenas a social-democracia, mas cobravam espaços dentro da máquina partidária para que outros políticos pudessem concorrer às

eleições. Assim, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Franco Montoro vinham sinalizando interesse em formar um novo partido que defendesse as bandeiras de uma democracia social e que estivesse em consonância com a justiça social (Melhem, 1998, p. 107).

> Essa foi uma das entrevistas onde o senador [Fernando Henrique Cardoso] apontou com maior clareza o seu objetivo de formar uma legenda progressista, e deu pistas sobre o perfil da nova agremiação política: "Tem que ser claramente um partido que se ponha no centro-esquerda, que tenha limite à esquerda e à direita, e que a esquerda desse limite seja o seguinte: não queremos esquerda autoritária, que é a esquerda que pensa que vai mudar a sociedade e que é preciso se encarapitar no Estado seja por eleição seja pela revolução. E que, a partir do Estado, ela faça as reformas na sociedade. Essa esquerda nós não queremos. Não queremos também a esquerda populista, a esquerda que pensa que o Estado é uma máquina de benesses sem fim. Essa atitude irresponsável para com a produção, para com as leis de mercado, para com um desenvolvimento econômico a médio prazo não nos serve também, é demagógica. Qual o limite da direita? Eu acho que os liberais democráticos, sim, desde que sejam modernos. Que é ser moderno? Significa que não pode pensar como no século 18, que o mercado rege tudo e que acaba não entendendo o mundo atual, que é o mundo em que existe o Estado. O Estado não pode ser tudo, mas ele também é uma realidade, e essa realidade, principalmente num país em transformação, requer a sua existência." (Melhem, 1998, p. 107).

Em entrevista concedida ao jornal *Folha de S.Paulo* em 11 de abril de 1988, FHC destacou a necessidade de constituir um partido de esquerda que valorizasse a democracia em contraposição a um forte poder estatal (Melhem, 1998, p. 107). Na concepção do político, uma agremiação social-democrata deveria ter uma postura contrária ao populismo. Ademais, a declaração gerou críticas veementes à ideia de que o Estado precisava conduzir a economia, posição que foi reforçada em seus escritos anos mais tarde, após a fundação do PSDB. Portanto, o intelectual tinha em mente um projeto político que fosse contrário ao populismo e que valorizasse a autonomia da sociedade civil. Esses pontos estavam presentes em seu pensamento, discutido no terceiro capítulo, intitulado "Existe uma cultura política peessedebista?".

O ex-governador Franco Montoro também teve um papel fundamental na formação do partido, pois muitos políticos tinham interesse em concorrer às eleições municipais pela nova legenda em 1988.

> Nesse período, o ex-governador Franco Montoro, que em São Paulo liderava o movimento dos dissidentes do PMDB, intensificava sua presença em Brasília, se propondo a formar diretórios provisórios, "ainda que informais", para avançar na organização em todo o país, principalmente porque muitos parlamentares constituintes tinham a disposição de concorrer às eleições municipais de novembro de 1988 (Christiano, 2003, p. 108).

Além de Franco Montoro, o senador paranaense José Richa promoveu as reuniões preparatórias para a formação do partido. Vale ressaltar que estudar o processo de ruptura com o PMDB pressupõe analisar as ideias políticas desenvolvidas por Franco Montoro, que além de político desempenhava papel de intelectual. Como Álvaro Dias controlava a máquina do partido no Paraná, dificultava o espaço para José Richa concorrer a cargos políticos no Estado. O ex-governador paulista manteve contato com políticos do interior paulista e enviou correspondências para convencer os quadros do PMDB a migrarem para o partido social-democrata que estava em formação. Tais documentos são analisados de forma mais detalhada no terceiro capítulo, pois permitem entender a formação de uma cultura política pessedebista. É fundamental destacar que Franco Montoro demonstrava sinais de ruptura com o PMDB antes mesmo da fundação do PSDB e dizia ser necessário constituir um partido que valorizasse as hostes da social-democracia. Entretanto, o objetivo era a conquista de quadros para o partido antes mesmo de ser constituído. O discurso em defesa dos valores sociais e democráticos era uma forma de conquistar apoio dentro do campo político e destacava a existência de uma cultura política peessedebista.

No livro de Raul Christiano, foram indicados os potenciais nomes que deveriam compor a nova agremiação nos estados brasileiros, figuras que já tinham projeção dentro do campo político, como o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio.

> AMAZONAS: O candidato a prefeito de Manaus pelo PSB, Arthur Virgílio, era o nome forte para encabeçar o novo partido. A deputada Beth Azize (PSB) também estava cotada.
> ALAGOAS: O deputado federal José Costa e o senador Teotônio Vilela Filho (PMDB) comandam as articulações. O governador Fernando Collor de Mello havia mandado um aliado, o deputado Renan Calheiros (PMDB) para "guardar um lugar", mas essa estratégia encontrava a resistência do deputado Costa e do deputado Tomas Nono (PFL), que também tinha interesse em participar.
> BAHIA: O governador Waldir Pires não pretendia desmontar o PMDB no Estado, embora tivesse muita simpatia pelas movimentações. O deputado Domingos Leonelli figurava como um dos principais coordenadores do MUP.
> CEARÁ: O nome da deputada Moema Santiago (PDT), dissidente do seu partido, era o nome mais provável. Lúcio Alcântara (PFL) também cogitava.
> ESPÍRITO SANTO: A deputada Rose de Freitas, da coordenação do MUP, um nome certo; o governador Max Mauro conversava; e Gerson Camata tinha como condição não votar os cinco anos para Sarney.
> GOIÁS: Na frente estão os pefelistas Pedro Canedo e Jalles Fontoura.
> conversa também com o senador Mauro Borges, do PDC.
> MATO GROSSO: O governador Carlos Bezerra preferia chegar às eleições municipais sem desmontar a máquina do PMDB, o mesmo ocorrendo com o prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira. Do MUP figuravam Antero de Barros e Percival Muniz.
> MATO GROSSO DO SUL: Saulo Queiroz, secretário-geral do PFL, é nome certo. Participam de conversas o senador Mendes Canale e o deputado Plínio Martins, ambos do PMDB.

> MARANHÃO: O articulador é o deputado Jaime Santana (PFL). Os deputados Haroldo Sabóia e José Carlos Sabóia, ambos do MUP, também estavam cotados.
> MINAS GERAIS: Oito constituintes liderados por Pimenta da Veiga, e entendimentos com o ex-governador Hélio Garcia. O senador Itamar Franco (PMDB) foi contatado, e o deputado Aécio Neves pode vir.
> PARANÁ: O senador José Richa e o deputado Euclides Scalco, além do deputado mupista Nelton Friedrich.
> PARÁ: O senador Almir Gabriel e o prefeito de Belém, Coutinho Jorge.
> PIAUÍ: Deputada Miriam Portela, o prefeito de Teresina, Wall Ferraz, o deputado Paulo Silva e o senador Chagas Rodrigues, dissidente do PMDB.
> PERNAMBUCO: Os deputados Fernando Lyra e Cristina Tavares, desligados do PMDB, o deputado Joaquim Francisco e o prefeito de Recife, Jarbas Vasconcellos (Christiano, 2003, p. 110).

O deputado mineiro Pimenta da Veiga, que havia deixado o PMDB, também exerceu um papel relevante na realização dos encontros preparatórios que contribuíram para a formação do PSDB. O político mantinha relações próximas com o MUP, muito embora não fizesse parte do movimento. Então, tanto Pimenta da Veiga quanto Koyu Iha atuaram na organização de um evento em Santos no dia 30 de abril, com objetivo de divulgar aos políticos da Baixada Santista as teses que a nova instituição partidária iria defender (Christiano, 2003, p. 113).

> No auditório da Escola Treinasse, que sempre abriu suas portas para a dissidência partidária de toda a região, Pimenta da Veiga tinha consciência que o encontro, embora regional, era o primeiro grande evento do estado de São Paulo durante esse processo, cujo tema para a mobilização foi "Partido: Participação e Compromisso". A militância voltada para a construção de um novo partido, envolvida nessa tese desde o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, quando começou a discordar dos posicionamentos do PMDB, buscava formas de viabilizar uma nova alternativa, que teria de possuir uma estrutura moderna, possibilitando a democracia interna – um elemento indispensável – e compromissos efetivos de militância, que garantissem a vontade das maiorias, a disciplina e o respeito pelo seu programa (Christiano, 2003, p. 113).

O deputado Pimenta da Veiga pertencia ao grupo de políticos constituídos por Covas e FHC e que defendia a social-democracia. Porém, como indicado anteriormente, ele também tinha o interesse de concorrer a cargo político em Minas Gerais.

> Pimenta da Veiga ouviria também da militância, que se caracterizou como de vanguarda no movimento paulista, exigências da adoção de mecanismos criteriosos de seleção para admissão de filiados, sem os quais ocorreria a escandalosa corrupção interna – um dos males que mais afligem o PMDB –, com filiações indiscriminadas e descomprometidas. Falando a uma plateia atenta e compenetrada, Pimenta da Veiga, visto que estava sendo o responsável nacional pela elaboração do estatuto que iria gerir o novo partido, ressaltou que as portas estariam abertas a todas as lideranças políticas que não conseguiam mais se compatibilizar com as posições e procedimentos da cúpula governamental. O processo dissolutivo dos grandes partidos, tão logo terminasse a Constituição, era inevitável, salientava o deputado. Apesar de muitos dos políticos presentes – entre os quais os deputados Koyu Iha

> (Constituinte) e Rubens Lara (Estadual), além de vereadores e dirigentes municipais do PMDB e de outros partidos de toda a região – afirmarem que o partido precisaria construir, de forma definitiva, sua estrutura ideológica e assumir abertamente seu posicionamento político, a contagem regressiva para as eleições de novembro e a necessidade de disporem de legendas para acomodação dos seus projetos locais também ocuparam espaço nos debates de Santos (Christiano, 2003, p. 113).

O evento realizado em Santos, por mais que fosse organizado por uma dissidência do PMDB, foi fundamental para a formação do PSDB, principalmente por possibilitar aos candidatos da região de Santos a oportunidade de concorrerem às eleições municipais de 1988 (Christiano, 2003, p. 81).

Pimenta da Veiga foi um dos políticos que teve participação no evento na cidade de Santos e atuou como defensor da formação de um partido que lutasse pela justiça social e pela redistribuição de renda aos mais pobres.

> Este partido precisa ser contemporâneo do futuro. Não só para as eleições. Para completar o quadro partidário brasileiro com uma agremiação para a democracia que queremos. Quais as condições para isso? Uma sociedade livre das desgraças que nos afligem. Precisamos transformar as condições de vida. Estamos vivendo uma época em que se dá a impressão de que os menores abandonados são um fato natural. Temos um país rico, mas cheio de contrastes: crianças abandonadas, homens sem emprego, índice de criminalidade crescente, carência de escolas para todos (Pimenta da Veiga, [1988] 2003, p. 116).

O deputado mineiro defendeu as hostes da social-democracia por acreditar que essa corrente era responsável por lutar contra as injustiças sociais. Assim, o parlamentar advogou pela formação de uma nova instituição partidária que obedecesse não apenas ao interesse de dar espaço para políticos concorrerem aos cargos, como também construísse uma via a favor das bandeiras de centro-esquerda. Durante a realização do encontro, foram levantadas perguntas e dúvidas sobre as pautas que o partido deveria abraçar (Pimenta da Veiga, [1988] 2003, p. 116).

> Este partido vai ter um nítido perfil ideológico? Irá do centro para a esquerda, de Montoro a Saturnino Braga? PIMENTA: Exatamente, será um partido de centro-esquerda. Hoje o PMDB é um partido de centro. A esquerda é o PT e os PCs. Deveremos abranger o PMDB mais de centro (Montoro), o socialismo democrático (Covas/Fernando Henrique) e até os socialistas como Saturnino Braga. Queremos ser um partido claramente de centro-esquerda, que defende a democracia social; democracia porque toma decisões de forma aberta, social porque as medidas sociais devem estar acima das econômicas. Essa posição é a nossa vocação; mas esse também é o espaço vago. A sociedade está órfã; esse espaço era o PMDB, mas ele se distanciou (Pimenta da Veiga, [1988] 2003, p. 116).

Pimenta da Veiga insistiu na ideia de que havia carência de partidos de orientação social-democrata, logo, o espaço da centro-esquerda precisaria ser ocupado pela nova agremiação que estava sendo constituída. Ademais, o político externou, durante o encontro, a premissa de que existia um nicho a ser aproveitado por partidos progressistas e considerou que a democracia social deveria colocar o trabalho humano como valor superior ao capital. O parlamentar procurava, assim, deixar claro aos participantes do congresso de que estava em curso a formação de um partido progressista.

Apesar das movimentações para a formação de uma nova instituição partidária, havia indefinições dentro da ordem legal se as agremiações que viessem a ser constituídas poderiam ou não concorrer às eleições municipais de 1988. No entanto, o temor vivenciado pelos fundadores do PSDB foi deixado de lado, visto que foi aprovada uma lei que permitia que partidos recém-constituídos concorressem ao pleito municipal (Pimenta da Veiga, [1988] 2003, p. 116).

> A aprovação pela Câmara dos Deputados, dia 18 de maio, do projeto de lei que regulamentava as eleições municipais de 1988, permitindo a participação de candidatos de novos partidos desde que contassem com representantes de pelo menos cinco Estados no Congresso, fez antecipar as movimentações dos congressistas para efetivar as movimentações verificadas desde o início dos trabalhos da constituinte. Dia 19 de maio Pimenta da Veiga já sinalizava que até o final de junho o novo partido deveria ser fundado (Christiano, 2003, p. 121).

Apesar da possibilidade de o novo partido concorrer aos cargos majoritários nas eleições municipais, foi estabelecido que o PSDB deveria contar com representantes em, ao menos, cinco estados brasileiros. O objetivo era acelerar a formação para que o partido pudesse concorrer às eleições. E, no dia 25 de junho de 1988, ocorreu a fundação e a escolha do nome do novo partido. Nesse sentido, havia duas opções de nome: Partido Democrático Popular (PDP) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

> No dia 24 de junho de 1988, em Brasília, aconteceu a primeira reunião de simpatizantes – parlamentares, prefeitos, dirigentes regionais, militantes – para preparar a assembleia de fundação marcada para o dia 25 de junho, no Congresso Nacional. No primeiro dia do encontro, 879 pessoas assinaram o livro de filiação ao novo partido, que votaram e deixaram para um segundo turno a escolha da sigla partidária, preferência dividida entre Partido Democrático Popular (PDP), com 244 votos, e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 214, dentre várias opções que os participantes escolhiam espontaneamente. Três comissões discutiram o programa, o manifesto e o estatuto do novo partido, no primeiro dia, que foram lidos e aprovados na assembleia de fundação. No segundo turno da votação, para a escolha da sua denominação, 462 fundadores votaram PSDB, contra 261 que preferia PDP. Um total de 1.178 pessoas estiveram em Brasília nos dois dias. Eram 45 parlamentares, 37 deputados federais e oito senadores, que assinaram a ata de fundação do PSDB. Os jornais da época destacavam que o perfil no Congresso do

> novo partido era nitidamente sulista, anti-Quércia e anti-Newton (Christiano, 2003, p. 137).

Em Minas Gerais, o governador Newton Cardoso dominava o PMDB e impedia o seu controle por parte do deputado Pimenta da Veiga. Assim, o parlamentar tinha em comum com Fernando Henrique Cardoso não apenas a defesa dos valores sociais e democráticos, como também o fato de estar alijado do domínio da máquina partidária. Cabe salientar que o PSDB passou a abrigar membros de outros partidos que tinham uma posição mais à esquerda no espectro político (Christiano, 2003, p. 137).

> Essa composição, a maioria é oriunda da ala esquerda do PMDB, agregando dissidentes do PFL, PDT, PSB e PTB. No final da Assembleia de Fundação foi confirmada ainda a composição da Comissão Executiva Provisória, integrada pelos senadores Mário Covas, Fernando Henrique e José Richa, pelo ex-governador Franco Montoro e pelos deputados Pimenta da Veiga, Euclides Scalco, Cristina Tavares, Octávio Elísio, Artur da Távola, Moema São Thiago e Jayme Santana. A presidência do PSDB seria exercida em sistema de rodízio, com substituições a cada dois meses, por Covas, Richa, Montoro, Pimenta da Veiga e Fernando Henrique. O anúncio do nome de Covas como o primeiro presidente do rodízio provocou muito entusiasmo dos militantes (Christiano, 2003, p. 137).

Foram escolhidos os membros que iriam compor as comissões estaduais provisórias, pois o partido necessitava de uma estrutura mesmo que de caráter momentâneo.

> Foi aprovada a composição de secretarias regionais, responsáveis pela organização local do partido. A região Sul teria como secretário o senador Mário Covas; a Sudeste, Franco Montoro; a Centro-Oeste, José Richa; Norte, Pimenta da Veiga, e a Nordeste, Fernando Henrique. Para a secretária-geral do PSDB foi escolhido o deputado paranaense Euclides Scalco para a tesouraria, o deputado Jayme Santana. Ainda para cumprir as determinações legais, de constituição de novos partidos, a assembleia de fundadores aprovou também a designação de Comissões Provisórias em nove Estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, Rondônia, Pernambuco e Paraíba. Composta a sua direção, segundo os seus fundadores, o partido teria dez meses para cumprir as normas legais para a eleição da executiva nacional, obedecendo ao princípio de apenas uma reeleição de membros da direção. José Serra fez um resumo do programa partidário, ressalvando que o texto seria debatido ao longo dos primeiros meses de existência do PSDB até que a Convenção Nacional, prevista para o início de 1989, aprovasse a sua forma definitiva (Christiano, 2003, p. 137).

Durante a reunião de fundação do partido, no dia 20 de junho de 1988, André Franco Montoro pronunciou um discurso em que demonstrou o interesse de trabalhar em defesa da social-democracia e da constituição de uma sociedade mais justa.

> O nosso PSDB nascido da deliberação das bases nos dá uma orientação fundamental. Todas as correntes que aqui se alinham têm uma nota em comum: é o respeito à dignidade humana de cada brasileiro e de todos os brasileiros de todo homem e de todos os homens. Não é só o capital, não é o rendimento, não são as

> importações ou exportações, não são os equipamentos que constituem a primeira prioridade. O valor da sociedade é a pessoa humana. Por isso, somos acima de tudo um partido de sentido humanista e este sentido é que há de marcar o novo Brasil com justiça, solidariedade, com respeito à dignidade de todos os brasileiros (Franco Montoro, 1988b, p. 2).

O político desempenhou um papel fundamental na formação de uma cultura política peessedebista no país, especialmente ao defender os valores do trabalho humano e do desenvolvimento do capital. Em seus discursos, evidenciou o compromisso com a promoção da justiça e da dignidade por meio da redistribuição de renda.

Além de defender a justiça social, a distribuição de renda e a reforma agrária, o documento propunha o parlamentarismo como sistema de governo. Os fundadores do PSDB foram unânimes em afirmar que o novo partido teria espaço para um arco ideológico e doutrinário composto por quatro correntes políticas: os liberais progressistas, os democratas-cristãos, os sociais-democratas e os socialistas democráticos (Franco Montoro, 1988, p. 1-3).

Ressalta-se que o partido tinha várias correntes ideológicas em sua composição, como democratas cristãos e trabalhistas. Uma das correntes presentes na formação do partido era a democracia-cristã, conforme demonstrado nos escritos de André Franco Montoro. O Instituto Teotônio Vilela intensificou a publicação de materiais sobre a social-democracia após a fundação do PSDB. Portanto, a primeira instituição foi responsável por divulgar ideias sobre pensamento social-democrata, principalmente em uma obra organizada por Maurício Dias David, intitulada *Social-democracia hoje*. Um dos artigos mais importantes foi escrito justamente por Franco Montoro, no qual abraçou as hostes da social-democracia, bem como se autointitulou defensor da democracia cristã e fez questão de frisar que a fundação do PSDB contou com a participação de várias correntes políticas.

> Para a fundação do partido concorreram líderes social-democratas, como Fernando Henrique Cardoso, democratas-cristãos, como Beto Richa e trabalhistas como Moema Santiago e liberais progressistas como Afonso Arinos num movimento que representa a continuidade do Movimento Democrático Brasileiro (Franco Montoro, 1990, p. 107).

No texto intitulado *Economia Social de Mercado*, Franco Montoro reafirmou não apenas a defesa da democracia cristã, como também pontuou que essa corrente se mantinha próxima da social-democracia para a resolução de problemas sociais e correção das desigualdades.

> A presença de militantes do pensamento social-cristão nesse movimento, consideradas as atuais circunstâncias de nossa realidade política e social está na

> linha do Manifesto da União Mundial das Democracias Cristãs: "Nossa luta é por uma sociedade fundada na dignidade da pessoa humana e, por isso, pluralista, comunitária, comunitária, e participativa. Ela se desenvolve no sentido da história. Assumimos no mundo de hoje a missão de construir uma sociedade de homens livres e solidários. Nesta ação inspiramo-nos nos valores espirituais do cristianismo, particularmente na visão do homem e da sociedade. Todavia, estamos convencidos que essa obra deve ser realizada com o concurso de outras forças culturais, políticas e sociais, empenhadas como nós pela liberdade, a justiça, e a solidariedade (Franco Montoro, 1990, p. 107).

No escrito de Montoro, era constante a presença da palavra "humanista", isso porque o autor em estudo, durante boa parte de sua vida política, militou em defesa do humanismo cristão. Nesse sentido, considera-se que os democratas cristãos, como Franco Montoro e José Richa, tiveram papel de proeminência na formação do PSDB, pois a corrente a que pertenciam defendia a justiça social, muito embora tivessem vínculos com a Igreja Católica[9].

Durante a reunião de formação da entidade política, foi definido o estatuto do partido, documento que serviria como um guia para as suas atividades políticas e que estabelecia as formas de atuação dos peessedebistas. Além disso, foram destacadas as bandeiras que deveriam ser defendidas por essa força. Como símbolo, foi escolhido o tucano, que representava a fauna brasileira e o compromisso do partido com a defesa do meio ambiente.

O estatuto do PSDB se constituiu como a base que destacava e orientava a atuação de seus filiados. Nesse sentido, a agremiação tinha orientação de centro-esquerda e era voltada para a defesa do trabalho acima do capital, e, por conseguinte, alinhava-se como social-democrata.

> Art. 2. O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo, a soberania nacional, a construção de uma ordem justa e garantida pela igualdade de oportunidades, respeito ao pluralismo de ideias, culturas, etnias, as diferentes orientações de gênero e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada das riquezas (Partido da Social Democracia Brasileira, 2013, p. 1).

[9] Franco Montoro foi um dos responsáveis pela formação do Partido Democrata Cristão (PDC), partido constituído na década de 1940 que defendia o humanismo cristão de Jaques Maritain. O partido não conseguiu se consolidar no espectro político brasileiro, ao contrário dos chilenos, que conseguiram alcançar o poder. Portanto, o político tinha um histórico em defesa dos ideais democratas e cristãos, visando à defesa das classes mais pobres. Como foi destacado, o ex-governador defendia o salário-família e a interferência do Estado para a promoção da justiça social e mantinha uma ligação forte tanto com a Igreja Católica quanto com segmentos das elites; foi considerado, porém, um político que não era afeito à rigidez ideológica e que mantinha uma postura próxima e de diálogo com políticos que não pertenciam à democracia cristã. O PDC não conseguiu ampliar sua base de apoio dentro do meio católico, pois não era de interesse da Igreja a representação política. Na década de 1970, Franco Montoro ingressou no MDB e passou a lutar pelo controle da máquina partidária com Ulisses Guimarães. No entanto, o político mantinha diálogo e fez alianças com políticos que não defendiam a democracia cristã, portanto apresentava, dentro do campo político, uma postura pragmática no campo político ao promover acordos com pessoas de diferentes orientações políticas (Melhem, 1998; Busetto, 2002).

O estatuto reiterava o compromisso com os princípios da social-democracia e da justiça social como meio de combater as injustiças. Assim, valores como o desenvolvimento do capital humano e a redução das disparidades eram fundamentos defendidos no texto em análise. Os direitos individuais e coletivos, juntamente com a priorização do trabalho sobre o capital, eram bandeiras enfatizadas no documento, visando proteger os trabalhadores e assegurar uma ordem justa e o bem-estar social (Partido da Social Democracia Brasileira, 2013, p. 1). A proteção de tais valores evidencia a dimensão de que a democracia social deveria ser uma bandeira defendida pelos militantes.

Reitera-se que o estatuto do partido era um guia norteador para a organização partidária. Esse documento estabelecia, então, que o PSDB deveria se articular com os diferentes grupos sociais, como movimentos trabalhistas, sindicais e de mulheres, visando adquirir apoio de vários setores da sociedade.

> A estrutura de articulação com a sociedade, abrangendo as relações, no âmbito geográfico, com as organizações populares, de moradores, comunitárias e afins; no âmbito funcional, com segmentos homogêneos, dos movimentos sociais e populares, compreendendo, dentro outros, movimentos ambiental, sindical, da juventude, da mulher, da diversidade, de minorias étnicas, de profissionais liberais, empreendedores, artistas, rural, terceira idade, terceiro setor; e também abrangendo gestão de cidades, desenvolvimento sustentável, cultura, segurança pública, políticas sociais, economia, competitividade, infra-estrutura e outros, exercendo sua atuação através de redes temáticas, secretariados e núcleos de base (Partido da Social Democracia Brasileira, 2013, p. 6).

É relevante notar que havia uma menção à importância de o partido estabelecer um diálogo com as organizações do Terceiro Setor, como as Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos em prol do meio ambiente. Essas diretrizes reforçavam a posição do PSDB na defesa dos princípios da terceira via, uma corrente ideológica favorável à colaboração entre governos e ONGs na resolução de problemas, especialmente relacionados ao meio ambiente. O estatuto enfatizava a necessidade de o partido se envolver na formação de grupos de militantes dentro de sua estrutura, incluindo jovens, mulheres e minorias, como afrodescendentes e membros da comunidade LGBTQ+, por exemplo (Partido da Social Democracia Brasileira, 2013, p. 6). Dessa forma, a nova força partidária procurava garantir, dentro de sua estrutura, a participação de vários grupos sociais.

Outro ponto importante elencado no documento formulado após a fundação do partido era a ideia de que deveriam ser realizadas convenções, fossem elas em nível municipal, estadual ou nacional, para a escolha dos candidatos a prefeito, vereador, deputado federal e,

até mesmo, para presidente da República. Desse modo, procurava-se legitimar a tese de que os filiados deveriam escolher os candidatos que iriam concorrer aos cargos políticos. Os diretórios municipais e estaduais eram instituições que tinham, como atribuição, a realização de reuniões para a composição das comissões executivas e para a escolha daqueles que iriam concorrer ao pleito.

> As convenções e os diretórios reunir-se-ão ordinariamente por convocação da comissão executiva ou de seu presidente, nos prazos e para os fins previstos neste estatuto e em lei eleitoral e, em caráter ordinário, por convocação de um terço dos membros da comissão executiva ou do diretório, ou por um terço dos membros das bancadas do partido (Partido da Social Democracia Brasileira, 2013, p. 7).

Ao falar de convenções, é de suma importância destacar a forma como deveriam ser realizados os congressos nacionais do PSDB. Foi estabelecido que tais momentos precisariam servir para a promoção de discussões e debates sobre as formas de atuação política, as bandeiras e a atualização do programa partidário.

> Art. 139. O partido realizará periodicamente, congressos municipais, estaduais e nacional, para analisar, discutir, e deliberar sobre a atuação e lutas políticas, atualização do programa e questões estaduais e nacionais, bem como sobre as formas de organização e funcionamento partidário. Parágrafo único: Os congressos serão convocados pelas comissões executivas, respectivas, que elaborarão sua pauta podendo deles participar os filiados conforme critérios definidos no regimento interno. Art. 140. O congresso nacional se realizar-se-á com a periodicidade estabelecida pela comissão executiva nacional, a quem compete convoca-lo e organizá-lo podendo ser antecedido de congressos nos níveis municipal, estadual ou de encontros regionais (Partido da Social Democracia Brasileira, 2013, p. 37).

Ficou estabelecido que congressos deveriam contar com a participação de filiados para que fossem discutidas as estratégias defendidas pelo partido. Os diretórios eram instituições responsáveis pela realização das eleições prévias para escolha de candidatos a cargo majoritário quando houvesse interesse de mais de um candidato para participação nos pleitos. Além de atuar em defesa da social-democracia, uma das características do PSDB consistia na escolha de candidatos por meio das chamadas “prévias”.

> Os diretórios nacional, estaduais ou municipais poderão aprovar, por proposta da respectiva comissão executiva, a realização de eleições prévias para a escolha de candidatos a cargos eletivos majoritários sempre que houver mais de um candidato disputando a indicação do partido. A realização das eleições prévias de que trata este artigo será disciplinada por resolução aprovada pela comissão executiva, cabendo aos diretórios estaduais e municipais, nos termos deste estatuto, estabelecer as normas complementares para a sua realização (Partido da Social Democracia Brasileira, 2013, p. 40).

As convenções foram descritas como ocasiões em que as decisões relativas à escolha de candidatos deveriam ser ratificadas. Nessa perspectiva, a convenção nacional foi estabelecida como um mecanismo para aprovar candidaturas presidenciais, formar alianças partidárias e coligações, e ratificar as plataformas de governo dos postulantes ao cargo de chefe do Executivo.

> Art. 58. A convenção nacional, órgão supremo do partido, tem, dentre outras conferidas por este Estatuto, ou em lei, as seguintes atribuições:
> I- Eleger os membros do Diretório Nacional e seus suplentes e os membros do conselho nacional e seus suplentes e os membros do conselho de ética e disciplina.
> II - Decidir sobre a dissolução do Diretório Nacional;
> III - Deliberar, respeitados os princípios programáticos do partido, sobre as diretrizes para alianças político- administrativas ou coligações partidárias;
> IV - Escolher os candidatos do partido aos cargos de presidente e vice-presidente da república ou proclamá-los quando houver eleição prévia para a escolha;
> V - Analisar e aprovar a plataforma de candidato à presidência da República e as diretrizes para a ação deste, se eleito, e para os representantes do partido no congresso nacional, bem como planos e metas partidários a nível nacional (Partido da Social Democracia Brasileira, 2013, p. 16).

O Instituto Teotônio Vilela, com sede em Brasília, foi constituído com o objetivo de desenvolver a educação dos militantes peessedebistas e de divulgar os trabalhos elaborados acerca das ideias social-democratas. No estatuto no partido, foram aprovados artigos que determinariam a forma como o centro de estudos deveria funcionar e ser regido. Portanto, eram tarefas da instituição:

> I - Promover estudos, pesquisas e análises na área política, econômica e social sobre a realidade brasileira e internacional.
> II - Ministrar educação e formação de políticas aos filiados e candidatos ao PSDB, mediante cursos regulares ciclos de estudos e debates, seminários e outras atividades culturais e docentes.
> III - Organizar e editar livros, revistas, periódicos e publicações;
> IV - Prestar consultoria e assistência técnica aos órgãos dirigentes partidários na aplicação de técnicas modernas de comunicação, organização e ações partidárias.
> V - Celebrar e manter acordos, convênios e intercâmbio com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais (Partido da Social Democracia Brasileira, 2013, p. 23).

O instituto passou a ser responsável pela publicação de obras de viés social-democrata, além de servir de espaço para as discussões sobre os rumos da política no país. Entretanto, as atribuições desse órgão não se resumiam à publicação de obras, mas também envolviam a realização de cursos, estudos, debates e seminários com objetivo de conscientizar os militantes sobre quais eram as bandeiras que deveriam ser defendidas pelo partido. Além

disso, tinha, como função, contribuir para a realização de estudos e pesquisas sobre o contexto nacional e mundial.

1.3 O PSDB e as eleições de 1988 e 1989

As eleições municipais de 1988 foram consideradas o primeiro teste de fogo do partido recém-fundado, pois foram lançados candidatos a prefeitos em todo o país com o objetivo de consolidar a nova força política. Os resultados no referido pleito não foram bons, e o PSDB sofreu a primeira de uma série de derrotas.

> [O PSDB] elegeu apenas 18 prefeitos e 214 vereadores naquele pleito, incluindo uma única vitória em capital de estado, Belo Horizonte, com a chapa Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo (futuro governador, eleito em 1994), fundador e membro da executiva nacional do partido (Dulci, 2010, p. 204-205).

Apesar de o PSDB ter conquistado a vitória na capital mineira, sofreu uma derrota considerável na disputa pela prefeitura de São Paulo, uma das mais importantes do Brasil, pois Serra teve pouco mais de 5% dos votos.

> O fato mais marcante, porém, foi a derrota fragorosa em São Paulo, com a candidatura de José Serra, que amargou um 4º lugar com apenas 5,59% dos votos, quase empatado com o 5º colocado, João Mellão, que obteve 5,39% dos votos. A ganhadora foi a petista Luiza Erundina com 29,84% dos votos, seguida por Paulo Maluf que ficou com 24,45% e João Leiva com 14,17% (Dulci, 2010, p. 205).

Uma vitória na cidade de São Paulo ajudaria a consolidar o partido como uma das principais forças políticas no país. Porém, o candidato José Serra obteve um resultado ruim na eleição municipal, que contava com a participação de Paulo Maluf, ex-governador e ex-prefeito da cidade, já conhecido dentro do meio político.

As eleições presidenciais de 1989 estavam se aproximando. Era um momento muito aguardado pela sociedade, pois seria o primeiro pleito realizado de forma direta após o fim do regime militar. A escolha do chefe do Executivo federal favoreceria tanto a consolidação e o fortalecimento do regime democrático, quanto a transição do poder para as mãos dos civis. Mário Covas, por ter sido líder do PMDB na Assembleia Constituinte e atuado fortemente dentro do Legislativo federal, tornara-se credenciado a disputar a chefia do Poder Executivo

federal. E concorrer às eleições pelo PSDB era considerado a primeira grande prova de fogo, ou mesmo um termômetro para medir o alcance das ideias peessedebistas junto à sociedade[10].

O PSDB teve o primeiro teste com as eleições de 1989, sendo representado pelo senador Mário Covas, concorrendo ao cargo de presidente da República, que, por excelência, contou com a participação do senador cearense Tasso Jereissati (Dulci, 2010, p. 208-209). O político cearense foi uma figura que, além de ter abraçado a campanha do senador paulista, buscou mobilizar o apoio da grande imprensa.

> A escolha de Mário Covas como candidato foi natural e atraiu apoios importantes Brasil afora, apesar dos impasses e dilemas da candidatura. O governador do Ceará Tasso Jeiressati foi uma das principais aquisições do partido, logo se tornando liderança de proa e grande articulador, inclusive da candidatura de Mário Covas, mas, como podemos ver na Tabela 2, cerca de 20 deputados federais também aderiram ao projeto da candidatura, embora esta nunca tenha alcançado mais do que uns 10% nas pesquisas durante todo o processo. A candidatura de Mário Covas até entrou nos "cálculos" da grande mídia e da mais alta burguesia como opção, diante do quadro cada vez mais confuso do processo Jorge Serpa, figura equívoca dos bastidores da política e dos negócios na época, defendeu o nome de Covas para Roberto Marinho – que queria mesmo era derrotar Lula e Brizola. Marinho desconfiava que Mário Covas fosse "comunista". Convidou, em junho de 1989, um seu amigo, Jereissati, para discutir o assunto. Serpa e o governador Geraldo Melo o acompanhavam. Jereissati defendeu o nome de Covas como uma alternativa caso Collor não mantivesse a dianteira nas pesquisas (Dulci, 2010, p. 208-209).

Entretanto, Mário Covas não conseguiu apoio da imprensa, que optou pela candidatura de Collor devido aos baixos índices obtidos nas pesquisas de opinião, que não passavam de 10%. Obter o apoio dos grupos de imprensa, como o das Organizações Globo, comandada na época por Roberto Marinho, era um fator que possibilitaria alavancar a candidatura e que daria mais visibilidade. Além disso, como candidato à presidência, o senador teve dificuldades por contar com poucos recursos financeiros, já que o PSDB era um partido novo, com pouco mais de um ano de existência (Dulci, 2010, p. 208-209).

As eleições de 1989 para a presidência da República contaram com uma grande quantidade de candidatos, como descreve o biógrafo de Mário Covas.

> Havia representantes da esquerda (Leonel Brizola (PDT), Roberto Freire (PCB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do centro Mário Covas (PSDB) e Ulisses Guimarães (PMDB), da Direita Fernando Collor de Melo (PRN), Guilherme Afif Domingos (PL) e Paulo Maluf (PDS) (Martins, 2011, p. 221).

[10] O discurso *Choque de Capitalismo* é analisado no terceiro capítulo, dedicado à criação de uma cultura política pessedebista.

Covas era o candidato que tinha um posicionamento próximo ao centro, mas que se mantinha contrário a Lula, que defendia um programa de estatização. No entanto, não cabe aqui discutir as posições de cada concorrente nas eleições de 1989, visto que se trata de outro assunto. O político paulista acabou ocupando a quarta posição no referido pleito eleitoral.

> O resultado numérico e percentual da eleição não deixa dúvidas sobre a derrota, apesar do crescimento na reta final do 1º turno. Eis os dados, com Mário Covas em 4º lugar, obtendo 10, 78% dos votos totais (votação expressiva, mas uma derrota se pensarmos nas expectativas de suas principais lideranças e planos que tinham para o Brasil) (Dulci, 2010, p. 209).

Como Covas foi derrotado, acabou apoiando Lula no segundo turno. Este, por sua vez, perdeu o pleito eleitoral para Fernando Collor. O candidato petista teve 37,86% dos votos válidos e um total de 31.076.364 votos contra 35.089.998 (cerca de 42,75% dos votos válidos) obtidos pelo vencedor (Martins, 2011, p. 228). Após a derrota nas eleições presidenciais em 1989, Covas foi candidato ao governo do estado de São Paulo, buscando suceder o governador Orestes Quércia e concorrendo com grandes nomes da política, como Paulo Maluf e Fleury.

> Os três principais candidatos eram Paulo Maluf (PDS), Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB) e Mário Covas (PSDB). Se houvesse um manual para usar as finanças públicas para atingir propósitos eleitorais a Campanha de Fleury, candidato apoiado pelo governador Orestes Quércia (PMDB) certamente figuraria como principal (Martins, 2011, 228).

Um ponto que favorecia Fleury era o fato de ter sido candidato pelo PMDB e apoiado por Quércia. Segundo os relatos de Oswaldo Martins, Covas não havia demonstrado empolgação na campanha e acabou perdendo 12 pontos percentuais nas pesquisas de opinião.

> Se em Agosto Covas tinha 27 por cento das intenções de voto contra 4 por cento de Fleury (Pesquisa Ibope 13 de agosto de 1990), pouco mais de um mês Fleury já virara o jogo com 22 por cento contra 15 por cento de Covas. Maluf e Fleury disputaram o 2º turno (Martins, 2011, p. 235).

O PSDB amargou a segunda derrota ao lançar um candidato para concorrer à eleição majoritária, não apenas no estado de São Paulo, mas também em Minas Gerais.

> Resultado igualmente decepcionante foi a derrota de Pimenta da Veiga em Minas Gerais, que abandonou a prefeitura da capital para disputar o governo do estado, também ficando em 3º lugar, atrás do vitorioso Hélio Garcia e, ainda, de Hélio Costa (Dulci, 2010, p. 212).

O partido saiu vencedor no Ceará, com a vitória de Ciro Gomes, que contou com o apoio de Tasso Jereissati. Outro ponto que deve ser observado se refere à derrota dessa força política nas eleições para o Legislativo, que viu a diminuição significativa de sua bancada.

> O partido também foi derrotado nas eleições legislativas. Sua bancada de deputados federais decresceu para 38 membros (reduzida para 2/3 do que tinha alcançado no ano anterior, com a campanha de Mário Covas, 60 deputados), assim como, também, nas disputas para o senado, só lograram uma vitória em todo o Brasil, com Beni Veras, no Ceará, mantendo, porém, o tamanho da bancada (Dulci, 2010, p. 213).

Com as derrotas eleitorais, o partido ocupou espaço dentro do parlamento e grande parte de seus membros relutou em ocupar cargos dentro do governo do presidente Collor. O presidente tinha dificuldades em ter uma base de apoio dentro do Congresso, então, com a realização de uma reforma ministerial, Collor buscou reforçar sua rede de apoio para a votação dos projetos e procurou incorporar o PSDB em seu governo (Sallum Jr., 2015, p. 213).

A tentativa de estreitar laços com o PSDB foi frustrada, apesar das várias conversas de Collor e Bornhausen com lideranças importantes do partido, como Jereissati, seu presidente, e FHC, líder do partido no Senado. O PSDB dividiu-se em relação ao convite, pois a direção optou por ficar fora do governo para que não houvesse uma divisão interna irreparável (Sallum Jr., 2015, p. 183).

> As dúvidas em relação a participação no Governo Collor por um lado poderiam "gerar recursos significativos em eleições futuras", porém se o governo fracassasse o PSDB poderia sair enfraquecido para as próximas eleições. O partido tinha uma posição em defesa das políticas de Collor como abertura econômica e defesa das privatizações, fator que poderia facilitar sua incorporação no governo. O ingresso do partido no governo poderia dar ao PSDB recursos políticos significativos em eleições futuras. Por outro lado, o presidente que fazia o convite era bastante impopular e, pelo menos nas eleições municipais de outubro próximo, dificilmente poderia ser de grande auxílio (Sallum Jr., 2015, p. 183).

Desse modo, o partido manteve uma postura de independência em relação ao governo, muito embora Hélio Jaguaribe fosse nomeado ao ministério das Relações Exteriores. Se o governo tivesse fracassado, o partido seria prejudicado e poderia amargar novas derrotas eleitorais. Portanto, uma parte dessa força agiu com cautela, pois diversos fatores, como a perda e a conquista de dividendos eleitorais, foram calculados (Sallum Jr., 2015, p. 183).

Covas, após as derrotas para a presidência da República em 1989 e para o governo do estado de São Paulo em 1990, continuou ocupando o poder no Senado em uma conjuntura

política marcada pela crise política que havia desencadeado um processo de *impeachment* do presidente Collor. O momento era crítico, visto que o Brasil havia eleito o primeiro presidente depois do fim da ditadura militar há pouco tempo e, para muitos, um processo como esse poderia gerar uma fenda no regime democrático que dificilmente poderia ser fechada. O senador manteve uma postura favorável à cassação do mandato do presidente em um discurso que havia pronunciado no Senado Federal e que representava o posicionamento da bancada do PSDB. Covas argumentou que as vontades das ruas deveriam ser expressas dentro da Câmara legislativa.

> O processo foi ganhando força até que, em determinado instante, de tal maneira a opinião nacional se galvanizou, de tal maneira as ruas, as praças, os comícios, os palanques foram testemunhas vivas de uma vontade coletiva nacional que, efetivamente, ao término dos trabalhos da comissão, a Câmara dos Deputados, convocada por uma denúncia a autorizar o processo de impeachment, aprovou. E por uma expressão numérica que se aproximou da unanimidade. Ao fazê-lo, ela gerou consequências imediatas: a primeira foi o afastamento do presidente da República, a assunção do vice-presidente e a abertura da última etapa de um processo que, iniciado com a denúncia, só termina com a votação do impeachment. O que temos, portanto, hoje? Se é verdade que todo governo é o resultado da sua gênese, é a expressão das forças que o elegeram ou que o fizeram poder, se é verdade que dado governo é o resultado da votação popular, outro foi o resultado da discussão dentro dos quartéis, o governo que hoje aí está é o resultado da movimentação das ruas; ele é a expressão de um arco tão pleno, tão grande da sociedade, que isso acabou por refletir-se na votação da Câmara dos Deputados, que reproduziu a imensidão, a quase totalidade da vontade popular, que se uniu na perspectiva de atingir determinado objetivo (Sallum Jr., 2015, p. 388).

Na visão de Mário Covas, o afastamento de Collor pela Câmara dos Deputados representou a vontade do povo que se traduziu nas manifestações de rua. O político partia da premissa de que o presidente não contava com uma base de apoio sólida para continuar governando o país. Afinal, o presidente tinha dificuldades em constituir sua base de apoio no Congresso e buscou exercer seu poder de forma plebiscitária, sem estabelecer diálogo mais próximo com outras forças políticas. Além da falta de apoio no Congresso, Collor lidou com denúncias feitas pelo seu irmão Pedro Collor sobre o esquema de corrupção que era comandado por Paulo César Farias, conhecido como PC Farias[11].

[11] Uma reportagem da revista Veja foi publicada com Pedro Collor, irmão do presidente, que denunciou o esquema de corrupção comandado por PC Farias, tesoureiro da campanha de Collor, que teria desviado milhões de dólares dos cofres públicos. Segundo Casarões, o ex-tesoureiro foi o responsável por colocar pessoas próximas em cargos ministeriais para facilitar a liberação de verbas para obras e compras de produtos de empresários próximos. O PSDB e o PMDB relutaram em abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista (CPMI) devido ao medo de surgir uma crise política em meio a um processo de consolidação da democracia. Políticos temiam que esse caso pudesse inibir o fortalecimento da democracia e interromper o processo de democratização. Entretanto, as denúncias do motorista Eriberto França mudaram o rumo da história, já que o

O PSDB assumiu, junto com o PT e PMDB, a dianteira no processo de *impeachment* dentro do Congresso. O mais interessante é observar que um partido que tinha credenciais para desembarcar no governo Collor acabou se tornando um dos seus algozes.

No dia 29 de setembro de 1992, ocorreu a votação na Câmara dos Deputados do *impeachment* do presidente Collor, que contou com 441 votos a favor, 38 votos contra e 23 parlamentares ausentes (Sallum Jr., 2015). Desse modo, Collor foi afastado do cargo e Itamar Franco acabou assumindo a presidência da República até que o ex-presidente fosse julgado pelo Senado.

1.4 O PSDB no Governo Itamar Franco

Após a posse de Itamar Franco, Mário Covas pronunciou um discurso em solidariedade ao presidente recém-empossado, no qual levava em consideração a necessidade de os parlamentares não manifestarem oposição ao governo, pois entendia que o chefe do Executivo necessitaria de tempo para colocar o país nos eixos. A fala do senador representou uma aproximação entre o PSDB e a presidência, visando, sobretudo, à realização de reformas para o desenvolvimento do Brasil.

> Vivemos hoje o instante em que não há oposição institucionalizada no país, nem pode haver. Não é possível que tenhamos criado um filho para abandoná-lo no instante seguinte. É possível que, ao término desse episódio, o governo se rearticule, já então em regime presidencialista, com o vice-presidente transformado em presidente e, portanto, com a habilitação de, tendo em vista a gênese, lá atrás, quando eleito vice-presidente da República, forme, defina, qualifique um governo que pode até contar com as mesmas pessoas de hoje, mas que, já aí, em face da mudança de origem terá uma qualificação e um destino diferentes (Covas, [1992] 2014, p. 385).

Além de indicar um aceno do PSDB ao governo de Itamar Franco, a fala procurava abrir a possibilidade do partido em participar da equipe ministerial do presidente recém-empossado. O político voltou a reiterar a necessidade de uma maior participação do Brasil na economia mundial e da ampliação da participação do país na economia global. Um dos pontos mais citados no pronunciamento do senador se referia à importância do aumento do mercado consumidor por meio da importação.

---

funcionário denunciou os depósitos realizados por PC Farias a pessoas ligadas ao ministério de Collor. Sobre o "Esquema PC Farias", ver Casarões (2019) e Sallum Jr. (2015).

> O que é melhor: Que continuemos como uma nação de 140 milhões de pessoas, das quais pessoas, das quais 60 milhões são consumidores, pouco nos importando se esse número diminuir, desde que os que permanecem como consumidores possam comprar mais barato? Ou é melhor que tentemos, a despeito de que todos tenham que comprar mais caro, fazer com que os 60 milhões se transformem em 140 milhões de consumidores?. É evidente que o caminho a percorrer é diverso, qualquer que seja a definição que se tome; convém que abramos o país, eliminemos restrições, busquemos o produto onde for mais barato se pretendermos que os atuais consumidores, ainda que encolhidos numericamente, possam comprar o mais barato possível (Covas, [1992] 2014, p. 385).

Mais uma vez, o parlamentar insistiu na necessidade de o Estado promover um programa de privatizações e de entrada de produtos estrangeiros. Dessa forma, reforçava-se a posição do senador em defesa da ampliação da concorrência e da participação da iniciativa privada no campo econômico.

O PSDB foi convidado para compor a equipe ministerial, com FHC como ministro da Fazenda, que teve, como um dos desafios, a recuperação da economia brasileira.

> O ministério da primeira fase foi uma composição multipartidária, sendo que algumas lideranças importantes dos principais partidos, incluídos PMDB e PT, se recusaram a compor a equipe. José Serra foi vetado para o ministério da Fazenda, que foi ocupado pelo mineiro Paulo Haddad, também do PSDB. Fernando Henrique, enfim, depois de tantas negociações anteriores envolvendo sua contribuição na área, foi nomeado para o ministério das Relações Exteriores (Dulci, 2010, p. 218).

Itamar Franco, ao contrário de Collor, procurou estabelecer um diálogo com os partidos políticos e atrair para a sua base de apoio o PSDB, visto que a recuperação da economia era o principal pilar a ser edificado. O partido assumiu uma posição governista e passou a colaborar com o presidente na tarefa de dinamizar a economia e promover ajustes fiscais.

FHC, mesmo tendo reconhecimento no meio acadêmico e tendo conquistado o cargo de senador por São Paulo, tinha a recuperação da economia brasileira como uma grande dificuldade a ser superada, visto que o problema da inflação era considerado um dos mais graves do país. O Plano Real foi criado pela equipe econômica para estabilização do país e ataque à inflação. Além da criação da moeda chamada Real, foi elaborado um projeto de contenção de gastos por parte dos estados e munícipios, de modo que houvesse equilíbrio fiscal, visto que as capacidades fiscais dos estados e da União estavam sendo erodidas (Cardoso, 2015, p. 87).

> Nunca acreditei na política de terra arrasada como bom ponto de partida. Durante meu período no Ministério das Relações Exteriores mantive quase todo o gabinete de meu predecessor, Celso Lafer. Prefiro conquistar o respeito e a confiança das

> pessoas a mudá-las sem lhes dar uma oportunidade. Procedi da mesma forma no Ministério da Fazenda. Em vez de substituir dirigentes e funcionários, mantive em muitas funções importantes os anteriormente nomeados, inclusive em órgãos como o BB, o BC, a Caixa Económica, a Secretaria da Receita Federal e o Tesouro Nacional. Minha obsessão naquele momento era buscar cérebros, pessoas que me ajudassem a pensar (Cardoso, 2015, p. 87).

Gustavo Franco e Winston Fritsch ajudaram na composição da equipe econômica de FHC, que contou com a participação de Edmar Bacha. A dívida do Estado e a inflação eram desafios a serem enfrentados. Assim, o grupo atuou na defesa de orçamentos mais equilibrados e em programas de privatizações de empresas estatais, com o objetivo de recuperar a capacidade de investimento estatal. A participação do PSDB, com FHC no Ministério da Fazenda, era visto como uma possibilidade de o partido angariar dividendos eleitorais caso o Plano Real obtivesse êxito. O intelectual destacou as medidas que foram adotadas para o combate ao déficit fiscal e à inflação. Da mesma foram, as ações foram definidas em duas frentes. Na primeira, o ministério e o governo atuariam para limitar os gastos e elevar impostos.

> O governo, por sua vez, necessitava dispor dos meios para tanto. E tinha que elaborar um Orçamento que espelhasse isso da forma mais transparente possível. Sem encaminhar solução adequada a essa complicada equação, o combate à inflação não iria longe. Por essa razão, nos empenhamos em obter no Congresso leis que permitissem cortar gastos, elevar impostos e reduzir a rigidez do Orçamento, desvinculando receitas de gastos predeterminados (Cardoso, 2015, p. 144).

Outro desafio enfrentado pelo ministro consistiu na diminuição da dívida dos estados, de modo que o governo demonstrasse credibilidade perante os investidores e a opinião pública.

> A segunda frente de batalha travou-se principalmente com os estados, que acumulavam gigantescas dívidas com a União e não as vinham pagando com a regularidade devida. Pôr fim à inadimplência quase generalizada dentro do setor público e impedir que ela viesse a se repetir no futuro constituíam também tarefas indispensáveis à reconstrução da credibilidade (Cardoso, 2015, p. 144).

FHC tinha, como uma das suas características, não apenas alinhamento em relação ao mercado global, mas também ao ajuste fiscal. No governo Itamar, o político teve espaço para promover políticas de privatização que tanto defendia em suas análises. O gasto fiscal exacerbado foi considerado, pelo teórico, um dos problemas que contribuíam para o endividamento do país.

> A terceira frente consistiu em defender a necessidade de caminhar no processo de privatização de empresas estatais, não só para ajudar o esforço de ajuste fiscal, mas principalmente para promover o investimento na expansão e melhoria de serviços públicos, conforme a sociedade exigia de um governo sem recursos. Ainda que nessa frente não se tenha podido progredir muito, a insistência na idéia preparou o terreno para, quando cheguei à Presidência, deslanchar as privatizações nos setores de infraestrutura (Cardoso, 2015, p. 144).

A renegociação da dívida externa era vista por Fernando Henrique Cardoso como uma prioridade, necessária para a criação de uma poupança interna capaz de alavancar os investimentos financeiros, visto que uma moratória seria prejudicial ao país e impediria a nação de adquirir novos empréstimos.

> A quarta frente dizia respeito à renegociação da dívida externa e ao retorno do Brasil ao mercado financeiro internacional, com a suspensão da moratória. A conclusão do acordo da dívida, em bases satisfatórias para o país, era outro dos elementos fundamentais para a recuperação da confiança, não somente do mundo financeiro internacional, mas também da própria sociedade brasileira. Em seu conjunto, essas quatro frentes de batalha formavam o que entendíamos ser a etapa preparatória para um ataque frontal à inflação. Não havia como empreender a reforma monetária propriamente dita sem obter, como precondição, progressos significativos nessas frentes. Pouco a pouco, em meio a muitas discussões dentro da equipe, tornou-se claro que a reforma monetária se desdobraria em duas fases (Cardoso, 2015, p. 144).

Ter feito parte do referido governo proporcionou ganhos políticos ao PSDB, pois o sucesso alcançado pelo plano real possibilitou ao intelectual se credenciar como candidato à presidência da República.

O Plano Real contribuiu para que o país alcançasse estabilidade, e, na disputa pela eleição presidencial de 1994, Fernando Henrique Cardoso conquistou a vitória com 34.364.961 (54,27%) contra 17.122.127 votos de Lula (PT), que ficou com 27,04% dos votos em uma eleição que tinha Enéias Carneiro (PRONA), Orestes Quércia (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Esperidião Amim (PPR), Carlos Antônio Gomes (PRN) e Hernani Goulart Fortuna (PSC) concorrendo ao cargo (Dulci, 2010, p. 228). Desse modo, o Plano Real possibilitou aos tucanos alcançarem o Planalto, após derrotas expressivas, tanto nas eleições presidenciais de 1989 como no pleito ao Executivo estadual em 1990.

2 O QUE É SOCIAL-DEMOCRACIA?

Este capítulo realiza um debate teórico sobre a social-democracia clássica e moderna. Para iniciar a discussão, cabe definir brevemente o conceito.

2.1 Por uma definição de social-democracia

As forças políticas de centro-esquerda adotaram o reformismo parlamentar para atuar em defesa dos trabalhadores, com o objetivo de beneficiar as classes mais pobres que não tinham acesso a direitos como férias, 13º salário, salário-mínimo e acesso à educação.

> Ao adotar o reformismo parlamentar como estratégia predominante em relação a igualdade e ao socialismo, social-democracia se baseou em dois argumentos. O primeiro era o de que os trabalhadores precisam de recursos sociais, saúde, educação para participarem efetivamente como cidadãos socialistas (Esping-Andersen, 1990, p. 89).

No final do século XIX, os social-democratas entendiam que os direitos sociais deveriam ser estendidos para toda a população e garantidos por meio do sufrágio universal.

> A política eleitoral constitui o mecanismo pelo qual todo indivíduo, enquanto cidadão, pode reivindicar seu direito a bens e serviços. Embora como produtores imediatos os trabalhadores não tenham direito legal ao produto, como cidadãos podem obter tal direito via sistema político. Ademais, novamente como cidadãos e não como produtores imediatos, podem intervir na própria organização e na alocação dos lucros (Przeworski, 1989, p. 25).

Os defensores da social-democracia acreditavam que a participação dentro do campo democrático ajudaria a classe trabalhadora a melhorar suas condições de vida (Przeworski, 1989, p. 25).

> A abstenção eleitoral nunca se constituiu em uma opção viável para partidos políticos de trabalhadores. A participação, por sua vez, não pode permanecer meramente simbólica. Uma vez que a competição democrática oferece a vários grupos uma oportunidade de promover alguns de seus interesses a curto prazo, qualquer partido político que pretenda mobilizar os trabalhadores deve tirar proveito dessa oportunidade (Przeworski, 1989, p. 23).

Os partidos reformistas buscaram conquistar o apoio das classes trabalhadoras, por meio do fomento às políticas de assistência social e de geração de empregos. Vale ressaltar que a formação de uma aliança entre a social-democracia e os demais partidos ocorreu devido

ao fato de as forças de esquerda não possuírem um coeficiente eleitoral para aprovar as reformas (Przeworski, 1989, p. 25).

2.2 Debate teórico sobre social-democracia

A crise de 1929 nos Estados Unidos afetou as economias mundiais, que, por excelência, passaram a implementar políticas econômicas elaboradas por John Maynard Keynes, que ficaram conhecidas comumente como "keynesianas". Nesse sentido, as medidas de intervenção estatal concebidas por esse teórico foram adotadas, especialmente, por vários governos europeus para diminuir a desigualdade social e gerar desenvolvimento econômico. As políticas que pregavam a não intervenção do Estado e a grande liberalização da economia foram deixadas em segundo plano, sendo privilegiadas aquelas que valorizavam a regulação econômica via estatal. Com o aumento do desemprego e dos problemas sociais, como falências de empresas e fome, a preocupação central dos governos no mundo consistia na criação de postos de trabalho. Os keynesianos defendiam maior atuação governamental no campo econômico e acreditavam que a geração de empregos criaria demanda por mercadorias (Hobsbawm, 1995, p. 80).

> O argumento Keynesiano em favor dos benefícios da eliminação permanente do desemprego era tão econômico quanto político. Os Keynesianos afirmavam correntemente que a demanda a ser gerada pela renda dos trabalhadores com o pleno emprego seria o mais estimulante efeito nas economias em recessão. Apesar disso, o motivo pelo qual esse meio de aumentar demanda urgente prioridade- Foi que se acreditava que o desemprego em massa era política e socialmente explosivo, como de fato mostrara ser durante a depressão (Hobsbawm, 1995, p. 80).

Os defensores do intervencionismo estatal enfatizavam que o incentivo ao consumo aumentaria a produção e a renda das classes mais pobres, principalmente pelo ingresso crescente de pessoas no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, "o Estado tornou-se da noite para o dia uma instituição por meio da qual a sociedade podia regular as crises a fim de manter o pleno emprego" (Przeworski, 1989, p. 53).

Inúmeras nações foram influenciadas pelas ideias de Keynes, e partidos, como o *Front Populaire* (Przeworski, 1989, p. 54), implementaram políticas para a redução da semana de trabalho, "aumento do poder de compra, aumento da demanda por produtos, programa de obras públicas, e gastos com viagens e férias". Tais ações tinham como objetivos dinamizar a economia, gerar emprego e poder de compra para parte da classe trabalhadora. As ideias do economista deram sustentação teórica aos partidos sociais e reformistas, sendo que inúmeros

países europeus presenciaram a melhoria das condições de vida de suas populações. Os governos social-democratas foram responsáveis por garantir uma margem de lucro ao setor privado, visando ao desenvolvimento econômico. O Estado tinha como uma de suas premissas investir em políticas sociais, enquanto as empresas contribuíram para a geração do excedente econômico (Przeworski, 1989, p. 54). Logo, os governos se tornaram responsáveis pela geração de riquezas e ficaram responsáveis por administrar serviços públicos. Ao conciliar capital privado com medidas de segurança social, as forças políticas abandonaram projetos de nacionalização de empresas para garantir, aos mercados, condições de competição econômica.

Diante desse contexto, caberia ao Estado "construir vias, treinar a força de trabalho", ou seja, o investimento em obras públicas seria uma forma de diminuir o desemprego (Przeworski, 1989, p. 247). Os governos tinham como tarefa administrar empresas que estavam em falência e que não apresentavam lucros, situação que não pode ser confundida com a nacionalização dos meios de produção. Portanto, os regimes social-democratas passaram a valorizar o capital privado e não aboliram as empresas privadas, ao contrário dos comunistas, que defendiam a abolição da propriedade privada. Era corrente que o Estado seria o responsável pela administração da demanda, ou seja, por garantir renda e consumo ao cidadão. Nesse sentido, caberia aos governos desenvolver programas de emprego de mão de obra, políticas de assistência familiar, projetos habitacionais, sistemas de auxílio financeiro, programas de saúde etc. (Przeworski, 1989, p. 247). Até então, parecia se confirmar a tese defendida pelos socialistas de que, dentro do campo democrático, as classes operárias poderiam conquistar benesses.

A social-democracia tinha como uma de suas premissas a defesa da tese de que a esfera estatal deveria atuar firmemente no planejamento da economia e de políticas públicas, com o objetivo de garantir proteção social por meio da criação de um sistema de previdência (Myrdal, 1960, p. 58).

> O Estado atua no planejamento de políticas públicas onde os idosos garantem uma renda correspondente a seus ganhos. No entanto, a reforma redistributiva deve ter como base o desenvolvimento da economia nacional de modo que não ocorra frustração no desenvolvimento econômico e social (Myrdal, 1960, p. 58).

Os mercados se constituiriam como importantes fontes de recursos para os mais pobres. As autoridades políticas deixaram de lado a nacionalização das empresas e adotaram a coexistência entre capital privado e regulação estatal. Objeto de preocupação de

administrações de centro-esquerda, o seguro-desemprego, por exemplo, foi uma política de proteção social, criado como uma maneira de proteger aqueles que perderam seus empregos, para que não fossem submetidos a uma situação de miséria (Myrdal, 1960, p. 58).

> O seguro-desemprego faz parte integrante do sistema de seguridade social em todos os países, representa a consumação desta linha de política social, mas logo surgiu a demanda de que o Estado deveria tomar medidas a fim de criar oportunidades adicionais aos desempregados (Myrdal, 1960, p. 59).

Após a Segunda Guerra Mundial, muitos países vivenciaram um crescimento econômico amplo, principalmente devido às ações de redistribuição de renda. Os governos atuaram na regulação da economia e estimularam a participação de instituições que pressionavam pelo aumento salarial. Dessa forma, "o mercado é controlado pelo Estado na maior parte das suas relações laborais, tem de respeitar os acordos celebrados entre a associação patronal, do qual é membro, e o sistema sindical" (Myrdal, 1960, p. 64).

2.3 Surgimento do *welfare state*

Estudar a formação de uma cultura peessedebista implica a necessidade de formular uma análise sobre a formação do *welfare state*, ou Estado de Bem-Estar Social, na Europa. Ao elaborar uma abordagem sobre o referido conceito, é importante lembrar que, no período anterior ao século XIX, não havia política de proteção social que garantisse à população diversos benefícios sociais, como salário-mínimo, férias e seguro voltado aos trabalhadores que estavam com a saúde debilitada. Essa premissa passou a ser questionada, visto que os benefícios sociais no fim do século foram tratados pelos governos como políticas que ajudariam as pessoas que estavam desprotegidas, vivendo em situação de miséria e desamparo social. O desafio no final do século XIX e início do século XX foi, portanto, o de conciliar a proteção aos indivíduos e a existência de uma economia competitiva. O *welfare state* era um sistema de proteção que buscava a garantir direitos sociais a toda a população e a proteção social, como o acesso à educação, visando à diminuição das desigualdades sociais (Marshall, 1967, p. 89).

> O objetivo dos direitos sociais constitui ainda a redução das diferenças de classe, mas adquiriu um novo sentido. Não é mais a mera tentativa de eliminar o ônus evidente que representa a pobreza nos níveis mais baixos da sociedade. Assumiu o aspecto de ação modificando o padrão total da desigualdade social (Marshall, 1967, p. 89).

No final do século XIX e início do século XX, era evidente a defesa da tese de que a cidadania plena do indivíduo seria garantida por meio de benefícios sociais, portanto, tornou-se corrente a associação entre cidadania e justiça social. Ser privado das condições mínimas de sobrevivência excluía das pessoas a sua qualidade de cidadãos.

Há a existência de três modelos de *welfare state*, o liberal, o social-democrata e o corporativista. O modelo liberal predomina em países como Inglaterra, Estados Unidos e Austrália, onde são direcionados benefícios somente às classes mais pobres.

> Em um dos grupos, temos o "welfare state liberal", em que predominam a assistência aos comprovadamente mais pobres, reduzidas transferências universais ou planos modestos de previdência social. Os benefícios atingem principalmente uma clientela de baixa renda em geral da classe trabalhadora ou dependente do Estado. Nesse modelo, o progresso da reforma social foi severamente limitado pelas normas tradicionais e liberais da ética do trabalho. As regras para habilitação aos benefícios são portanto estritas e muitas vezes associadas ao estigma, os benefícios são tipicamente modestos. O Estado, por sua vez, encoraja o mercado, tanto passiva – ao garantir apenas o mínimo – quanto ativamente – ao subsidiar esquemas privados de previdência (Esping-Andersen, 1990, p. 108).

O sistema de *welfare state* liberal tem como objetivo encorajar o cidadão a depender menos possível da assistência e dos serviços estatais. Desse modo, há incentivo, por parte da esfera estatal, em subsidiar programas de aposentadoria da inciativa privada. Nesse sentido, pode-se dizer que há uma "mercadorização" dos serviços.

> A consequência é que esse tipo de regime minimiza os efeitos da desmercadorização, contém efetivamente o domínio dos direitos sociais e edifica uma ordem de estratificação que é dos direitos sociais e edifica uma ordem de estratificação que é uma mistura de igualdade relativa da pobreza entre os beneficiários do Estado, serviços diferenciados pelo mercado entre as maiorias e um dualismo político de classe entre ambas as camadas sociais. Os exemplos arquetípicos deste modelo são Estados Unidos, o Canadá e a Austrália (Marshall, 1967, p. 109).

O segundo modelo de *welfare state* que vigora em países como Áustria e Itália pode ser denominado de conservador ou mesmo de corporativista, sem ter uma preocupação com a eficiência do mercado (Marshall, 1967, p. 109).

> Um segundo tipo de regime agrupa as nações como Áustria e, A França, a Alemanha e a Itália. Aqui, o legado histórico do corporativismo estatal foi ampliado para atender a nova estrutura da classe "pós-industrial". Nesses welfares states conservadores e fortemente "corporativistas", a obsessão liberal com a mercadorização e a eficiência do mercado nunca foi marcante por isso, a concessão de direitos sociais não chegou a ser uma questão seriamente controvertida. O que predominou era a diferença de status, os direitos, portanto, estavam ligados a classe e ao status. Esse corporativismo estava por baixo de um edifício estatal inteiramente

> pronto para substituir o mercado enquanto provedor de benefícios sociais, por isso a previdência privada e os benefícios ocupacionais extras estavam desempenham realmente um papel secundário. De outra parte, a ênfase estatal na manutenção da diferença de status significa que seu impacto em termos de distribuição é desprezível (Marshall, 1967, p. 109-110).

É importante destacar que, apesar de vigorar um modelo liberal na Inglaterra, o governo de Margareth Thatcher aumentou os gastos sociais com os mais pobres.

> Na Grã-Bretanha, a despesa com social total aumentou durante o governo de Thatcher, mas trata-se de quase que exclusivamente de um aumento ocorrido em função de uma taxa muito elevada de desemprego. Gastos baixos em certos programas sociais podem indicar um welfare state comprometido mais com o pleno emprego (Marshall, 1967, p. 99).

O segundo modelo de proteção social pode ser considerado conservador, pois os benefícios são destinados à preservação da família tradicional com vistas a incentivar a maternidade, por exemplo (Marshall, 1967, p. 110).

> Mas os regimes corporativistas também são moldados de forma típica pela igreja e por isso muito comprometidos com a preservação da família tradicional. A previdência social exclui tipicamente as esposas que não trabalham fora, e os benefícios destinados a família encorajam a maternidade. Creches e outros serviços semelhantes prestados à família são claramente subdesenvolvidos; o princípio de "subsidiariedade" serve para enfatizar que o Estado só interfere quando a capacidade da família servir os seus membros se exaure (Marshall, 1967, p. 109).

O sistema de *welfare state* social-democrata tem uma característica peculiar em relação aos dois sistemas de proteção social destacados anteriormente, pois há a preocupação com a desmercadorização e o Estado se torna um mantenedor dos programas de assistência social. Existe uma universalização dos serviços sociais para toda a população, e não somente às classes mais pobres.

> O terceiro e evidentemente o menor grupo de países com o mesmo regime compõe-se de nações onde os princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais estenderam-se também as classes médias. Podemos chama-lo de regime social-democrata pois, nestas nações, a social-democracia foi claramente a força dominante por trás da reforma social. Em vez de tolerar um dualismo entre Estado e mercado, entre a classe trabalhadora e a classe média, os social-democratas buscaram um welfare state que promovesse igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não uma igualdade das necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda a parte. Isso implicava em primeiro lugar que, os serviços e benefícios fossem elevados a níveis compatíveis até mesmo com o gasto mais refinado das novas classes médias, e em segundo lugar, que a igualdade fosse concedida garantindo-se aos trabalhadores plena participação dos direitos desfrutados pelos mais ricos (Marshall, 1967, p. 109).

O sistema de *welfare* beneficia todas as classes sociais com serviços de saúde e de previdência social, por exemplo. Desse modo, todas as pessoas, até as pertencentes aos estratos mais ricos, são obrigadas a contribuírem com esses programas por meio de tributação, pois tais benefícios são garantidos por meio de elevadas taxas de impostos (Marshall, 1967, p. 109).

> Esta fórmula, traduz-se numa mistura de programas altamente desmercadorizantes e universalistas que, mesmo assim, correspondem a expectativas diferenciadas. Desse modo, os trabalhadores braçais chegam a desfrutar de direitos idênticos ao dos empregados White-collor assalariados ou dos funcionários públicos, todas as camadas são incorporadas a um sistema universal de seguros, mas mesmo assim os benefícios são graduados de acordo com os ganhos habituais. Esse modelo exclui o mercado e em consequência, constrói uma solidariedade essencialmente universal em favor do welfare state. Todos se beneficiam, todos são dependentes, e supostamente todos se sentirão obrigados a pagar (Marshall, 1967, p. 110).

Entretanto, é preciso ressaltar que o sistema de *welfare state* social-democrata escandinavo apresenta certas ressalvas, pois passou a preconizar a ideia de que é necessário que mais pessoas passem a participar do mercado de trabalho e a depender menos das transferências sociais. O sistema de proteção social-democrata sente-se pressionado nos períodos de crise econômica e mantém, assim, uma relação de dependência em relação ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a proteção social se conserva estritamente dependente do dinamismo das economias (Marshall, 1967, p. 110).

> Talvez a característica mais notável do regime de welfare state seja a fusão entre serviço social e trabalho. Está ao mesmo tempo genuinamente comprometido com a garantia do pleno emprego e inteiramente dependente da sua concretização. Por um lado, o direito ao trabalho tem o mesmo status que o direito a proteção a renda. De outra parte, os enormes custos de manutenção de um sistema de bem-estar solidário, universalista e desmercadorizante indicam que é preciso minimizar os problemas e sociais e maximizar os rendimentos. A melhor forma de conseguir isso, é obviamente, com o maior número de pessoas trabalhando e com o mínimo possível vivendo de transferências sociais (Marshall, 1967, p. 110).

As políticas sociais conseguiram espaço e se consolidaram com a crise de 1929, sendo reforçadas após a Segunda Guerra Mundial, em uma conjuntura na qual o Estado de Bem-Estar Social representava uma espécie de contenção do avanço do comunismo no Ocidente. Todavia, a década de 1970 ficou conhecida como um período em que tais políticas foram colocadas em xeque. A ascensão da crise econômica, principalmente com o choque nos preços do petróleo, gerou desemprego, grandes índices de inflação no mundo inteiro e déficits fiscais. Os Estados estavam com dívidas internas e externas elevadas, devido ao grande dispêndio com proteção social, medidas que subsidiaram o crescimento econômico e

asseguraram grandes salários. Várias nações encontraram impeditivos para a manutenção de políticas de aumento salariais, visto que a crise dificultava o cumprimento dos orçamentos.

As políticas do *welfare state* foram possibilitadas por conta do crescimento econômico entre as décadas de 1950 e 1960 em escala mundial, permitindo que sindicatos e partidos de esquerda tivessem influência sobre as decisões governamentais. Os sindicatos foram instituições que tiveram grande poder de participação política para assegurar, junto ao governo, a expansão da alfabetização e, sobretudo, a manutenção de um sistema previdenciário.

Globalização, abertura econômica e reforma fiscal foram políticas privilegiadas pelo neoliberalismo. As empresas transnacionais migraram em direção aos países onde o lucro poderia ser reproduzido devido aos baixos salários e benefícios fiscais onerosos por parte das nações. Esse caminho foi apontado como uma solução, visando ao aumento das margens de lucro. Assim, as políticas sociais foram impactadas, uma vez que a ida de corporações estrangeiras para outras regiões do globo diminuía o poder de negociação e de pressão dos sindicatos sobre empresas e governos.

A palavra de ordem na economia era a defesa de ajuste fiscal para cobrir as dívidas fiscais. Os neoliberais entendiam que o aumento de salários e a regulação da economia eram fatores que poderiam levar ao déficit fiscal e à inflação (Anderson, 1995, p. 9-23). Por outro lado, as políticas keynesianas foram acusadas, pelos neoliberais, de impossibilitar a acumulação do capital, a realização de investimentos, a ampliação dos negócios e a garantia da democracia. Portanto, os conservadores no campo econômico defendiam o "pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio é um elemento vital do pensamento neoliberal" (Harvey, 2008, p. 9).

Na década de 1970, com a grande inflação e a crise do petróleo, as ideias neoliberais de Friedrich August von Hayek e de Ludwig von Mises ecoaram com vigor, pois as políticas formuladas por esses teóricos constituíram-se como premissas básicas para os governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

As políticas neoliberais pregavam a desregulamentação fiscal e a privatização de empresas que antes ficavam concentradas nas mãos do setor público. Uma das prerrogativas do ideário neoliberal consistia na diminuição dos gastos sociais (Anderson, 1995, p. 9-23).

Os liberais acreditavam que a diminuição de tributos possibilitava a formação de uma margem de lucro e o florescimento dos mercados. Por mais que governos social-democratas tivessem se esforçado em desenvolver políticas de pleno emprego, acabaram adotando medidas do receituário neoliberal. Dessa forma, parecia que as ideias de defesa do livre

mercado também estavam conquistando espaço em governos de centro-esquerda. Houve, por parte dos governantes, a implementação de ações que buscavam garantir o pleno emprego e o incentivo ao consumo (Anderson, 1995, p. 13).

> Mas o projeto fracassou, e já em 1982 e 1983 o governo socialista na França se viu forçado pelos mercados financeiros internacionais a mudar seu curso dramaticamente e reorientar-se para fazer uma política muito próxima à ortodoxia neoliberal, com prioridade para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores de capital e abandono do pleno emprego. No final da década, o nível de desemprego na França socialista era mais alto do que na Inglaterra conservadora, como Thatcher se gabava amiúde de assinalar. Na Espanha, o governo de González jamais tratou de realizar uma política keynesiana ou redistributiva. Ao contrário, desde o início o regime do partido no poder se mostrou firmemente monetarista em sua política econômica: grande amigo do capital financeiro, favorável ao princípio de privatização e sereno quando o desemprego na Espanha rapidamente alcançou o recorde europeu de 20% da população ativa (Anderson, 1995, p. 13).

Como foi destacado, governos socialistas recorreram às políticas do ideário neoliberal, tendo em vista que as ações de intervenção estatal não demostraram efeito na diminuição dos níveis de inflação e desemprego (Anderson, 1995, p. 13).

2.4 Debates sobre a terceira via

A crise do *welfare state* e a ascensão de governos neoliberais, como do presidente estadunidense Ronald Reagan e da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, deu origem a debates sobre o destino da social-democracia. O líder do Partido Trabalhista da Inglaterra, Tony Blair, e o político Bill Clinton, nos EUA, discutiram, na década de 1990, a ideia de formar uma "terceira via", com o objetivo de definir os programas que deveriam fazer parte de um governo de centro-esquerda. O período em que tais reflexões foram desenvolvidas foi marcado pelo fim do socialismo e pela consolidação de políticas neoliberais, como abertura econômica, privatizações, desregulamentação fiscal e enfraquecimento dos sindicatos. Havia o interesse, por parte de alguns políticos e intelectuais, de criar uma posição política almejando pela defesa de um centro radical, que não estivesse estritamente alinhado nem com a direita neoliberal nem com a esquerda que pregava intervenção estatal (Giddens, 2000).

Nas décadas de 1980 e 1990, buscava-se a constituição de uma esquerda moderna que estivesse alinhada à globalização, à defesa do meio ambiente e à proteção das classes mais pobres e vulneráveis. O sociólogo Anthony Giddens era considerado um dos idealizadores da terceira via, que era uma corrente que buscava a reformulação da social-democracia e que

defendia a tese de que o Estado deveria controlar atividades importantes, como saúde, educação e segurança. Essa ideologia preconizava a ideia de que a esfera estatal não poderia regular fortemente a economia, devendo apenas garantir condições de vida às classes mais pobres (Giddens, 2000, p. 8).

Vários partidos de esquerda, como o Partido Trabalhista, na Inglaterra, o Partido Trabalhista, na Noruega, e o Partido Social-Democrata (SPD), na Alemanha, realizaram debates e discussões com o intuito de mudar suas orientações políticas. Portanto, tais forças buscaram se afastar de medidas econômicas intervencionistas, como a administração keynesiana da demanda.

> Na Grã-Bretanha, a primeira tentativa sistemática de afastamento dos princípios social-democráticos clássicos esteve contida na análise do Partido Trabalhista, estabelecida em conferência anual em outubro de 1987. Confrontados pelo apoio popular do Thatcher ismo, houve uma concordância geral entre os grupos de política de que o Partido Trabalhista deveria dar maior ênfase ao direito individual e a escolha pessoal. Promessas de ampliar participação pública na indústria foram descartadas, a administração keynesiana da demanda foi explicitamente abandonada e a dependência em relação aos sindicatos foi reduzida. Temas ecológicos foram introduzidos, mas eram restritos e não foram efetivamente integrados ao resto da estrutura política. Na Noruega por exemplo, o Partido Trabalhista manteve um debate da liberdade em 1986-88 seguindo um período de governo thatcherista e seis temas foram discutidos em grupos de estudos em todo o país, o equilíbrio entre público e privado, flexibilidade da jornada de trabalho, oportunidade educacional, o ambiente, a habitação e democracia econômica (Giddens, 2000, p. 28).

O Partido Social-Democrata alemão deu ênfase à proteção do meio ambiente e procurou se afastar de políticas fortemente intervencionistas. Para os defensores da terceira via, o Estado deveria permitir a competição econômica sem deixar de lado as políticas de amparo social (Giddens, 2000, p. 28). As décadas de 1970 e de 1980 fazem parte de um período em que os partidos socialistas perderam espaço para a implementação de políticas neoliberais, principalmente com o surgimento de novos atores, como movimentos sociais que trabalhavam em prol do meio ambiente, da população negra e dos homossexuais. Tratava-se de um contexto no qual os governos teriam que dialogar com outros grupos que buscavam a defesa de suas demandas específicas, como o combate à discriminação racial e a liberação sexual. Assuntos relacionados à proteção ambiental passaram a ser objetos de discussão não apenas de órgãos estatais, mas de organizações não governamentais e de órgãos internacionais (Giddens, 2000, p. 58).

A social-democracia clássica foi acusada por Giddens de não permitir que a sociedade participasse e tomasse decisões no campo democrático. Dessa forma, o autor defendia a tese de que o Estado deveria estabelecer um canal de comunicação com a sociedade civil, visando

ao fortalecimento da democracia. Além disso, o teórico enfatizava que os governos de centro-esquerda clássica não se preocupavam com o meio ambiente. Logo, os defensores da terceira via acreditavam que as forças de centro-esquerda precisavam se adaptar a um contexto político em que os partidos estavam perdendo espaço para grupos sociais organizados. Os socialistas, nessa perspectiva, deveriam estimular a participação dos cidadãos, de modo que as decisões políticas fossem tomadas em conjunto pelas pessoas.

> Movimentos sociais, grupos de pressão unidirecionados, ONGS e outras associações de cidadãos seguramente terão importância na política de forma contínua- a partir de um nível local para um nível mundial. Os governos terão de estar prontos de aprender com eles, reagir as questões que levantam e negociar com eles, como terão de fazer a empresas e outras instituições de negócios (Giddens, 2000, p. 62-63).

Entretanto, sua teoria reiterava o fato de que as organizações civis não eram capazes de substituir os partidos políticos no que que se refere à realização de políticas ligadas ao meio ambiente. Além disso, ressaltava a necessidade de uma reforma estatal, com o objetivo de promover a modernização.

> A Reforma do Estado deveria ser um princípio orientador da política da terceira via como processo de ampliação e aprofundamento da democracia. O governo pode agir em parceria com instituições da sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade (Giddens, 2000, p. 79).

Nota-se, no pensamento do sociólogo britânico, o destaque à importância de se inserir as instituições da sociedade civil nas tomadas de decisões, sendo esta uma demanda de grupos sociais que reivindicavam mais participação, dentro de um cenário em que aumentava o descrédito, por parte da população, em relação aos grupos políticos.

> Uma economia de mercado efetiva é a melhor maneira de promover a prosperidade e a eficiência econômica, trazendo ainda outros benefícios. Os mercados permitem a livre escolha pelo consumidor e o livre e não violento intercâmbio de bens a curta e longa distância. Desde que os monopólios sejam efetivamente controlados, os mercados permitem uma livre concorrência em que todos a princípio todos podem participar. Entretanto, o papel dos mercados deve ser confinado. Quando se permite que que eles se imiscuam demasiadamente de outras esferas da vida social, resulta uma variedade de conclusões inaceitáveis. Mercados geram inseguranças e desigualdades que requerem a intervenção ou regulação do governo para serem controladas ou minimizadas (Giddens, 2000, p. 25).

Foi mencionado, nas reflexões de Giddens, que o Estado precisaria deixar a economia florescer, sem abandonar a distribuição de renda justa e a geração de empregos. O teórico, desse modo, criticava o ideário neoliberal e destacava, de forma reiterada, que o desenvolvimento das capacidades individuais e o florescimento da economia deveriam estar a

serviço de toda a sociedade. Entretanto, o intelectual partia da premissa de que igualdade e liberdade eram conceitos que entrariam em conflito, mas que poderiam ser compatíveis.

> A questão da igualdade precisa ser pensada cuidadosamente, de ponta a ponta. Igualdade e liberdade individual podem entrar em conflito e de nada adianta fingir que igualdade, pluralismo e dinamismo econômico são sempre compatíveis. Movida como é por mudanças estruturais, a desigualdade em expansão não é de fácil combate. Os social-democratas não deveriam admitir, no entanto, que níveis elevados de desigualdade são funcionais para a prosperidade econômica, ou que são inevitáveis. Eles tanto deveriam se afastar do que foi por vezes uma obsessão de desigualdade, quanto repensar o que é igualdade (Giddens, 2000, p. 110).

Com o mundo mais interligado, houve aumento das exportações e maior interdependência entre os países de diferentes blocos econômicos. A terceira via manifestou postura favorável à integração econômica, pois a considerava importante para o desenvolvimento econômico e social das nações.

Já a atuação de organizações governamentais era vista, pela terceira via, como uma forma de contribuir com as comunidades, mas sem a necessidade de interferência direta dos governos; tais entidades, no entanto, não poderiam substituir os governos. Anthony Giddens tinha consciência de que cada indivíduo deveria assumir suas responsabilidades no que se refere à participação no mercado de bens de serviço. Porém, como apontado pelo autor, as políticas sociais precisariam ser voltadas aos mais necessitados.

> Poder-se-ia sugerir como um moto primordial, que para a nova política não há direitos sem responsabilidades. O governo tem todo um aglomerado de responsabilidades para com seus cidadãos e outros, incluindo a proteção aos mais vulneráveis. A social-democracia do velho estilo, no entanto, era propensa a tratar dos direitos como exigências incondicionais. Com o individualismo em expansão, deveria vir uma extensão das obrigações individuais (Giddens, 2000, p. 110).

As ideias de Giddens preconizavam a proteção dos indivíduos que estavam em situação de pobreza ou desemprego, mas era destacado que as pessoas não poderiam se tornar dependentes de políticas públicas. Desse modo, caberia ao *welfare state* incentivar as pessoas a assumirem os riscos e responsabilidades para não "ficarem às custas" dos governos. Partindo dessa premissa, era defendida a tese de que os benefícios sociais não poderiam impedir o indivíduo de exercer sua liberdade e iniciativa. Como exemplo, foi enfatizado que os programas de proteção social dos países nórdicos entravam em crise com o aumento do desemprego (Giddens, 2000, p. 124-125).

Anthony Giddens defendia a ideia de que haveria um risco de perigo moral, pois as pessoas poderiam estar em posição de dependência em relação ao governo.

> Os benefícios destinados a se opor ao desemprego, por exemplo, podem produzir desemprego se forem usados como uma proteção contra o mercado de trabalho... Uma séria dependência de dependência de benefícios deixa então de ser vista como tal e se torna simplesmente um comportamento esperado (Giddens, 2000, p. 124-125).

A ideia de risco consistiria na ação do indivíduo que deixa de buscar emprego e fica apegado a programas sociais do governo. No entanto, para assumir a responsabilidade, o Estado precisaria formar mão de obra e investir em qualificação profissional para que as pessoas não fossem simplesmente jogadas no mercado de trabalho. Nesse contexto, as ONGs foram consideradas as entidades responsáveis por oferecer ajuda, cooperação e capacitação profissional àqueles que estivessem desempregados (Giddens, 2000, p. 124-125).

Portanto, a terceira via era uma corrente social-democrata, contrária às políticas de estatização e de abertura econômica radical. Porém, essa ideologia tinha como uma de suas premissas a ideia de que a abertura comercial não deveria ser feita de modo irresponsável, pois o Estado não poderia se isentar da elaboração de políticas sociais (Giddens, 2000, p. 124-125).

> O termo “centro-esquerda” não é, pois, um rótulo inocente. Uma social-democracia renovada tem de ser de centro, porque justiça social e política emancipatória permanecem em seu cerne. Mas o “centro” não deveria ser encarado como vazio de substância. Estamos antes falando das alianças que os social-democratas podem tecer a partir dos fios da diversidade dos estilos de vida. Problemas políticos tradicionais assim como novos, necessitam assim ser pensados desse modo. Um welfare state reformulado, por exemplo, tem de corresponder a critérios de justiça social, mas também devem incorporar a escolha e escolha ativa do estilo de vida, estar integrado a questões ecológicas e responder a novos cenários de risco (Giddens, 2000, p. 55).

Partimos da premissa de que as ideias liberais foram incorporadas ao pensamento de Giddens, visando a uma conciliação entre neoliberalismo e social-democracia, de modo que as políticas sociais conquistassem respaldo, inclusive dos setores empresariais.

Os discursos dos fundadores do PSDB iam ao encontro das ideias de Giddens, pois os primeiros personagens defendiam o controle de gastos, abertura econômica, privatização de empresas e políticas voltadas às questões sociais. FHC, Serra e Montoro acreditavam que o papel do “Estado” deveria ser dedicado à defesa da competição econômica sem deixar de se preocupar com os problemas sociais.

3 EXISTE UMA CULTURA POLÍTICA PEESSEDEBISTA?

Neste capítulo, propõe-se desenvolver um debate sobre o conceito de cultura política, pois considera-se o termo importante para a análise dos comportamentos e posicionamentos de Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Franco Montoro, José Serra e Hélio Jaguaribe em relação à conjuntura econômica, política e social na época de constituição do partido.

3.1 Conceito de cultura política

A cultura política é um conceito recente que se popularizou, conquistou espaço dentro do campo historiográfico e é utilizado por historiadores, cientistas políticos e antropólogos para a compreensão do comportamento de grupos sociais frente a determinadas questões. Portanto, partidos políticos, movimentos sociais ou, até mesmo, meios de comunicação são considerados grupos sociais que se tornaram objetos de estudos, pois contribuem para a constituição de uma cultura política em torno de certos problemas políticos, dentro de uma certa conjuntura.

A Escola dos *Annales* criticaram os historiadores do político e os acusaram de valorizar os acontecimentos políticos, que eram circunscritos na curta duração, como as batalhas e as revoluções, e de não demonstrar tanto interesse nos estudos inscritos na longa duração. Os integrantes desse movimento valorizavam a problematização e os acontecimentos circunscritos na *longue durée* (Bloch, 2001).

> [...] só tinha olhos para os acidentes e as circunstâncias mais superficiais: esgotando-se na análise das crises ministeriais e privilegiando as rupturas de continuidade, era o própria imagem e exemplo da história dita factual, ou *évenementielle* – sendo o termo usado no mal sentido –, que fica na superfície das coisas e esquece de vincular os acontecimentos as causas mais profundas (Rémond, 2003, p. 17).

Houve um crescimento no interesse pelos estudos sobre História Política. O historiador René Rémond, em seu livro-manifesto *Por uma história política,* entende que as análises sobre o campo político na História passaram por um processo de reformulação por meio da interdisciplinaridade, especialmente sob a influência da Escola dos *Annales*. Além das ciências políticas, os historiadores tiveram contato com outros campos do conhecimento social, como Sociologia, Direito, Linguística e Psicologia. Nesse sentido, ocorreu uma proliferação de estudos sobre partidos políticos, imprensa, intelectuais, opinião pública, entre outros. A História Política foi acusada pelo movimento dos *Annales* de privilegiar os

acontecimentos baseados na curta duração, como os conflitos e batalhas, no entanto, destacou que as abordagens voltadas à curta duração também faziam parte de abordagens históricas sobre economia, por exemplo (Chauveau; Tétart, 1999, p. 55).

> O acontecimento não é pois, somente político. Há também distinções que convém lembrar periodicamente para combater os amalgamas entre político, o relato e o acontecimento. Na realidade, o político, assim como o econômico e ou o social inscreve-se no curto, no médio e no longo prazo (Chauveau; Tétart, 1999, p. 55).

Como será explorado, os estudos sobre História Política passaram a valorizar os acontecimentos ligados à longa duração.

> Ela pode ser uma história de longa duração e eu enunciei, muitas vezes a ideia de que é, talvez uma daquelas em que os fenômenos são mais perenes, por causa do peso do passado na memória consciente ou inconsciente: os fenômenos de cultura política só podem ser compreendidos numa perspectiva de longa duração muito longa. Estamos longe do relato: na análise em profundidade ou na consideração de um tempo muito vasto (Chauveau; Tétart, 1999, p. 54).

Além disso, a atuação dos *annalistes* contribuiu para que os estudos sobre os fatos políticos valorizassem também a longa duração, e não apenas a curta duração, como fazia a História Política tradicional. As abordagens sobre as revoluções e as batalhas continuaram sendo objetos de estudos importantes, mas, nessa perspectiva, não foram apenas os grandes personagens os objetos de pesquisa histórica.

> Há sem dúvida um conjunto de tempos que se sucedem num ritmo muito rápido, e aos quais correspondem datas precisas, golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos.... Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência de partidos políticos. Outros tem uma duração de tempo mais longa, se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação as das ideologias que inspiram a longa duração (Rémond, 2003, p. 33-34).

Considera-se, assim como o historiador francês René Rémond, que as culturas políticas são fenômenos que estão inscritos na longa duração, ao contrário das batalhas e revoluções.

> Enfim, a noção de cultura política, que está prestes a ocupar, na reflexão e explicação dos fenômenos políticos, um lugar proporcional ao vazio que ela acaba de preencher, implica continuidade na longuíssima duração. Assim, no que diz respeito ao tempo, a história política não o cede à história de qualquer outro aspecto da realidade (Rémond, 2003, p. 33-34).

Com a reformulação e maior interesse sobre os estudos políticos, foi aberto mais espaço para as análises sobre o comportamento das pessoas e de grupos sociais, assim como a respeito de determinados problemas ou de questões em uma dada conjuntura histórica. Partindo desse pressuposto, o contato entre História, Ciência Política, Antropologia e Psicologia contribuiu para que fossem desenvolvidos estudos sobre cultura política.

Os cientistas políticos consideram a cultura política como a avaliação e julgamento dos indivíduos em relação às estruturas e instituições políticas às quais estão submetidos, sendo esses elementos fundamentais dessa cultura (Almond; Verba, 1965).

Os Estados Unidos e a Inglaterra, com as devidas diferenças, foram citados como exemplos de nações em que uma forma mais avançada de organização política prevalecia. Assim, a abordagem desses pensadores estava alinhada com a linha de pensamento da ciência política desenvolvimentista (Almond; Verba, 1965). Por outro lado, uma corrente de historiadores franceses se dedicou à elaboração de estudos políticos sob uma perspectiva cultural. Esses pesquisadores buscavam compreender o comportamento e as posições dos atores políticos dentro do contexto social, utilizando uma matriz cultural e antropológica. A partir dessa premissa, a cultura política ganhou destaque nos estudos de História Política, resultando em críticas aos estudos sobre organização política que seguiam uma perspectiva desenvolvimentista (Motta, 2014, p. 19-20).

> Eles formularam outra forma de conceber cultura política, tomando por base duas críticas principais ao modelo original norte-americano: primeiro rejeitaram suas implicações etnocêntricas, pois ficava implícita na teorização de Almond e Verba a superioridade da cultura cívica (ou democrática), considerada etapa superior e referência a ser seguida pelos povos ainda presos a formas “atrasadas” de organização política; segundo, entendiam ser inadequada a perspectiva nacional, tida excessivamente como generalista ao atribuir a um povo todas as características de uma cultura política (Motta, 2014, p. 19-20).

Dessa forma, a escola francesa de estudos políticos procurou destacar a existência de várias culturas políticas, e não apenas de uma, como será abordado.

Houve o florescimento de estudos, na década de 1960, que enfatizaram a atuação da sociedade civil e destacaram que as análises de Jürgen Habermas e Talcott Parsons, por exemplo, foram consideradas incapazes de entender a relação entre Estado e sociedade civil (Somers, 1996-1997).

> Por otro lado, ni los términos parsonianos ni los habermasianos son suficientemente capaces para llevar a cabo este reto teórico y normativo y, finalmente, fracasan en

> teorizar adecuadamente las verdaderas dinámicas históricas (las nociones participativas de la política y las culturales solidarias de los derechos) que causaron su renacimiento (Somers, 1996-1997, p. 258-259).

Os apontamentos de Somers privilegiaram a cultura dos indivíduos da sociedade civil como elemento externo em relação às estruturas de poder do Estado. Os aspectos culturais contribuíram para que a sociedade civil tivesse autonomia frente à esfera estatal. Assim, a cultura trata-se de um elemento responsável pela configuração das estruturas políticas.

Com a reformulação da História Política, houve abertura para o desenvolvimento de estudos sobre a cultura política, com o objetivo de compreender o comportamento dos grupos sociais dentro de uma determinada conjuntura histórica. Dessa forma, os partidos políticos, por exemplo, foram instituições que se tornaram objetos de estudos da "nova" História Política e passaram a ser considerados locais de proliferação de culturas políticas. Portanto, afirma-se que a cultura política é considerada "uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas" (Berstein, 1998, p. 350).

Críticas foram tecidas aos politólogos da escola desenvolvimentista, que partiam da premissa de que havia uma cultura política nacional que era transmitida de geração em geração e de que os valores das democracias liberais representavam um modelo de modernização.

> Tal como surge aos olhos dos historiadores, a noção de cultura política está, pois, estreitamente ligada à cultura global de uma sociedade, sem, todavia, se confundir totalmente com ela, porque o seu campo de aplicação incide exclusivamente sobre o político. Não pode a pois haver antinomia, uma vez que a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro. Ora, esta noção, largamente utilizada pelos politólogos americanos da escola «desenvolvimentista», foi vivamente criticada, ao ponto de se encontrar hoje completamente rejeitada pela ciência política. Observamos, porém, que a crítica incide sobre dois pontos totalmente alheios à cultura política tal como a encaram os historiadores: em primeiro lugar, a ideia de que existiria uma cultura política nacional própria de cada povo e, por conseguinte, transmitida por herança de geração em geração; em segundo lugar, o pressuposto de uma hierarquia destas culturas políticas nacionais, que levaria a libertar as vias da modernização, isto é, a alinhar as culturas políticas das diversas nações com as normas e os valores das democracias liberais do Ocidente, que se supõe representarem o modelo acabado da modernização das sociedade (Berstein, 1998, p. 353).

Nesse sentido, não existe apenas uma cultura política, mas várias dentro de um mesmo país, de acordo com cada contexto histórico. Cada grupo social, como intelectuais, partidos políticos ou até meios de comunicação, desenvolve um comportamento político face a um dado problema.

A escola francesa que tinha Berstein como um de seus expoentes destacava a existência de uma pluralidade de culturas políticas, principalmente ao criticar a ideia de que não existia apenas uma cultura política nacional, mas famílias de cultura política, como liberalismo, socialismo, totalitarismo (Berstein, 1998, p. 57-98). A tese defendida pelo movimento, ou seja, de que há várias culturas políticas que coexistem e estabelecem diferenças entre si, foi corroborada por Eliana Dutra (2002, p. 13):

> As culturas políticas, assim, constituem, em determinados momentos históricos, um conjunto homogêneo, no qual os componentes são estritamente solidários entre eles, devendo, por isso, ser considerados um todo coerente, não obstante o fato dos trabalhos dos historiadores constatarem todo o tempo a existência de vários sistemas de representação coerentes, rivais entre si, que impregnam a visão que os homens têm da sociedade e do lugar que nela ocupam e de suas condutas políticas. Esses sistemas de representação seriam enraizados na cultura geral da sociedade considerada e lhe seriam solidários.

Cada cultura política, portanto, procura responder de um modo aos problemas que são postos em um dado contexto histórico, pois cada grupo social busca reagir de diferentes maneiras. A Revolução Francesa deu origem à cultura política republicana, enquanto a Revolução Industrial fez surgir uma cultura política socialista, que se tornou antagônica ao liberalismo. No século XIX, ocorreu a formação de grupos que defendiam o sufrágio universal; já no início do século XX, políticas de bem-estar social ganharam espaço. Pode-se notar, então, uma mudança das culturas políticas, pois elas não são fenômenos estáticos, mas se modificam para dar respostas a certos problemas (Berstein, 2003, p. 358).

> Mas a evolução das culturas políticas não resulta apenas de uma adaptação necessária a circunstâncias forçosamente mutáveis. Ela depende também da influência que possam exercer as culturas políticas vizinhas, na medida em que estas parecem trazer respostas baseadas nos problemas que se depararam às sociedades num dado momento da sua evolução. É assim que, a partir de meados dos anos setenta, a cultura socialista sofre uma verdadeira crise ligada, ao mesmo tempo, à ineficácia demonstrada da economia administrada dos países de Leste e às dificuldades do Estado-providência confrontado com a recessão ou com o fraco crescimento económico, que já não permite libertar os excedentes necessários ao financiamento da proteção social (Berstein, 2003, p. 358).

Como apontado, as culturas políticas surgem como formas de reagir a certas questões dentro de um dado contexto político e são influenciadas por outras culturas “[...] quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflecte as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades” (Berstein, 2003, p. 357). Caso uma

determinada cultura política não consiga dar uma resposta satisfatória sobre um determinado problema, ela tende a ser deixada de lado.

Diante de uma discussão teórica sobre o conceito, é preciso destacar que aqueles que partilham de uma mesma cultura política viveram os mesmos momentos de crise que vão "determinar depois comportamentos solidários face aos novos acontecimentos" (Berstein, 2003, p. 361). Observa-se que os partidos políticos são entidades que surgem em momentos de crise com o objetivo de responder a certos problemas.

> Essa crise não é necessariamente um acontecimento histórico, mesmo que fatos espetaculares a revelem aos contemporâneos. Pode ser uma guerra, mas também um fenômeno de inflação monetária, uma depressão econômica, uma explosão demográfica, uma transformação do sistema educacional, um abalo das estruturas econômicas (Berstein, 2003, p. 67).

Os partidos possuem uma determinada cultura política, dão respostas em momentos críticos e buscam exercer papel de mediação política diante de um dado problema. Mas o processo de formação de uma cultura política está inscrito na longa duração.

Sublinhe-se que os intelectuais oferecem importantes contribuições para o estudo das culturas políticas. Os membros da *intelligentsia* fornecem respostas a problemas e constroem representações de uma determinada realidade vivida pela sociedade. Ao caminhar pela experiência de Bobbio, compreende-se que os intelectuais também mantêm uma relação com o poder, mas desenvolvem uma política distinta daquela que é realizada por estadistas. Nesse sentido, os autores estabelecem uma cultura política ao "levantar problemas, elaborar programas ou apenas teorias gerais" (Bobbio, 1997, p. 82). Os intelectuais produzem representações sobre a realidade social que acabam objetivando a construção de uma cultura política.

> Além da escola francesa de estudos sobre questões políticas, há importantes contribuições de autores pertencentes ao contextualismo linguístico como Quentin Skinner e Poccock. Tais teóricos entendem que as ideias políticas são constituídas dentro de um contexto histórico por determinados autores como forma de ação dentro de uma conjuntura, ou seja, uma forma de intervenção política. Dessa forma, a teoria busca incentivar a práxis, ou seja, há uma relação entre teoria e prática política, visando a resolução de determinados problemas e questões políticas. A adoção desta abordagem também poderá nos ajudar a lançar luz sobre algumas das conexões entre teoria e práticas políticas. Muitas vezes se observa que historiadores políticos tendem a atribuir um papel algo marginal a ideias e princípios quando procuram explicar a conduta política (Skinner, 1996, p. 11).

As linguagens políticas são concebidas dentro de um dado contexto histórico e servem como base para a formação de questionamentos e de ideias a determinados autores. Nesse

sentido, há a formação de um contexto linguístico no qual ideias estão disponíveis a teóricos para que estes possam desenvolver críticas ou propor soluções a respeito de dadas questões. A linguagem política funciona como forma de intervenção política.

> Uma grande parte de nossa prática como que trabalha com linguagens políticas é a de aprender a ler reconhecer os diversos idiomas do discurso político da forma pela qual se encontravam disponíveis na cultura e na época em que o historiador está estudando: identificá-los à medida que aparecem na textura linguística de um determinado texto e saber o que eles comumente teriam tornado possível ao autor propor ou dizer (Popock, 2003, p. 33).

Como reiterado, as linguagens são concebidas como forma de responder a determinados problemas por dados autores. As ideias políticas podem ser consideradas formas de ação política e acabam constituindo um repertório próprio de ideias com base em teorias políticas que acabam sendo importadas de outros contextos. Sendo assim, "A inscrição da produção doutrinária do movimento intelectual no processo sociopolítico em que surge lhe confere uma nova inteligibilidade: a própria redação de textos se revela uma forma de ação" (Alonso, 2002, p. 73). Partindo dessa premissa, pode-se considerar que repertórios ficam à disposição de grupos intelectuais para desenvolver certas ações políticas.

> Um repertório é o conjunto de recursos intelectuais desnível numa sociedade em certo tempo, é composto de padrões analíticos, noções, argumentos, conceitos, teorias, esquemas explicativos, noções, argumentos, conceitos, teorias, esquemas explicativos, formas estilísticas, figuras de linguagem, e metáforas (Alonso, 2002, p. 38-39).

Desse modo, a produção de ideias é caracterizada como uma ação política, que busca a reconfiguração e reordenação de uma ordem política e ou social.

3.2 A social-democracia segundo os fundadores do PSDB

Estudar as ideias dos fundadores do PSDB é uma tarefa de suma importância para destacar a existência de uma cultura política pessedebista. Desse modo, foram explorados os discursos políticos de Franco Montoro assim como de FHC, Covas, José Serra e Hélio Jaguaribe e Luiz Carlos Bresser Pereira. As suas ideias são objetos de análises, pois compartilhavam diversos valores, como posição contrária ao populismo, defesa de programa de privatizações, abertura econômica, controle fiscal e política de redistribuição de renda. Esses personagens, por estarem dentro do jogo político, manifestaram a defesa de um projeto social-democrata que levasse em consideração a modernização do país e aquisição de insumos

tecnológicos. Ambos partilhavam a defesa de uma social-democracia de terceira via que era preconizada pelo sociólogo Anthony Giddens, mas que estava sintonizada com as questões relacionadas à realidade e à política brasileira.

Entretanto, a formação de um programa político não é uma estratégia isenta de interesses, pois ela visa a busca pelo poder. Ter um projeto político torna-se uma condição *sine qua non* para adquirir votos e apoio dentro do cenário político, embora muitas forças brasileiras não tenham uma base ideológica, já que diversos partidos são fundados apenas com o objetivo de participar das eleições, algo nítido na política brasileira.

Hélio Jaguaribe foi um dos principais responsáveis por organizar o Seminário Internacional sobre a Social-Democracia, que ocorreu entre os dias 24 e 27 de novembro de 1987 no Rio de Janeiro. Este intelectual contribuiu com o debate social-democrata e apontou os desafios que o país deveria enfrentar, como o combate à fome e às injustiças sociais. Portanto, tinha uma postura contra o desenvolvimentismo e acreditava no papel da burguesia em promover a modernização econômica do país.

Por ser defensor da social-democracia, Jaguaribe considerava que essa corrente, em toda a sua história, seria a única capaz de defender as liberdades democráticas e econômicas, a justiça social e a propriedade privada. A coexistência entre justiça social e capitalismo era apontada como necessária para o desenvolvimento da sociedade.

> Esse processo evolutivo de ideias e experiências conduz a um modelo de organização da sociedade que combina os ideais socialistas de igualdade e justiça sociais com a preservação e o aprofundamento das liberdades democráticas dentro de condições que mantém uma economia de mercado e asseguram o dinamismo e a agilidade da empresa privada (Jaguaribe, 1989, p. 3).

A esfera estatal foi considerada por Jaguaribe como protagonista no desenvolvimento de políticas sociais e na promoção da justiça social. Este personagem enfatizava de forma veemente que os governos tinham como tarefa a modernização do processo produtivo. A iniciativa pública tinha como tarefa assegurar ao empresário a formação de excedente financeiro para que ele pudesse investir na modernização das indústrias e, assim, aumentar a produção.

> A formação do excedente econômico é confiada a empresa privada, com maior ou menor participação de empresas públicas e com maior ou menor intento programador por parte do Estado. Ao empresário privado, a quem se assegura a liberdade e as condições de produção da riqueza, não se lhe confere, todavia, o direito de livremente dispor do excedente que gera. O Estado social-democrata, predominantemente por via tributária, mas também por outros meios, dispõe da sorte a que, preservadas as convenientes reservas para a reprodução, modernização e

> expansão do processo produtivo e razoável margem de lucro, para estimular a gestão empresarial, e a inversão de capitais, o restante do excedente seja encaminhado, direta ou indiretamente, para dar atendimento a um grande programa social (Jaguaribe, 1989, p. 5).

Jaguaribe tinha consciência de que a outra parte dos excedentes financeiros gerados pelos empresários deveria ser usado em políticas sociais, visando facilitar o acesso da população à saúde e à educação de qualidade, por exemplo.

Ao realizar seu discurso em defesa da social-democracia, o citado intelectual fez questão de frisar que o modelo social-democrata não deveria ser implantado apenas no Brasil, mas também em países latino-americanos devido à existência de grandes índices de pobreza e de concentração de renda.

> O modelo social-democrata proporciona a esses países a forma mais adequada de compatibilizar a ativa promoção de seu desenvolvimento social com a dinamização de seu desenvolvimento econômico. Uma economia de mercado submetida a uma séria programação social, que acelere a incorporação das massas a níveis superiores de vida, de capacitação e de participação, constitui obviamente a fórmula que dá melhor atendimento as necessidades econômicas desses locais (Jaguaribe, 1989, p. 11).

Jaguaribe defendia de forma contundente a tese de que somente a social-democracia poderia promover o crescimento econômico junto com a distribuição de renda. O personagem citou a realidade latino-americana em seus discursos, pois o Seminário Internacional sobre Social-democracia contou com a participação de pesquisadores e políticos não só do Brasil, mas da Europa e da América Latina como um todo. Logo, as ideias desse teórico eram voltadas para público político e intelectual que estava no congresso.

O populismo e a ditadura militar foram regimes duramente atacados por Jaguaribe e acusados de impedir a formação de uma democracia social de massas. O termo “democracia social de massas” denota a coexistência entre a participação do povo na política e a criação de políticas de bem-estar social para toda a população.

> Ante as crescentes pressões das massas, já anunciadas no segundo Governo Vargas é ainda mais prementes no Governo Goulart, as classes médias acionando sua vanguarda militar interromperam o processo democrático, para salvaguardar seus interesses. Entrementes, ganha novo impulso o processo de industrialização e o país se converte na oitava economia do mundo. A industrialização, a urbanização, a generalização do acesso aos meios de comunicação de massas tornaram, a partir de fins da década de 70, inviável a manutenção da ditadura militar. Mas tornaram, também, evidente a impossibilidade de se restaurar a restrita democracia de classe média do período precedente. O país exigia uma democracia, e esta só podia ser uma democracia de massas (Jaguaribe, 1989, p. 15).

Se o governo varguista foi mencionado foi criticado por promover democracia de classe média e a exclusão das massas, o governo militar promoveu a ditadura e foi incapaz de resolver os problemas sociais que assolavam o país, sendo acusado de defender os interesses das classes médias. Já o governo Sarney foi considerado incapaz de promover políticas de cunho social e democrático.

Em suas análises, Jaguaribe[12] enfatizou a necessidade de ser instituído de forma urgente um regime social-democrata no Brasil para promover uma democracia de massas para que problemas sociais, como fome e inflação, não fossem aprofundados.

> De todos os países da América Latina, o Brasil é aquele em relação ao qual é mais nitidamente incontornável a exigência de um projeto social-democrata. Nele, mais do que em qualquer outro, destacou-se a dupla exigência de um acelerado desenvolvimento econômico, apoiado numa dinâmica economia, e de uma igualmente acelerada mudança social, que promova a incorporação das grandes massas a níveis superiores de vida, de capacitação e participação (Jaguaribe, 1989, p. 11).

Em seu discurso, o intelectual assumiu a posição de fundador e militante do PSDB perante o público que acompanhava o seminário, sobretudo ao defender a tese de que a vitória de Covas na eleição presidencial de 1989 possibilitaria a implantação de um projeto social-democrata no Brasil. Nessa perspectiva, seus argumentos versavam sobre a ideia de que somente o partido ao qual fazia parte teria condições de promover políticas de justiça social.

Já o ex-governador André Franco Montoro tinha uma característica peculiar em relação a FHC e Covas, pois, como destacado no primeiro capítulo, ele teve uma vida voltada à defesa da democracia cristã. Entretanto, antes mesmo da fundação do partido, foi responsável por entrar em contato com membros do PMDB de todo o interior de São Paulo, visando à criação de uma base forte para o partido que estava em processo de formação. As correspondências enviadas aos políticos peemedebistas do interior paulista são importantes documentos que mostram a defesa de um projeto social-democrata. O político defendia um projeto de desenvolvimento econômico alinhado à luta pela diminuição das desigualdades sociais no país. Assim, o discurso em defesa da justiça social buscava a formação de diretórios municipais no interior paulista do partido que estava em construção. Partindo dessa

[12] Hélio Jaguaribe pertenceu a um grupo de Intelectuais que fazia parte do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, comumente conhecido como ISEB, criado em 1955. Segundo as análises de Lovatto, tais intelectuais procuraram elaborar um projeto nacional-desenvolvimentista, sendo que Jaguaribe entendia que o desenvolvimento econômico do pais deveria se dar de forma autônoma e conduzido pela burguesia. De acordo com a autora, o pensador defendia a participação do capital privado. Então, sempre teve uma postura crítica em relação ao projeto de desenvolvimento conduzido pelo Estado e sem a participação da burguesia (Lovatto, 2004).

premissa, era necessário assegurar a criação de uma base sólida de apoio político em cidades interioranas no período das eleições estaduais e federais. Em seus discursos, Montoro mantinha um posicionamento contrário às injustiças sociais e preconizava a distribuição de renda entre os brasileiros para a diminuição da fome e da miséria que imperavam no Brasil (Franco Montoro, 1988a, p. 1).

> A realidade social é de uma população cuja maioria, o povo há anos vive muito mal, boa parte mesmo na miséria, enquanto uma parcela muito pequena, a elite goza de requintado padrão de vida, muitas vezes perdulário. Um equilíbrio social assim apático, significa que, ou povo está ignorante de seus direitos e a elite cega de seus deveres, ou o que é pior, estão ambos deles conscientes, o povo entregue ao seu desalento, descrente de suas possibilidades conformado com sua inferioridade quase escravo, a elite enfunada pela sua ostentação, arrogante de sua estabilidade e orgulhosa de sua superioridade quase tirania (Franco Montoro, 1988a, p. 1).

O político procurava se colocar como um defensor das classes mais pobres, pois estava em curso a formação de um partido político e a busca de militantes, tendo em vista que a formação de uma militância é necessária para a constituição de uma força política. A fala em defesa da redistribuição de renda era direcionada para um público específico, ou seja, militantes do PMDB, formado por políticos como prefeitos, deputados e vereadores. O discurso revela o interesse do político em criar uma base de apoio para as eleições em que o seu grupo viesse a concorrer, além de atrair personagens para compor a agremiação que iria ser constituída. Ao destacar as desigualdades sociais, o político apontava o governo de Sarney como responsável pelas desigualdades sociais, estratégia para desqualificar o grupo político de Quércia, já que havia um racha dentro do partido, como já indicado anteriormente. Em outro ponto de sua discussão, o político reiterava que a superação das desigualdades sociais só seria defendida por meio de um partido social-democrata. Sendo assim, a participação dentro do campo político era definida como fator fundamental para a superação das injustiças sociais (Franco Montoro, 1988a).

O discurso sobre a superação das desigualdades sociais era frequentemente proferido, pois representava um problema intrínseco à realidade dos brasileiros. No entanto, também servia como uma estratégia para angariar poder, uma vez que todos os partidos políticos almejam alcançar o controle político. Até os dias atuais, abordar esse tema continua sendo uma prática comum nos discursos políticos e nas propagandas eleitorais, buscando conquistar apoio. Assim, torna-se um tópico recorrentemente abordado durante os períodos eleitorais. O ex-chefe do Executivo estadual tinha uma posição crítica sobre as elites brasileiras por acreditar que elas se preocupavam apenas em defender seus interesses particulares, enquanto

grande parte dos cidadãos vivia em condições de fome e de miséria. Em suas análises, Franco Montoro buscava evidenciar que o Brasil figurava entre os países com maior injustiça social, devido à concentração de renda nas mãos de poucos. A crítica às injustiças sociais era uma estratégia adotada pelo político para argumentar que o governo de Sarney não promovia a justiça social. Ele assumia uma postura combativa contra as desigualdades sociais, pois considerava que cabia à social-democracia facilitar o acesso da população brasileira a itens básicos, visando garantir, no mínimo, sua sobrevivência. (Franco Montoro, 1988a).

A representação política das classes sociais era considerada um ponto crucial no pensamento de Franco Montoro, pois ele reconhecia que a melhoria das condições de vida das classes mais pobres aconteceria por meio do acesso à participação política. Embora fosse favorável à ideia de representação da população no cenário político, o ex-governador enfatizava que as elites políticas detinham acesso privilegiado às decisões políticas do país para proteger seus interesses econômicos.

> A realidade política se insere, evidentemente na causa e no efeito existente entre a realidade social e econômica, sustentando o equilíbrio estático. O poder social da imensa maioria de despossuídos não tem sido suficiente para se sobrepor ao poder econômico, resultando em uma representação política opressora (Franco Montoro, 1988a, p. 1).

Apesar de manter uma postura crítica em relação às elites, Franco Montoro não deixou de ter um comportamento favorável à iniciativa privada, pois entendia que todas as decisões políticas não deveriam ficar concentradas nas mãos de empresários e grupos econômicos. O político tinha uma posição de defesa do capital privado e da livre iniciativa, bem como da melhoria das condições de vida das classes mais pobres. A geração de riquezas era retratada como um fator necessário para a geração de riquezas, condição *sine qua non* para a criação de empregos (Franco Montoro, 1988a).

Os discursos políticos têm uma intencionalidade e revelam os interesses de determinados personagens. As falas de Montoro mostram o interesse de conquistar espaço dentro do campo político, visto que ele é um lugar por excelência onde as forças lutam pelo poder.

Franco Montoro expressou críticas contundentes ao intervencionismo estatal, destacando em suas análises a importância de permitir que os mercados prosperassem sem serem sufocados por uma intervenção estatal excessiva. Nessa perspectiva, suas posições estavam alinhadas com as dos demais fundadores do PSDB em defesa de um projeto social-democrata que promovesse a abertura econômica e a globalização dos mercados. Apesar de

ser crítico das injustiças sociais, Montoro levantava a questão da necessidade de conciliar o socialismo e o capitalismo (Franco Montoro, 1988a, p. 3).

> Um fato que precede a reflexão do partido novo é o de que a constituinte adotou o regime de livre iniciativa da economia de mercado e da propriedade privada e que tal deve permanecer a médio prazo. Assim, a militância partidária que por definição está pela via política, deve ser exercida tendo por base um programa que corresponda aos princípios em vigor. O mais duradouro tenha o socialismo como objetivo de mais longo prazo. De fato, estamos num capitalismo atrasado e selvagem que muito sob ele pode ser melhorado sem que haja contradição com as metas socialistas (Franco Montoro, 1988a, p. 3).

A postura crítica em relação à intervenção do Estado na economia não significava que o Estado seria despido de responsabilidades. Desse modo, a esfera estatal era classificada como uma instituição que deveria intervir no campo social por meio da implementação de políticas no campo da habitação, da saúde e de acesso ao transporte, visando garantir bons serviços à população (Franco Montoro, 1988a, p. 8). Em seus pontos de reflexão, o ex-governador acreditava que o governo deveria estimular políticas voltadas para a área habitacional e para o aumento do poder de compra das classes mais pobres. Um dos pontos de destaque no pensamento de Franco Montoro se referia ao fato de que as classes mais ricas tinham acesso a bens de consumo, como automóveis, enquanto as pessoas mais pobres não tinham sequer uma casa para morar (Franco Montoro, 1988a, p. 4). A falta de acesso dos mais pobres ao consumo era um argumento usado por Montoro para se colocar como um defensor da justiça social e para classificar o governo de Sarney como incapaz de promover uma distribuição de renda justa.

> Se os fatores de produção alocados para a fabricação de 11 milhões de veículos hoje tivessem sido aplicados na construção de casas, não haveria déficit habitacional de 13 milhões de unidades. Para aquelas havia demanda, para estas não. Trabalhadores produziram automóveis para outros, não para si (Franco Montoro, 1988a, p. 4).

Como o objetivo de Montoro era a defesa da social-democracia, seus discursos pontuavam a necessidade de o "Estado" desenvolver políticas voltadas para a erradicação do analfabetismo, pois a universalização da educação era elencada como uma condição para diminuir as injustiças sociais, promover emprego e renda, principalmente devido ao fato de o Brasil possuir uma das maiores taxas de pessoas sem instrução escolar, sendo este um dos maiores problemas sociais na década de 1980. Conforme o raciocínio do autor, uma das bandeiras dos sociais-democratas deveria ser a luta pela erradicação do analfabetismo.

> No que se refere ao conhecimento, o que nos importa é a capacidade de discernimento dos participantes do mercado. Aqui temos mais de 3 milhões de analfabetos, além disso de cada 100 crianças brasileiras, 26 por cento não chegam à escola, das 74 que ingressam no primeiro grau, 62 não passam para o segundo grau e das 10 que passam apenas 4 terminam (Franco Montoro, 1988a, p. 4).

O combate ao analfabetismo significava, para Franco Montoro, uma arma contra as injustiças sociais, pois a baixa escolaridade impedia as classes mais pobres de conquistarem melhores remunerações e condições de vida. Constata-se que os problemas abordados pelo político, como as desigualdades sociais, a fome e o baixo índice de escolaridade, são questões que há muitos anos têm sido parte da realidade brasileira (Franco Montoro, 1988a, p. 4). Destacá-las foi uma maneira de classificar o governo de Sarney como incapaz de promover melhorias na educação.

Ademais, Franco Montoro não poupou críticas às altas taxas de juros, vistas como um dos fatores que contribuíam para a concentração de renda. Sendo assim, o político tinha consciência de que um dos objetivos da social-democracia seria o de lutar pela diminuição das taxas de juros, para possibilitar o acesso das classes mais pobres a bens de consumo (Franco Montoro, 1988a, p. 7).

O político promoveu um debate sobre valores sociais e democráticos e demonstrou, por meio de seu raciocínio, que o Estado deveria ter uma postura diferente dos mercados. O governo era taxado como uma instituição que tinha, como responsabilidade, a promoção de políticas previdenciárias, para que todas as pessoas tivessem acesso à aposentadoria. É importante mencionar que o projeto de Montoro estava em consonância com as ideias de um *welfare state* social-democrata, pois o governo deveria atuar em oferecer serviços de aposentadoria, educação a todos e serviços de infraestrutura.

> Ao Estado fica a obrigação de, não só suprir com infra-estrutura, indústria de base, pesquisa, etc., como também a tarefa inevitável de evitar a explosão social) de produzir o essencial a população, como saúde, previdência, educação, segurança, burocracias, merendas, subsídios, incentivos fiscais (ex. vale transporte, habitação) e outros. Todas as atividades de longa duração e/ou deficitárias, razão básica de o setor privado não se interessar por elas. A estatização assim, nada mais é do que uma compensação natural a concentração de renda. Como nas condições de tão baixa renda da imensa maioria, pretender privatizar/liberalizar a economia?. Como por exemplo privatizar o serviço oficial de saúde sem provocar o caos (Franco Montoro, 1988a, p. 8).

Apesar de ser favorável à privatização de empresas e abertura econômica, Franco Montoro demonstrou um comportamento contrário à privatização de serviços essenciais à população, como educação e saúde, pois entendia que estes não poderiam ficar nas mãos do

setor privado e sob o controle das regras do mercado, mas, sim, amplamente oferecidos à população carente por meio de ações estatais. Além disso, mesmo sendo um crítico da concessão de subsídios a grupos econômicos, o político julgava que o Estado deveria fornecer crédito aos pequenos e médios empresários, pois havia um grupo de pessoas que contavam com poucos recursos para montar seus empreendimentos. A crítica à ajuda aos empresários sob a forma de subsídio reforçava a posição do grupo que se tornou responsável pelo criação do PSDB, como será destacado na discussão sobre Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas. A concessão de subsídios era vista como uma prática que impedia a competitividade no país.

Não era apenas a concessão de subsídios um dos problemas elencados pelos fundadores do PSDB, mas também a falta de controle dos gastos da máquina pública. Desse modo, trata-se de uma questão que se tornou frequentemente discutida no campo político. O déficit público era visto como um dos principais problemas que permeavam a realidade brasileira e que prejudicavam, sobretudo, as classes mais pobres. O combate aos elevados gastos públicos e ao endividamento era estratégia preconizada pelo político como forma de diminuir as injustiças sociais. Como foi citado no capítulo anterior, o combate aos gastos públicos e endividamento era uma das premissas defendidas pela terceira via. Assim, os programas de privatização foram adotados pela social-democracia. As análises do ex-governador deixavam claro que o Estado tinha como uma das suas atribuições diminuir os gastos fiscais, de modo que as classes sociais mais pobres não fossem oneradas, pois os gastos públicos foram elencados como fatores que impediam a formação de uma poupança interna no país e o acesso das pessoas a melhores condições de vida.

> É comum as pessoas esquecerem que que o déficit público é uma diferença entre receitas e despesas, culpando estas últimas. Na verdade, a carga tributária brasileira é muito baixa, principalmente a liquida, como decorrência da própria estrutura de poder. Além disso como os gastos estatais como vimos são obrigatórios e de lento e baixo retorno, as despesas são mesmo elevadas. Dado que a solução sempre recai no corte indiscriminado de despesas (salários, já normalmente baixos; alguns investimentos; as vezes modestos, mas que complementando uma estrutura maior dariam ao povo toda uma produtividade muito maior, etc.), a ineficiência aumenta pressionando o déficit público. Uma vez que a solução não vem do lado da receita, e aceita outra verdade, também estrábica de que a emissão de moeda é mais inflacionaria, apela-se para a venda de títulos públicos: aqui nos encargos financeiros, está o item de maior peso sobre o déficit (Franco Montoro, 1988a, p. 10).

No campo educacional, o projeto social-democrata preconizado por Franco Montoro valorizava não apenas o acesso à instrução escolar, como também a concessão de benefícios

sociais por parte do governo aos estudantes mais pobres, de modo que estes não fossem obrigados a abandonar seus estudos para trabalhar e ajudar na renda familiar.

> É de grande importância também o acesso do povo a educação de forma ampla e profunda. Devem ser destinados a ela os recursos mais abundantes possíveis garantindo não só a gratuidade nos níveis, mas bolsas que cubram descentemente a moradia, a saúde, a alimentação, o transporte, o lazer, etc., do estudante pobre (Franco Montoro, 1988a, p. 11).

O presidente Sarney foi acusado de ser um dos principais responsáveis pela situação de fome e de miséria em que o país se encontrava e por compactuar com práticas clientelistas.

> O governo deixou que as políticas sociais alardeadas se esvaíssem na ineficiência burocrática, no empreguismo e no clientelismo, e na corrupção. Foi incapaz de manter uma estratégia de negociação da dívida externa coerente e compatível com as taxas de crescimento interno; promoveu o plano cruzado sem complementá-lo com ataques estruturais as causas da inflação, aumentou a desorganização do investimento público, e ainda parece oscilar entre as tentações do populismo e as políticas regressivas dos credores externos. No plano político dedicou-se a desbaratar os partidos que lhe davam sustentação. Hoje a economia vive estagnada, os salários achatados, a questão da dívida externa sem solução, a inflação no limiar do descontrole. O governo exacerba pressões corporativistas, comprometendo ainda mais a eficiência nas finanças do setor público e fazendo o peso recair precisamente nas camadas mais indefesas da população (Franco Montoro, 1988a, p. 87).

O governo do então presidente foi duramente atacado, sendo considerado incapaz de promover a diminuição do déficit fiscal. O intelectual era um crítico do corporativismo, pois entendia que a pressão de determinados grupos comprometia as finanças. Ademais, o corporativismo de setores profissionais era visto como uma prática que garantia privilégios a certos grupos e impedia o desenvolvimento da economia de forma sustentada.

Além de ações corporativistas, críticas eram tecidas contra as políticas de cunho populista.

> Diferentemente dos populistas de ontem e de hoje, entendemos que a preocupação com uma distribuição justa da renda e da riqueza exige definição clara das prioridades das políticas públicas e estimulo a eficiência e a produção, sem o que não há medidas distributivas que se sustentem. Diferentemente dos autoritários, afirmamos que as reformas desejadas não virão de uma doação forte ou de uma chefia autocrática, mas sim o resultado das pressões e das negociações dos conflitos no âmbito da sociedade civil (Franco Montoro, 1988a, p. 88).

O populismo era caracterizado como uma prática que impedia a participação plena da sociedade civil nas tomadas de decisões. Uma das teses defendidas consistia na ideia de que a conquista de direitos sociais não deveria ser pautada pela concessão de um Estado populista,

mas por meio da participação popular no campo político, via institucional. Por defender a democracia como um dos principais valores para a constituição de uma sociedade justa e participativa, Franco Montoro valorizava a formação de uma sociedade autônoma capaz de lutar pela justiça social e pelos seus interesses sem a interferência do Estado[13].

Nessa perspectiva, percebe-se que o populismo era criticado não apenas por Franco Montoro, mas também por outros membros do PSDB, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso.

Outro tema sensível no pensamento de Franco Montoro, que também o aproximava das críticas feitas por FHC, era o cartorialismo, que, por excelência, foi um objeto de discussão e análise. Mesmo defendendo a propriedade privada, o político condenava de forma veemente, como FHC, aquilo que é denominado como a "vocação cartorial de grupos econômicos".

> Recolhendo a herança democrática do liberalismo, não partilhamos com os liberais conservadores a crença cega no automatismo das forças do mercado. Nem pretendemos, como eles, tolher a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem estar, e desde que a ação estatal seja controlada, pela sociedade e não guiada pelo interesse corporativo da burocracia ou pela vocação cartorial de grupos privados (Franco Montoro, 1988a, p. 88).

Ao avaliar o quadro político e econômico brasileiro, de forma breve, o autor em estudo insistia em argumentar que o cartorialismo era um dos entraves ao desenvolvimento das forças econômicas do país e da produtividade, tendo em vista que grupos econômicos tinham acesso a benesses, como os subsídios e, principalmente, o controle do monopólio econômico. Em suas reflexões, o fundador do PSDB procurou deixar claro o papel dos entes federados na elaboração de políticas sociais.

> A suprema injustiça social é a miséria. Num país com o grau de desenvolvimento alcançado pelo Brasil, não é só injusto, mas indecente que mais de um terço da população viva em situação de miséria absoluta. Pagar a dívida do país para com esses brasileiros, no horizonte de vida da atual geração é o objetivo maior do projeto

[13] O populismo foi um fenômeno que conquistou espaço a partir do processo de modernização da economia brasileira, da industrialização e da substituição das importações. Houve, portanto, a formação de uma classe trabalhadora que emergiu dentro da política nacional. As práticas populistas, segundo Weffort, eram baseadas na concessão de direitos ao operariado e na incorporação desses agentes dentro da sociedade, assim como na subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, sendo reconhecidas as entidades que tinham vínculo com o governo. Já o governo agia como um árbitro e impedia a formação de organizações autônomas. Nessa perspectiva, os movimentos sociais mantinham dependência em relação à esfera estatal. A classe operária brasileira se constituiu como dependente das esferas governamentais, ao contrário da operária europeia, que surgiu no processo de democratização no século XIX. Assim, a classe operária foi considerada massa de manobra e seus interesses eram defendidos quando estes estivessem subordinados aos interesses das classes dominantes (Weffort, 2003).

> nacional de desenvolvimento defendido pelo partido. As desigualdades regionais são um aspecto inseparável da pobreza, da concentração de renda e riqueza em nosso país. O partido apoiara decididamente políticas de desenvolvimento regional cujos benefícios cheguem diretamente ao povo e não as oligarquias (Franco Montoro, 1988a, p. 88).

Mesmo contribuindo com o debate social-democrata, o ex-chefe do Poder Executivo paulista tinha consciência de que as políticas de combate à fome e à miséria deveriam contar com a participação dos estados e dos munícipios, visando, assim, à descentralização das ações políticas. A descentralização das ações sociais era um ponto defendido por Montoro, mas que não se destacou nas análises de FHC e Covas.

O ex-governador demonstrou preocupação com o crescimento econômico acelerado, elegendo-o condição fundamental para a distribuição das riquezas e a promoção de justiça social. O desenvolvimento tecnológico e o uso eficiente dos recursos públicos foram elencados como fatores que possibilitavam a competição econômica e a superação das desigualdades por permitirem o aumento da produtividade. A defesa da abertura econômica era uma forma de o político conseguir apoio dos grupos empresariais para a sua campanha, mas também retratava uma conjuntura caracterizada pela globalização econômica. Montoro se colocou como um personagem que estava sintonizado com as mudanças que o mundo estava passando a partir do momento em que defendeu a inserção Brasil nesse contexto globalizado. Em outro ponto de sua análise, o político insistia em afirmar que a integração da economia a um nível internacional e a abertura econômica ao capital privado eram condições para o país superar as desigualdades sociais.

> O crescimento econômico rápido e sustentado é condição necessária para a erradicação da miséria e a diminuição das desigualdades sociais. Isto não implica em adiar a divisão mais justa da renda para um futuro remoto. Implica sim, em saber que o crescimento e a distribuição da renda exigem grandes esforços, elevados investimentos, tecnologia e eficiência na utilização dos recursos. Nada disso se consegue sem competitividade. Por isto o partido valoriza a ação inovadora do empresariado como fator de desenvolvimento, batendo-se por regras claras e estáveis e por políticas que estimulem a livre iniciativa sem paternalismo e nem privilégios de natureza cartorial. De todos os lados no mundo de hoje, a busca da inovação tecnológica, da eficiência aponta para a integração soberana ao sistema econômico internacional. Para o partido soberania não deve ser sinônimo de autarquia, de isolamento econômico e de cartórios que exploram o povo que cultivam a ineficiência e freiam a acumulação de capital. Soberania deve significar a capacidade de decidir de que modo se dará a integração a economia mundial (Franco Montoro, 1988a, p. 92).

O político defendia a integração do Brasil ao mercado global como forma de atrair investimentos e dinamizar as relações comerciais, de modo que houvesse a entrada de tecnologias no país. Um tema recorrente nas análises de Montoro era o cartorialismo, eleito

como um dos principais problemas brasileiros. No entanto, a abertura econômica e a aquisição de tecnologias foram apontadas como fatores necessários para colocar fim às práticas cartoriais e ao monopólio de grupos econômicos.

Salienta-se que os discursos do político tinham como objetivo classificar o partido em formação como uma força engajada em temas como o combate ao populismo e ao clientelismo, a defesa da justiça social e a modernização econômica do país. Esses argumentos foram empregados para promover o aumento de militantes, indispensável para o apoio em futuras eleições em que o partido decidisse concorrer.

Uma das estratégias preconizadas por Montoro para a promoção da justiça social consistia no combate à inflação, que era um dos principais problemas que permeava a realidade brasileira, impedindo a geração de empregos e prejudicando as classes mais pobres.

> O Brasil não poderá prosseguir por muito tempo na fuga para adiante em relação a espiral inflacionária. A inflação galopante fomenta o investimento especulativo, no lugar do produtivo, castiga os setores mais desprotegidos da população, dificulta o cálculo econômico, acarreta, enfim, a instabilidade econômica e inquietação social (Franco Montoro, 1988a, p. 93).

Se, por um lado, Montoro manifestava posição favorável à atuação forte do Estado na elaboração de políticas sociais, por outro, acreditava que as empresas estatais eram fontes de empreguismo e de altos déficits.

> As empresas que devem permanecer estatais em função do tipo de demanda que atendem ou da ação inovadora em setores que necessitem ser impulsionados deverão a padrões rigorosos de eficiência, na sua gestão corrente, livres do empreguismo e do desperdício e a critérios do estrito interesse público, democraticamente definidos em seus planos de expansão (Franco Montoro, 1988a, p. 92).

Uma das soluções apontadas para a diminuição do déficit fiscal e o combate do empreguismo consistia na privatização de empresas estatais que geravam prejuízos. Reforça-se, aqui, a tese de que os fundadores do partido partilhavam a ideia de que a privatização diminuiria os gastos públicos e impediria o empreguismo.

Covas tinha um desafio para encarar: a campanha à presidência da República por um partido recém-fundado. Como destacado, o político buscava espaço dentro do PMDB para concorrer à presidência, mas o PSDB, força da qual foi um dos fundadores, permitiu que ele participasse do pleito eleitoral de 1989, primeiro a ser realizado após a democratização do país. Um dos discursos mais famosos e que foi pronunciado pelo político no Senado, no dia 29 de junho de 1989, foi intitulado *Choque de capitalismo*. O político deu sinais de que iria

concorrer ao cargo máximo do Executivo e manifestou seu posicionamento em torno de temas econômicos.

Em seu pronunciamento, Covas defendeu a modernização da economia por meio de um amplo programa de privatizações de setores da economia. Em suas análises, a privatização era vista como uma premissa necessária para a modernização econômica e para a diminuição das desigualdades sociais, pois acreditava que ela permitiria a competitividade do país e a quebra de monopólios. Ao se colocar como candidato, o senador fez questão de enfatizar que representava o PSDB e suas bandeiras. Dessa forma, colocou-se como um representante do partido nas eleições presidenciais.

> Meu compromisso permanente, de que é evidência minha própria vida, é com a verdade e sobre ela hei de ancorar minha campanha. Jamais fiz, não faço e não farei nenhum tipo de concessão de natureza eleitoral. Não me submeterei a um esforço artificial de criação de atos ou fatos, a qualquer jogo de aparência, ou a truques de persuasão publicitária. Apresento-me ao povo brasileiro sem maquiagem, frente a frente, como sempre fiz, para poder olhar e ser olhado nos olhos. A verdade será sempre a minha arma política. Minha candidatura não está colocada como produto para capturar emoções fabricadas no mercado, mas sim como uma proposta de reforma radical do Estado e da sociedade, dirigida à consciência e à razão dos brasileiros. Não nego que aceitei com entusiasmo minha indicação. Achei que era um dever candidatar-me para colocar a serviço do país a experiência e a visão que me proporcionaram as funções públicas que exerci ao longo da vida. Candidato que sou à Presidência da República, assumo a responsabilidade de expor nossos princípios e objetivos, contrapondo-os às meias-verdades, às definições vagas e a dilemas ideológicos superados pela História. O PSDB tem um programa consistente e factível para o Brasil. Um programa fundamentado nas ideias básicas da mais vitoriosa experiência política do pós-guerra: a social-democracia. Esse programa reflete as aspirações mais profundas do povo brasileiro. Ele será o fundamento de nossa prática de governo, superando alternativas impostas pelo imobilismo, pelo medo às mudanças e por compromissos escusos com o passado (Covas, [1989] 2014, p. 353-354).

Mário Covas admitia, de forma veemente, que trabalhava em defesa da social-democracia, pois considerava que essa ideologia sempre teve compromisso com a justiça social e com a distribuição equânime dos bens e riquezas. Apesar de tecer críticas ásperas à crise pela qual passava o Brasil, o parlamentar entendia que o país tinha um grande potencial de crescimento econômico. O discurso de Covas voltava suas críticas em relação ao governo de Sarney, que era acusado de não promover a modernização do país. Nesse sentido, a fala destacava sua posição como social-democrata e tinha como finalidade a conquista de apoio político de parlamentares. O parlamento foi espaço em que o político se posicionou como crítico do Executivo federal. Covas buscava, portanto, consolidar-se como defensor da abertura econômica e se colocar como candidato capaz de promover a modernização do país. O discurso em defesa da modernização era um meio de conquistar apoio da classe política e

empresarial. Logo, o objetivo do político era a conquista do poder ao se posicionar de forma dura e contundente em relação ao presidente Sarney, que se tornou alvo de seus constantes ataques.

> Sr. Presidente, Srs. Senadores, não aceito a visão pessimista dos que não veem saída para a crise. O Brasil real hoje não justifica a imobilidade, o desânimo, nem o desespero. Temos um dos maiores parques industriais do mundo, uma infraestrutura econômica considerável, dispondo de tecnologia de ponta, uma agricultura em rápida expansão, rasgando novas fronteiras. Temos terras abundantes e grandes reservas minerais. Temos uma força de trabalho imensa e competente, um empresariado dinâmico e ousado. Em síntese, um sistema econômico consolidado e com capacidade de poupar e investir (Covas, [1989] 2014, p. 354).

Atacar o chefe do poder executivo era uma estratégia para se colocar como um candidato capaz de mudar a realidade do país e conquistar espaço e reconhecimento dos demais personagens do meio político. Temas sensíveis presentes nos discursos, como privatização, modernização e abertura econômica, faziam parte de um repertório político, ou seja, de uma linguagem política que foi usada por Covas como forma de se colocar como um *player* dentro do jogo político. O contexto político e econômico mundial, marcado pela globalização e abertura econômica, permitiu que tais linguagens pudessem ser usadas no campo político. O parlamentar colocava a abertura do país ao capital privado como um dos motes para a chegada do progresso e superação do atraso. Devido ao seu comprometimento com a social-democracia e a abertura econômica ao capital estrangeiro para fomentar a competitividade, Covas não hesitou em dirigir críticas severas ao governo do presidente José Sarney, responsabilizando-o pelos problemas sociais prevalentes no Brasil, como a fome e a miséria. Essa crítica ao presidente na época servia como uma estratégia para ganhos políticos.

> O país é forte, mas vem sendo agredido duplamente: de um lado, por crescente degradação da infraestrutura, causada pelo esgotamento da capacidade de investimento do Estado e pela brutal sangria da dívida externa; de outro, pela escalada da inflação, que desorganiza a economia, concentra sempre mais a renda, premia a especulação, deprime os salários reais e a receita pública. O país está embriagado por uma cultura inflacionária. Muitos sequer a combatem porque dela se beneficiam. É por isso que a inflação persiste ameaçando devorar nosso presente de democracia e nosso futuro de desenvolvimento. Combatê-la sem tréguas é precondição para reorganizar as finanças internas e reestruturar a nossa articulação com o mundo. No mundo contemporâneo, que avança por grandes saltos tecnológicos e organizacionais, cada década representa um século a ser ganho ou a ser perdido. Está nas mãos desta geração promover esse salto. Ou o faremos logo, ou retrocederemos. Proponho ganharmos juntos, na próxima década, um século de prosperidade, com justiça social. Para isso é preciso ter claro o rumo. Sou candidato a suceder o atual presidente. Pergunto-me o que faria se estivesse hoje no cargo. Fiz-me a pergunta como um teste a mim mesmo. Estou preparado para respondê-la em uma frase: exerceria plenamente a autoridade inerente ao cargo. O país precisa e está ansioso para ter governo (Covas, [1989] 2014, p. 354-355).

Covas manteve uma postura crítica tanto quanto Montoro em relação ao governo federal na época, mas havia uma diferença entre ambos no campo político, visto que o primeiro tinha um espaço privilegiado de atuação política no Senado. Ao destacar o termo "justiça social" em seu discurso, o senador procurava se colocar como um político que era crítico das injustiças sociais. Nota-se a mesma postura em Fernando Henrique Cardoso, que esboçava no Senado suas posições em defesa da social-democracia e da justiça social como forma de diminuir as injustiças sociais. As primeiras críticas foram pronunciadas no discurso intitulado *A crise e as opções nacionais*, no qual se observa uma peculiaridade: foi pronunciado durante o seu mandato como senador e reforçou seus ataques ao então presidente.

> Pronunciei então um discurso no Senado sobre "A crise e as opções nacionais", criticando as hesitações do governo na matéria, propondo a integração "soberana" de nossa economia no plano mundial, a partir do fortalecimento entre nós do que chamei de "espírito de empresa", que dispensaria o protecionismo, aceitaria regras de concorrência e assimilaria a revolução tecnológica (Cardoso, 2015, p. 73).

As políticas protecionistas foram duramente criticadas pelo político e foram consideradas, por ele, responsáveis pelo atraso econômico em que o país se encontrava.

> Via nisso o caminho para melhorar a eficiência da burocracia pública e ampliar a democracia social. Mais ainda, criticava a indiferença criminosa das elites diante da miséria do povo. Segundo os jornais da época, eu assumia uma posição equidistante entre o "arcaísmo" do Centrão e o "corporativismo" de setores que se diziam progressistas. O discurso começava por reconhecer a crucial importância política da volta das eleições diretas: "No Império - e Joaquim Nabuco imortalizou o tema - toda a discussão girava ao redor da questão da escravidão. Mesmo quando nela não se tocava, era ela quem comandava. Pois bem, a grande questão política é uma só: a das eleições diretas." Além desse ponto central à redemocratização plena do país, eu defendia uma revisão completa de nossa agenda, incluindo temas como maior abertura da economia, desenvolvimento tecnológico e menos corporativismo. Criticava os que confundiam progresso com monopólio estatal e também os que viam a indispensável ação do Estado como uma ameaça à iniciativa privada, dizendo que a antinomia estatização versus privatização constituía um falso problema, pois a aplicação de uma ou outra medida depende de circunstâncias e de saber em quais setores. Afirmava que os "progressistas" defendiam o populismo e os conservadores, o atraso. Seria um discurso antecipatório de muito do que realizei ou tentei realizar na Presidência (Cardoso, 2015, p. 73).

A inflação e a falta de tecnologias foram elencadas como fatores que inibiam o crescimento econômico e que impossibilitavam o Brasil de dar um salto qualitativo na produção de riquezas e de inserir o país em uma economia mundial, globalizada. O político fez questão de frisar que, enquanto países europeus investiam em avanços tecnológicos e no

aumento da produção e de postos de trabalho, a nação brasileira sofria com a inflação e o desemprego. Portanto, o combate à subida dos preços e à escassez de trabalho era uma das bandeiras da campanha do parlamentar, que também buscava o apoio das classes mais pobres. O governo Sarney foi considerado incapaz de contribuir para a modernização econômica e abertura ao mercado internacional, principalmente na tarefa de combate à pobreza. A fala voltada ao combate à inflação era uma estratégia adotada pelo parlamentar como uma forma de se colocar como defensor das classes mais pobres a fim de ser bem visto dentro do campo político.

Em seu raciocínio, o parlamentar afirmava que países como Estados Unidos e México estavam intensificando as trocas comerciais por meio da participação em blocos econômicos. O político se colocava como um defensor da globalização e acreditava que esses países, ao contrário do Brasil, estavam em sintonia com a modernização e mundialização da economia.

> O mundo está cada vez mais unificado, com a Europa elegendo mais uma vez seus parlamentares para o governo da comunidade e com discussões até sobre a unificação da moeda e do câmbio. De outro lado os Estados Unidos se integram com o Canadá e reforçam seus liames com o Japão e mesmo com o México. Com essa reorganização geopolítica e econômica do mundo, o sistema financeiro internacional, baseado em Bretton Woods, terá de ceder espaço a uma nova organização econômica e política. O Brasil não pode permanecer cego e insensível às mudanças que ocorrem. Em face dessas transformações o Brasil tem propostas a formular e deve participar com força das negociações (Cardoso, 2015, p. 356).

Covas pronunciou outro discurso no Senado, mas, dessa vez, ele se colocou como candidato à presidência da República. Por se colocar como um defensor da abertura econômica e da globalização, o então candidato sublinhava que a formação de blocos econômicos era condição para a modernização da economia, que era vista como atrasada.

> O verdadeiro nacionalismo impõe a capacitação do país para a competição internacional e a defesa da nossa parte na "renda mundial". Não faz sentido isolar o país numa autarquia. Ele deve participar da nova ordem política mundial. E esta supõe os "direitos humanos das nações", e não apenas dos indivíduos. Uma nação não pode ser torturada por outras, negando-lhe acesso aos mercados, aos conhecimentos dos processos produtivos ou obrigando-a a dispor de seus recursos para pagar dívidas extorsivas, ao invés de fazer novos investimentos. O Brasil precisa importar mais do que faz atualmente. Não podemos ser a 25ª nação exportadora e, ao mesmo tempo, exibir o terceiro superavit comercial, ultrapassado apenas pelo Japão e Alemanha. Temos que exportar bastante para importar bem mais do que hoje, a fim de aumentar a produção interna, trazer tecnologia moderna e aliviar as finanças do governo (Covas, [1989] 2014, p. 357).

O aumento das importações e das exportações era necessário para que o país pudesse se modernizar e elevar sua competitividade. O parlamentar demonstrava, em suas ideias, que

o Brasil precisava abrir a sua economia para o mundo, pois entendia que o desenvolvimento do país dependia do aumento da importação dos produtos estrangeiros para adquirir tecnologias avançadas. A entrada brasileira no mercado global era vista como estratégia para modernizar o país. Covas, desse modo, observava que o Brasil estava passando por um atraso tecnológico, pois não contava com poupança suficiente para investir em aparatos tecnológicos e aumentar a produção. Críticas não foram poupadas em relação aos empresários, pois tais personagens foram acusados de não investirem na modernização das atividades econômicas e no acesso aos conhecimentos científicos.

> Metade da nossa indústria está atrasada tecnologicamente. Importamos pouquíssima tecnologia – talvez nem um vigésimo do que gastamos com turismo externo registrado e não registrado. Temos que inverter essa situação. Não podemos permitir que o futuro seja a grande vítima do presente (Covas, [1989] 2014, p. 358-359).

A entrada de produtos estrangeiros era apontada como um fator que possibilitaria o desenvolvimento da competividade econômica e acesso da sociedade brasileira a bens de consumo mais baratos. Covas não era favorável aos gastos com incentivos fiscais, pois entendia que tais fatores erodiam a capacidade de o país dispor de uma poupança e de realizar investimentos em programas sociais e de redistribuição de renda, sobretudo voltados às classes mais pobres. O parlamentar tinha em comum com FHC a visão de que o Estado brasileiro era responsável pela produção de benesses a grupos empresariais. Se, por um lado, o senador discursava em defesa dos mercados e da globalização, por outro afirmava a necessidade de o governo promover políticas sociais como forma de superar a fome que assolava grande parte dos brasileiros. Portanto, reafirmava a defesa da conciliação entre mercados e proteção social. Seu discurso revela uma posição que transitava em defesa dos mercados de um lado, e, do outro, a favor das classes mais pobres. Os discursos revelam o interesse de conquistar apoio de toda a sociedade, pois mostravam a necessidade de desenvolver políticas voltadas às classes mais baixas. É interessante observar que, em períodos de eleição, os políticos buscam simultaneamente apoio da classe empresarial e das classes mais pobres. Atingir ambos os grupos sociais era e é um fator importante para a conquista das eleições.

O cartorialismo era apontado como fator que impedia o país de aprimorar sua produção de bens e de oferecer produtos melhores aos cidadãos. Além disso, Covas destacava que as empresas estatais brasileiras eram consideradas fontes de empreguismo e fontes de altos gastos. É importante destacar que as críticas ao cartorialismo, era uma visão partilhada

com FHC. O discurso de combate a corrupção é um dos exemplos apresentados como estratégia política para conquista de espaço político e alcançar o poder e se consolidar como um candidato à presidência.

A diminuição dos gastos por parte do Estado e a política de privatizações de setores estatais eram apontadas como políticas necessárias para o governo aumentar os investimentos em políticas sociais.

> Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios. (Palmas.) Zelaremos pela moeda nacional que, em face da sua degradação, já foi substituída duas vezes na Nova República e caminha para a terceira mudança. A queda da inflação trará a melhoria da arrecadação de impostos. Não é preciso elevar alíquotas mas, sim, combater a sonegação, eliminar favores e privilégios tributários. Há hoje setores que sequer pagam impostos. Agiremos com firmeza. O Estado brasileiro cresceu demasiadamente como produtor direto de bens, mas atrofiou-se nas funções típicas de governo. Vamos privatizar com seriedade, e não apenas na retórica. Vamos captar recursos privados para aumentar os investimentos de empresas públicas estratégicas e rentáveis. Vamos profissionalizar a direção das estatais, estabelecer um código de conduta (Covas, [1989] 2014, p. 358-359).

O senador paulista reforçava as posições defendidas por seu partido, pois era favorável à ampliação do setor privado na economia por meio de um programa amplo de privatizações, como destacado anteriormente. Entretanto, fazia a ressalva de que as estatais que geravam riquezas e que tinham gestões eficientes seriam abertas ao capital privado, tendo como objetivo adquirir investimentos privados; uma parte, porém, deveria ser administrada pelo governo federal.

Já o desenvolvimento tecnológico era interpretado como condição necessária para o aumento da produção agrícola, tendo em vista uma maior oferta de alimentos no país.

> Sabem, os que me ouvem, que a produção agrícola, nesta década, cresceu anualmente per capita a um ritmo menor do que entre 1947 e 1980? Há muito a fazer. Dobrar a produção agrícola numa década é a nossa meta. Isso requer intensificação nas pesquisas, irrigação, armazenagem e transportes, além de preços para os que produzem e impostos fortes para os que não produzem, deixando suas terras subutilizadas [...]. Ao lado disso, implantarei a reforma agrária como um grande programa social, assentando na terra os que precisam e podem trabalhar nela (Covas, [1989] 2014, p. 358-359).

Um detalhe chama a atenção nesse discurso: a preocupação com a distribuição de terras era considerada uma estratégia de Covas para obter apoio de setores mais à esquerda, pois a fala representou um aceno aos grupos que defendiam a luta pela terra. Entretanto, a defesa da entrada de tecnologias no meio rural era argumento usado com objetivo de receber suporte de grandes empresários rurais. Desse modo, o parlamentar procurava manter uma

postura conciliadora, ora defendendo os interesses do empresariado rural, ora dos lavradores sem-terra, tendo em vista a conquista de votos. É válido constatar que os empresários do meio agrário até os dias atuais possuem muita influência no meio político.

A crítica à concessão de subsídios, defesa da modernização econômica, abertura aos mercados, controle dos gastos públicos e adoção de um programa de privatizações eram valores partilhados pelos fundadores do PSDB e favoreceram a formação de uma cultura política alinhada à social-democracia de terceira via. Temas sensíveis, como combate à corrução e ao clientelismo, eram motes adotados nos discursos dos políticos peessedebistas para se colocarem como defensores da moralidade no campo político.

O aumento dos gastos com a educação e a qualificação da mão de obra foram retratados como fatores que contribuiriam para a melhoria das condições de vida das classes mais pobres, pois o analfabetismo era um dos grandes problemas que existiam no país. A educação era classificada, na fala do político, como condição *sine qua non* para que houvesse diminuição das desigualdades sociais e promoção da igualdade de oportunidades entre todas as pessoas. Entretanto, deve-se ressaltar que os desafios relacionados à educação são persistentes na realidade brasileira e são temas frequentemente abordados em discursos tanto durante períodos eleitorais quanto não eleitorais. É essencial ressaltar também que, embora os fundadores do PSDB frequentemente falassem sobre combater o cartorialismo e a corrupção, estes continuam sendo problemas presentes no Brasil mesmo após o término do governo de FHC.

As injustiças sociais e problemas como desemprego e perda do poder de compra eram retratados como fatores que impediam o desenvolvimento social e a consolidação da democracia. A concentração de renda e do poder político nas mãos de um grupo pequeno de pessoas era apontada como um problema para o país e que impedia a melhoria das condições de vida das classes mais pobres. Assim, além de adotar um discurso favorável à privatização de empresas e à abertura econômica, havia uma preocupação em diminuir a concentração de renda.

> O objetivo de meu programa de governo é preparar o país para um verdadeiro processo de democratização da sociedade. O escárnio, o escândalo que a enorme concentração de renda representa, tem um alto custo: impede que a democracia seja um valor consensual na sociedade. Não é preciso dar exemplos. Ou revertemos na próxima década os indicadores sociais negativos e as perdas de poder real de compra dos salários ou, não nos enganemos, o fantasma dos demagogos, dos ditadores e do autoritarismo ganhará corpo. E mais: não há economia moderna capaz de competir internacionalmente sem um mercado interno também forte, sem consumidores e sem um povo educado, reivindicante e capaz de ser, ele, o fator primordial do progresso tecnológico (Covas, [1989] 2014, p. 360).

Por meio de seus discursos, Covas mantinha uma postura de centro-esquerda, mais precisamente no centro do espectro político, ora defendendo a abertura e integração econômica, ora a promoção social.

Por sua vez, FHC pontuava que a social-democracia estava passando por transformações e se adaptando às mudanças no contexto mundial, como a abertura econômica e a globalização.

> Essa tendência é geral no mundo ocidental. Basta referir os esforços da chamada Terceira Via, do Primeiro-Ministro britânico Tony Blair e do ex-Presidente americano Bill Clinton, ou a revisão das práticas dos partidos socialistas na Europa. Há uma adaptação da social-democracia às condições atuais de funcionamento das sociedades afetadas pela globalização econômica. Ocorre uma convergência entre o liberalismo social, não-economicista, que respeita os direitos da pessoa humana mas não se esquece dos direitos sociais, e a tradição esquerdista de crítica ao mercado, sem o desejo de substituí-lo pela ação das burocracias estatais (Covas, [1989] 2014, p. 360).

Por um lado, o intelectual acreditava que a abertura econômica e a globalização contribuiriam com o dinamismo da economia. Porém, por outro, enfatizava que o modelo de social-democracia europeu não deveria ser transplantado para o Brasil, que tinha uma economia em desenvolvimento.

> No caso das economias emergentes, contudo, demanda-se maior ação do Estado. Seria enganoso pensar na transposição pura e simples das práticas renovadas da social-democracia européia ou da democracia social americana para o âmbito local. Como já dizia o poeta, as aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá. No caso específico do PSDB, uma ave – que na vida real não gorjeia (Cardoso, 2015, p. 86).

FHC era um defensor da forte ação estatal na promoção de políticas sociais, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais e a pobreza, pois o país tinha uma economia emergente e periférica, bem diferente da realidade europeia. O intelectual tinha consciência de que um regime social-democrata deveria atuar na proteção dos mais vulneráveis. Em outras palavras, a intervenção governamental na promoção de políticas sociais era vista como medida importante para que as pessoas não fossem deixadas à própria sorte, de modo que não ficassem desamparadas.

No documento *A crise e as opções nacionais*, FHC manifestou sinais de que estava em curso a formação de um novo partido[14]. Essa fonte possibilita compreender que o político

[14] Os governos militares apoiaram um processo de desenvolvimento econômico baseado na substituição de importações em um contexto em que as economias estavam em declínio, sobretudo com a crise do petróleo de

tinha uma posição contrária ao grupo de Sarney e já indicava que seria necessária a criação de uma nova força política para dar espaço àqueles que estavam alijados da máquina partidária peemedebista. Ademais, o intelectual se colocou como um defensor da social-democracia. Por ser um crítico do desenvolvimentismo, criticava as fortes políticas intervencionistas dos governos militares e do presidente Sarney. A eficiência administrativa era elencada como uma das condições para assegurar o crescimento econômico e o atendimento as demandas das classes mais pobres. O Estado era visto como uma máquina que gastava muito e que estava endividada, sendo incapaz de resolver os problemas sociais. A internacionalização da economia e a participação dentro do mercado global foram apontadas como soluções para a superação daquilo que o político considerava como atraso econômico. Ao prosseguir em suas críticas, o pensador acreditava que o país tinha um parque industrial sucateado.

> É preciso tirar as consequências práticas do fato de sermos a oitava economia industrializada do mundo, e definir as diretrizes pelas quais optaremos. Por que? Porque dispondo o Brasil de uma economia industrial ou ele se integra no sistema mundial através do desenvolvimento da tecnologia (e da ciência, obviamente), ou, como se diz hoje, "sucateia" seu parque produtivo. Uma coisa é produzir soja, leite, café, gado. E assim mesmo se for toscamente, porque, se não, será necessário seleção de sementes, cruzamento de raça, engenharia genética, informática e tudo o mais. Porém, outra coisa, com diferenças medidas em escala exponencial, é ser produtor de aviões, computadores, produtos da química fina, etc. Não há outro caminho para um futuro melhor. Não se trata do velho "crescer ou perecer". Trata-se de criar e desenvolver novos métodos e modos de produzir ou sucatear a indústria e a agricultura moderna. Não basta expandir a economia; é preciso revolucioná-la. Esta opção pelo desenvolvimento industrial impõe hoje uma política científica e industrial ousada, um planejamento de investimentos e um grau de abertura à internacionalização do sistema produtivo que têm que ser encarados com decisão (Cardoso, 1988, p. 8).

FHC indicava a abertura da economia brasileira como uma forma de o país ter acesso não apenas à tecnologia, mas também a conhecimentos científicos para aumentar a produção

---

1978. Mesmo com um cenário econômico hostil, o país apostou no endividamento externo em uma conjuntura em que havia grande acesso de países a quantias financeiras. O Estado continuou com sua estratégia de conceder subsídios e empréstimos a grupos econômicos e investiu em infraestrutura, transportes, eletricidade e na produção de matéria-prima para abastecer empresas privadas. Empresas estatais recebiam empréstimos e eram realizados investimentos em setores privados e estatais que geravam baixos retornos financeiros. Houve a adoção de políticas de estímulo à demanda e à produção de bens internos e de aumento salarial de acordo com a elevação dos preços dos produtos. A política de contenção de gastos foi deixada de lado e postergada com o objetivo de não desacelerar economia. O governo Figueiredo abandonou a política de contenção de gastos devido à proximidade com a eleições, para que aliados tivessem garantidos resultados favoráveis no pleito de 1982. Houve tentativas de estabilização econômica baseadas em aumentos salariais, sobretudo de funcionários de empresas públicas, diminuição da taxa de juros, estímulo ao consumo e aumento pela demanda, o que gerou processo inflacionário e, sobretudo, a queda das exportações, devido ao estímulo ao consumo interno e déficit fiscal. A indexação, ou seja, o aumento do salário de acordo com elevação do preço dos produtos, foi medida heterodoxa adotada pelo governo. Já o plano Bresser Pereira determinou o congelamento dos preços e uma recomposição salarial de acordo com a alta trimestral, mas encontrou resistências do setor privado e público que determinavam e pressionavam pelo aumento de salários (Moura, 1990, p. 37-59).

de bens, fosse na agricultura ou nas indústrias. Ele pontuava, em suas análises, que a entrada de produtos e de tecnologia eram condições necessárias para assegurar geração de emprego, renda e justiça social a todos os brasileiros. O senador paulista considerava que o Brasil estava fadado a continuar sendo um país de Terceiro Mundo se não houvesse abertura econômica. Logo, colocou-se como um defensor da social-democracia alinhada à globalização (Cardoso, 1988, p. 8). Os Estados Unidos, México e Canadá foram citados como exemplos de nações que formaram um bloco econômico, pretendendo intensificar as trocas de produtos. Sendo assim, esse argumento foi usado pelo intelectual para defender a tese de que o Brasil não poderia ficar isolado do restante do mundo. O político chamava a atenção para o fato de que o país corria risco de piorar as suas condições econômicas e sociais caso não participasse do mercado global.

> Faltou-nos, até hoje, a consciência generalizada deste fato e o pulso firme para definir os caminhos do futuro. Mas estes não podem ser quaisquer caminhos. Assumir a opção pelo desenvolvimento implica em um processo que, à falta de um nome melhor, chamarei de "modernização", mas que na verdade é o da "globalização" da economia. No momento em que a Europa integra seu mercado através de uma multiplicidade de "joint ventures" com a União Soviética (inclusive com o gasoduto), em que a China se "ocidentaliza", o Japão já é parte do mundo "ocidental" e os EEUU formam o grande mercado na América do Norte, juntamente com o Canadá e o México, o Brasil não pode isolar-se, de forma anacrônica, por meio de um processo ultrapassado de autarquia, com o risco de tornar-se um grande Cambodja (Cardoso, 1988, p. 8).

Mesmo sendo um entusiasta da integração econômica, FHC tinha algumas ressalvas em relação à globalização, pois temia que a participação dentro do mercado global poderia ameaçar a soberania do país e deixá-lo à mercê dos interesses das potências centrais.

> Esta opção precisa ser assumida sem ambiguidades para definir políticas que a acelerem e, por sua vez, que protejam a sociedade e o País dos efeitos negativos de algumas de suas consequências. Há dois riscos polares nesta questão: se o País não se integra à economia global, sofre a "cambodjização"; se o faz sem soberania das decisões, passa a ser reserva de mercado dependente dos centros mundiais de poder (Cardoso, 1988, p. 7).

Em seus discursos, FHC se colocava como um defensor da soberania e dos interesses brasileiros, apesar de ter uma postura favorável à globalização e à participação do país no mercado mundial.

Isso o levava a se posicionar contra o presidente, em uma estratégia de se consolidar como um personagem de oposição muito forte no Legislativo. Como o discurso *A crise e as opções nacionais* foi proferido no Senado, o político procurava atrair parlamentares para o

campo da oposição e, ao mesmo tempo, adquirir membros no momento em que um novo partido fosse criado. O público-alvo de sua fala foram os senadores e o Senado federal foi um espaço usado para ter maior visibilidade dentro do campo político e para ser reconhecido pelos demais. É difícil saber como sua fala ressoou, mas entende-se que o citado personagem buscava se colocar no jogo político da época.

Como FHC era senador por uma agremiação recém-constituída, era notório que seu papel consistia em atacar o então presidente, considerando-o incapaz de promover o desenvolvimento do país. No campo político, já havia um posicionamento contra o governo federal, mas agora em outro partido. Sabe-se que o ataque a outras figuras políticas é uma tática bastante utilizada, visto que o campo político é um espaço onde ocorre fortes disputas pelo poder.

Já o Estado brasileiro era acusado, por FHC, de beneficiar aqueles que eram responsáveis pelo financiamento da dívida pública e, principalmente, de conceder subsídios e benesses a grupos econômicos. Mesmo mantendo uma postura próxima ao mercado, o parlamentar não deixou de reiterar que o pagamento da dívida era um fator que prejudicava as classes mais pobres (Cardoso, 1988, p. 9), pois impossibilitava a realização de políticas sociais, como no campo da educação.

> Na conjuntura de desmoralização crescente do poder público esta mesma polarização caolha termina na discussão sobre inflação e déficit público, responsabilizando uns o déficit pela inflação e os outros achando que não há relação entre uma coisa e outra. Na prática, tanto existe a ineficiência e o desperdício do governo (especialmente a ausência das já referidas políticas que levem, na educação, na ciência, na tecnologia, ao desenvolvimento econômico e, por outro lado, na saúde, saneamento, habitação e transporte ao bem estar) quanto é sabido que o déficit, hoje, decorre em grande parte dos juros da dívida externa e da dívida interna que enchem os cofres dos prestamistas do Estado (mãos privadas). Decorre, por outro lado, de uma política de subsídios à atividade privada e de preços e tarifas dos bens produzidos pelas estatais que beneficiam, de igual modo, a empresa privada (Cardoso, 1988, p. 9).

Por ser um membro fundador do PSDB, o intelectual desferiu vários ataques aos empresários, que foram acusados de enriquecerem por meio de subsídios concedidos pelo Estado. Sendo assim, tinha consciência de que a classe empresarial vivia de privilégios enquanto grande parte dos brasileiros não tinha acesso a bens de consumo básicos, como alimentos. Desse modo, a esfera estatal era entendida como uma instituição que deveria servir à sociedade e não a grupos econômicos. Ao se posicionar como um defensor da social-democracia, FHC não deixava de reconhecer que uma das responsabilidades desse movimento político deveria ser o combate aos privilégios.

> Democracia social. Chame-se a isto como se queira. Com ou sem preconceitos: faz falta uma política social e democrática, ou uma democracia social, que não sufoque a empresa, que liberte o Estado das bocas privadas sequiosas de benesses e que tenha a coragem de reformar a máquina administrativa. Digamos com clareza: é certo e não verso da "direita" - que precisamos regulamentar menos e emagrecer o Estado para torná-lo mais eficiente para que ele possa pagar melhor a funcionários melhor treinados, capazes de atender não apenas às demandas das empresas, mas principalmente às da sociedade (Cardoso, 1988, p. 10).

Assim, a concessão de subsídios era apontada como um dos principais fatores que impediam a formação de grupos competitivos e a geração de emprego e renda.

Mesmo após a saída do PMDB, as posições de FHC foram reforçadas contra o governo da época, principalmente pode meio de publicações feitas pelo Instituto Teotônio Vilela[15]. Anos mais tarde, em 1990, após a formação do PSDB, o político voltou a questionar os benefícios, como incentivos e concessões, a grupos econômicos. Palavras usadas em seu discurso, a citar o cartorialismo e o populismo, faziam parte não apenas do contexto político brasileiro, mas passaram a constituir a base de um repertório usado pelo político como forma de atacar o governo. O Estado era considerado, por ele, como uma instituição "falida" por conceber benesses a setores da economia.

> Desde a década de 1930, o estado assumiu um papel preponderante no desenvolvimento econômico do Brasil. Se hoje o estado está endividado, falido, é porque nos últimos cinquenta anos, em nome do desenvolvimento, ele transferiu maciçamente recursos do conjunto da sociedade para grupos privados- diretamente, através de todo tipo de subsídios, incentivos e concessões, e indiretamente, pelo fornecimento de produtos e serviços das empresas estatais a preços artificialmente baixos (Cardoso, 1990, p. 47).

A abertura econômica era apontada como uma das soluções para gerar competitividade e colocar um fim ao monopólio e ao domínio de um número limitado de grupos econômicos.

> Sem desenvolvimento com integração soberana à economia global, sem a modernização do Estado para assegurar a implantação racional de políticas sociais, o País não escapará da pobreza. Não basta, entretanto, crescer economicamente: é preciso dar uma guerra sem tréguas à miséria. Não basta falar: o emprego precisa ser expandido, os salários reais aumentados. Não se fará isto sem que se ponha um ponto final na corrupção e nos privilégios da riqueza, que andam juntos (Cardoso, 1988, p. 10).

[15] Sobre o Instituto Teotônio Vilela, ver capítulo 1.

Como vimos, no texto *A crise e as opções nacionais*, FHC reafirmou sua posição em defesa da social-democracia dentro do Senado. As análises do teórico foram concebidas como uma maneira de responder aos dilemas econômicos, como índices galopantes de inflação, crescentes déficits fiscais devido à dívida externa e problemas sociais. Partindo dessa premissa, a atuação de um Estado intervencionista no campo econômico era condenada, pois os governos foram apontados como incapazes de solucionar o déficit fiscal (Cardoso, 1988, p. 10). A defesa da globalização e da abertura econômica fazia parte de um conjunto de ideias usadas por FHC para classificar o PSDB como um grupo político capaz de resolver os problemas e modernizar o país. As suas publicações eram voltadas ao meio político, principalmente para os personagens que faziam parte do partido. Além disso, as obras foram usadas para consolidar FHC como um nome em potencial dentro da própria agremiação, uma liderança a ser reconhecida, já que as ideias divulgadas através do Instituto Teotônio Vilela eram voltadas para militantes.

FHC enfatizou, em suas análises, as distinções entre o neoliberalismo e a social-democracia. Ele argumentou que o neoliberalismo, como teoria, havia contribuído para o declínio da influência da social-democracia. Ao longo desta discussão, ficará evidente que o neoliberalismo e o socialismo foram alvos de críticas por parte desse político, cuja posição era de defesa da social-democracia.

Segundo o sociólogo, as nações latino-americanas estavam seduzidas pelas teorias de livre mercado e concorrência. Diante dessa conjuntura, afirmava que caberia à social-democracia servir de equilíbrio entre abertura e proteção social: “E, portanto, em um horizonte que aponta para o triunfo do liberalismo, para a supremacia do mercado livre, como regulador da economia, que desponta a social-democracia na Europa” (Cardoso, 1990, p. 11). A ideologia que ele defendia era vista como uma corrente que deveria permitir a liberdade e concorrência sem deixar de lado as classes sociais mais pobres. Já o neoliberalismo, por sua vez, não se preocupava com as injustiças sociais e direcionava suas posições somente em defesa da livre concorrência e florescimento dos mercados.

Por meio de suas reflexões, o personagem em tela buscava se caracterizar como um político que se preocupava com as classes mais pobres. Porém, não foi apenas a doutrina liberal o alvo de suas duras críticas, já que que o socialismo soviético foi citado como exemplo de ideologia que defendia o autoritarismo estatal em detrimento da participação da sociedade nas discussões políticas.

> Mas a social-democracia não enfrenta só as dificuldades advindas do prestígio do capitalismo liberal. Ela também precisa ajustar as contas com os efeitos inesperados trazidos pelas transformações no mundo soviético. Se a leitura do que está ocorrendo no leste fosse apenas a de que o "planejamento estatal" foi o "coveiro do socialismo", e se a social-democracia travestisse em defensora do autoritarismo estatal estaria agonizando (Cardoso, 1990, p. 11).

Em suas avaliações, FHC chamava a atenção para o fato de que o futuro da social-democracia dependia da adoção de uma postura crítica tanto em relação aos excessos do liberalismo quanto ao socialismo bolchevique.

> Ocorre, contudo que, a social-democracia contemporânea só sobreviverá se for capaz de resgatar a linha de pensamento e ação dos social-democratas austríacos, do passado, entre outros, e de afirmar-se como critica tanto do liberalismo que se restringe a endeusar o mercado (este sim, com efeitos inesperados, porém, para os reacionários, sempre benéficos) quanto do socialismo bolchevique. Este viu no autoritarismo centralizador o ersatz da mão invisível, agindo por intermédio de um deus pagão (o partido) capaz de prever e de prover o cotidiano dos povos, através do planejamento estatal, talvez mais inspirado em Auguste Comte do que na dialética (Cardoso, 1990, p. 11).

As esquerdas brasileiras foram alvo de reflexões de FHC, que ressaltavam, sobretudo, o papel proeminente das esquerdas na Europa na conquista do sufrágio universal. No entanto, o político também enfatizava que as esquerdas incentivaram reivindicações através do populismo, em detrimento da democracia.

> Assim, se na Europa a crítica das insuficiências da democracia formal ganhou força depois que esta (com o sufrágio universal e tudo mais) já estava enraizada em larga medida nas práticas políticas dos países mais desenvolvidos, na América Latina a reivindicação social (via populismo) e a busca de maiores oportunidades de desenvolvimento econômico (via-anti-imperialismo) surgem antes da reivindicação propriamente democrática (Cardoso, 1990, p. 15).

Além disso, o intelectual criticava os empresários, pois esses eram acusados de serem estatizantes e nacionalistas, portanto recebiam ainda a alcunha de desenvolvimentistas.

> Por outro lado, do ângulo dos desenvolvimentistas, que não se consideravam necessariamente de esquerda, a defesa do estado de direito aparecia como algo supérfluo frente ao desafio da industrialização e do desenvolvimento econômico. A chamada burguesia progressista foi muito mais estatizante e nacionalista do que liberal democrática (Cardoso, 1990, p. 15).

O nacional-desenvolvimentismo era acusado de não permitir a modernização do país. Nessa perspectiva, entende-se que os fundadores do partido partilhavam valores contrários ao desenvolvimento dirigido pelo Estado e a política populista. A social-democracia foi definida

como uma força que optou pela reforma como meio de diminuir as distorções causadas pelo capitalismo por meio de políticas sociais.

> A opção pela "reforma ao invés da revolução", ou seja, a aceitação do jogo eleitoral como instrumento para chegar ao governo e, a partir dele (por intermédio de políticas fiscais e sociais) obter-se a distribuição da renda, deu-se na Europa juntamente com valorização da questão da democracia. a escolha feita pelos social-democratas, diferentemente do caminho escolhido pelos comunistas (partido único e ditadura do proletariado, nestes, contra pluralismo e concessões sob a forma de pressão por parte das classes dominantes, naqueles) foi influenciada pela crítica que os teóricos da social-democracia fizeram ao burocratismo das economias centralmente planificadas e ao autoritarismo que o controle do estado por um partido monoclassista provocaria (Cardoso, 1990, p. 19).

As esquerdas e o empresariado eram segmentos atacados por FHC por não terem feito uma crítica ao patrimonialismo e ao clientelismo.

> Portanto, as forças que poderiam fazer a crítica do clientelismo e do patrimonialismo em nome da democracia e da generalização dos direitos humanos e políticos, até meados dos anos 70, deram preeminência à "eficácia do Estado". Pretendiam fortalecer o estado para promover fundos de acumulação e eventualmente melhorar as condições de vida do povo brasil. A ação social direta dos governos, mesmo para os progressistas mais críticos, tinha precedência sobre as questões da democracia, da autonomia das classes e da representação política dos interessados (Cardoso, 1990, p. 15).

A forte atuação do Estado no campo econômico e político foi mencionada como causa da crise econômica e política que permeava a realidade brasileira.

> Assim, a ideia do bem estar social e do desenvolvimento estava umbilicalmente ligada a defesa da ação do estado. Este, se não era um welfare state, era visto como um demiurgo, com o "estado desenvolvimentista", que, por essa razão, situava-se no bom coté do progressismo latino-americano (Cardoso, 1990, p. 15).

FHC destacava que não havia a existência de um *welfare state* no Brasil com foco na proteção às classes mais pobres, mas, sim, um Estado desenvolvimentista que beneficiava grupos sociais, como o empresariado. A social-democracia europeia foi elogiada pelo político, por ter manifestado uma preocupação com a democracia e com a participação das pessoas dentro do campo político.

> Na Europa, a social-democracia, a partir de certo momento aceitou o desafio do sufrágio universal com um instrumento para ascender ao poder. Acreditou que reorientando o estado e o gasto público (com políticas de renda e políticas fiscais capazes de permitir ações niveladoras da sociedade) poderia gerir uma sociedade de mercado sem querer substitui-la por outra baseada na apropriação coletiva dos meios de produção" (Cardoso, 1990c, p. 15).

Enquanto a social-democracia foi enaltecida, as esquerdas progressistas latino-americanas foram duramente criticadas por não se preocuparem com a defesa da democracia, como no caso das forças de esquerda na Europa.

> Os "proto" social-democratas latino-americanos seguiram outro caminho: desdenharam as chances (talvez por que muito remotas) de apoderar-se do estado pela via de partido dos trabalhadores, para se acomodarem em frentes progressistas. Estas frentes, propostas em geral pelos comunistas, estavam muito mais interessadas no crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e na formação de uma base produtiva autônoma – nacional do que em políticas redistributivas e no controle democrático do estado, ou mesmo da produção (Cardoso, 1990c, p. 17).

Ao prosseguir seus comentários críticos em relação às esquerdas latino-americanas, o senador insistiu em destacar que tais forças representavam o atraso, por defenderem um pensamento mais estatizante do que democrático, contrário à competitividade e ao progresso tecnológico.

> Esse pecado original do progressismo latino-americano fê-lo muito mais um pensamento estatizante do que democratizante, muito mais corporativista e distribucionista (apoio às demandas dos segmentos da sociedade, muito mais do que ao povo em geral). Havia maior crença na capacidade do estado distribuir renda- às vezes perversa e inversamente do que ocorre com a inflação- do que na generalização do bem estar graças à racionalidade econômica que levaria a discussão sobre a otimização dos investimentos, o progresso tecnológico e a competitividade (Cardoso, 1990c, p. 16).

Observa-se que as críticas não estavam voltadas apenas às esquerdas, mas também aos regimes autoritários que adotaram uma postura desenvolvimentista por meio de empréstimos concedidos por países estrangeiros.

> Os resultados da militarização do estado em alguns países e do fascínio dos governos em quase toda parte pela mania liberal (da Reanganomics e do Thatcherismo) levou, em alguns casos, a exitosas performances desenvolvimentistas e à expansão das exportações. Num primeiro embalo, depois do choque do petróleo e da reciclagem dos excedentes financeiros deste comércio através dos eurodólares, houve tanto a atração pequena, na verdade-de capitais externos para as economias locais como o financeiro internacional, então abundante em dólares. Daí por diante, nos anos 70 e, sobretudo na década de 80, o preço dessa primeira tentativa de ajustes das economias latino-americanas à internacionalização da produção foi o crescimento da dívida Externa (Cardoso, 1990c, p. 17).

Ao analisar a conjuntura econômica do país, FHC identificou as causas que contribuíram para a inflação que o Brasil enfrentava. Ele atribuiu culpa aos governos militares por adotarem uma política de desenvolvimento econômico que levou o país à crise. Assim, ele

criticou vigorosamente o desenvolvimentismo estatal, que recorria ao capital externo para impulsionar o crescimento econômico, e defendeu a atuação de um estado social-democrata na esfera econômica (Cardoso, 1990c, p. 18).

FHC iniciou seu trabalho, *Cadernos da Social-Democracia*, definindo o regime social-democrata como uma corrente ideológica que lutava pela defesa dos direitos humanos, da dignidade humana, contra a exploração do trabalhador e, principalmente, contra as ditaduras, fossem elas de orientação de esquerda ou de direita. Nessa obra, abraçava a justiça social e entendia que essa bandeira deveria ser preservada em toda a América Latina, sobretudo pelo PSDB, de modo que as classes mais pobres fossem beneficiadas por direitos sociais. Os países latino-americanos eram considerados pobres, onde proliferavam fortes desigualdades sociais e problemas sociais, como fome, miséria e analfabetismo.

O político direcionou críticas contundentes às esquerdas por acreditar que elas incentivavam a luta de classes e a competitividade econômica. Além disso, posicionou-se em defesa da democracia, ao argumentar que a melhoria das condições de vida das classes mais pobres seria conquistada por meio da participação democrática. Portanto, a justiça social e a democracia eram vistas como elementos indissociáveis e fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa (Cardoso, 1990b, p. 19).

Ao defender a social-democracia, FHC acreditava que deveria haver uma justa distribuição dos bens e das riquezas produzidas aos trabalhadores.

> De que lado ficam os social-democratas nos conflitos trabalhistas. Decididamente do lado dos trabalhadores? Não basta afirmar que todos os homens nascem livres e iguais, se uma minoria concentra toda a riqueza e o poder na sociedade e a maioria não consegue, uma retribuição justa pelo seu trabalho. Igualdade real, para a social-democracia, significa salários crescentes e oportunidades iguais de crescer e se desenvolver como ser humano para todos os trabalhadores e filhos dos trabalhadores (Cardoso, 1990c, p. 15).

Uma das tarefas da social-democracia seria a de proteger os direitos do trabalhador contra a exploração do capital, principalmente pelo fato de um grupo pequeno de pessoas concentrar a riqueza em suas mãos.

A competitividade econômica era vista como um meio fundamental para enfrentar diversos problemas enfrentados pelo país, incluindo a geração de empregos e a redução das desigualdades sociais. FHC criticava grupos de esquerda que defendiam a luta de classes, enquanto se posicionava como defensor do socialismo democrático, defendendo que os problemas e injustiças deveriam ser resolvidos através da participação democrática da

sociedade. Ele enfatizava a importância da atuação da sociedade para resolver questões sociais, rejeitando a violência revolucionária associada à luta de classes.

O político argumentava que a social-democracia se opunha à revolução socialista, mas reconhecia as graves injustiças sociais. Ele observava que, em países governados pela centro-esquerda, com a ação dos trabalhadores, houve uma redução da pobreza e crescimento econômico (Cardoso, 1990a, p. 15).

> A social-democracia não quer acirrar as lutas de classes. Ela simplesmente reconhece que essas lutas existem na mesma medida em que existem desigualdades injustificáveis e exploração dos trabalhadores na sociedade e afirma que a exploração e as desigualdades são superáveis - que uma distribuição mais equilibrada da riqueza é possível e necessária sem que para. Isso a luta de classes precise virar uma guerra sangrenta. Isto não significa que os trabalhadores devam esperar sentados o crescimento do bolo da riqueza. Em todos os países onde a fatia do trabalho nesse bolo aumentou proporcionalmente. Foi graças à pressão organizada dos próprios trabalhadores. Através dos seus sindicatos e partidos. Por isso um elemento essencial da democracia. Para os social-democratas é a liberdade sindical ou. Falando mais amplamente a liberdade para os trabalhadores se organizarem e conseguirem maior participação tanto na distribuição da riqueza como nas decisões (Cardoso, 1990a, p. 15).

O desenvolvimento econômico era retratado em suas análises como um fator necessário para a promoção da justiça social e da redistribuição de renda. FHC sublinhou que a social-democracia privilegiava a atuação política dos operários sob a forma de sindicatos como estratégia para diminuir as injustiças. Assim, mantinha uma posição favorável sobre essas instituições por acreditar que elas contribuíram para a melhoria das condições de vida dos operários no século XIX. O pensador não deixou de reiterar que havia a existência de graves injustiças sociais em um momento em que uma classe se apoderava de todas as riquezas produzidas, enquanto grande parte dos brasileiros vivia em uma situação de miséria. Por meio do uso de tais argumentos, procurava defender a tese de que deveria ser instituído um regime social-democrata no país. A pressão social e a mobilização dos trabalhadores por salários mais altos foram identificadas como requisitos fundamentais para melhorar as condições de vida dos operários. Para ele, a geração de riquezas, por si só, não era condição necessária para garantia a igualdade social, ou para, pelo menos, diminuir a fome e a miséria (Cardoso, 1990a, p. 15).

As críticas direcionadas ao desenvolvimentismo, ao populismo e ao neoliberalismo eram formas adotadas pelo político para defender o projeto social-democrata e criar a ideia de que o PSDB tinha um projeto de desenvolvimento econômico para o país fundamentado na abertura econômica, controle dos gastos e privatização de empresas, sem deixar de lado

questões sociais, como afirmado. Para alcançar o poder, é necessário que um partido político tenha um projeto que alcance ressonância tanto na esfera política quanto no campo social. É de fundamental importância mencionar que as ideias do senador faziam parte de uma cultura política que estava sintonizada com a terceira via preconizada por Giddens, pois essa corrente pregava a modernização e a justiça social. Também se ressalta que os discursos publicados pelo Instituto Teotônio Vilela se voltaram à formação dos militantes, porém trata-se de uma tarefa difícil analisar a repercussão dessas obras.

Apesar de defender a sindicalização dos trabalhadores e a ampliação das tomadas de decisões, é preciso enfatizar que o PSDB era um partido formado por quadros oriundos do PMDB e que, diferentemente de outros partidos social-democratas europeus, não tinha em seu núcleo personagens ligados ao sindicalismo[16], diferentemente do PT, que era uma força que foi constituída por lideranças sindicais do ABC paulista.

Doutrinas ideológicas, como socialismo soviético, nacional-desenvolvimentismo, populismo, neoliberalismo e *welfare state* clássico foram alvos de duros ataques de FHC. Ao direcionar suas críticas em relação ao comunismo soviético, o teórico entendia que tal regime teria inibido a competividade econômica e o desenvolvimento da democracia. Para ele, o socialismo predominante na URSS limitava o progresso tecnológico e restringia a participação política das pessoas, já que as decisões estavam concentradas nas mãos de poucos. O regime comunista foi responsabilizado por contribuir significativamente para as desigualdades sociais. As críticas feitas pelo pensador eram uma estratégia para defender a ideia de que somente a social-democracia poderia combater as injustiças sociais e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento tecnológico e a competitividade. Portanto, as críticas ao comunismo visavam consolidar a ideia de que um governo de centro-esquerda liderado pelo PSDB poderia resolver os problemas existentes no país (Cardoso, 1990b, p. 15).

Ao reafirmar sua posição em relação à social-democracia, FHC procurava deixar claro que essa corrente valorizava a competição, eficiência econômica, competição e combate das desigualdades sociais.

---

[16] O cientista político Maurice Duverger estabeleceu uma discussão interessante sobre a diferença entre partidos de massa e partido de quadros. Ao analisar a formação de partidos europeus, o autor destacou que os partidos de massa eram formados por membros ligados a movimentos sociais como grupos de trabalhadores, enquanto os partidos de quadros eram constituídos por notáveis que já ocupavam papel no parlamento (Duverger, 1970). É importante compreender que, antes de o PSDB ser concebido, havia a existência de dois partidos de orientação social-democrata, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PDT), ambos constituídos em 1979. A primeira força tinha sua origem dentro do sindicalismo brasileiro e foi criada por personagens ligados às greves do ABC paulista na década de 1970, como o ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. Já a segunda agremiação foi constituída por Leonel Brizola, que tentou refundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que havia sido apropriado por Ivete Vargas. O PDT buscava, dessa forma, reproduzir as teses em defesa do trabalhismo (Skidmore, 1998).

> A social-democracia não propõe um modelo acabado. Mas um caminho para a transformação da sociedade – o caminho democrático. Com certeza esse caminho deve levar a algo melhor do que a sociedade capitalista. O capitalismo exalta a liberdade individual promove a competição e com isso estimula a eficiência na produção e o progresso tecnológico. Ao mesmo tempo empobrece as relações pessoais. Isola o indivíduo concentra a riqueza agrava as desigualdades sociais e até hoje condena grande parte do povo ao desemprego e a de ser a mesma nos países mais desenvolvidos – Isto para não falar das tremendas desigualdades entre as nações. Mas a construção de uma nova sociedade também deve aprender com os erros do socialismo tal corno o conhecemos neste século. O socialismo real conseguiu nivelar as condições de vida ao preço de sufocar o indivíduo inibir a competição e gerar ineficiência na economia. E acabou readmitindo as desigualdades pela porta dos fundos. Transformando a "ditadura do proletariado" em ditadura de uma camada privilegiada de funcionários do estado e do partido dominante. Não se constrói o futuro sobre Ilusões. A social-democracia não esconde nem justifica os defeitos das sociedades capitalistas nem das socialistas. Sabe. Por outro lado, que não se constrói o futuro dando as costas para o que há de bom no presente (Cardoso, 1990b, p. 15).

Mesmo defendendo as liberdades econômicas, FHC reafirmava a ideia de que os mercados deveriam ter uma função social, ou seja, contribuir para a geração de emprego. Apesar de ter demonstrado uma postura crítica em relação ao socialismo, o político fez questão de frisar que o capitalismo não era capaz, por si só, de gerar uma ordem social justa, pois acreditava que se os mercados não tivessem certo grau de regulação poderiam estar a serviço dos donos do capital, e não da sociedade. Por isso, a regulação do governo era considerada necessária para que as classes mais pobres não fossem exploradas.

A social-democracia era apontada como uma corrente que deveria se manter crítica das desigualdades sociais por meio de políticas fiscais.

> As perspectivas da social-democracia só ficarão mais nítidas se situarmos o quadro no qual se dá hoje a pugna político-doutrinária. É preciso reconhecer que a tradição social-democrática de basear sua força nas críticas ás desigualdades provocadas pelo mercado (isto é, pela livre exploração da força de trabalho e pela acumulação de capitais) que devem ser corrigidas por políticas fiscais e sociais, esbarra com a vaga do neoliberalismo triunfante (Cardoso, 1990b, p. 15).

O neoliberalismo foi mencionado como uma corrente que estava conquistando espaço devido aos déficits dos estados latino-americanos. Dessa forma, o modelo de governo social-democracia preconizado pelo teórico defendia a adoção de políticas fiscais para colocar fim aos excessivos gastos do “Estado”, fato que impedia a formação de uma poupança doméstica para adquirir tecnologia e realizar investimentos em políticas sociais. O pensamento da terceira via pregava o controle de gastos por parte dos governos, pois os gastos exacerbados provocavam endividamento do Estado e a sua capacidade de desenvolver políticas. FHC

apontou, de forma concisa, os problemas que permeavam a realidade brasileira, como o déficit fiscal, a miséria e a desigualdade social, que, na sua visão, deveriam ser superados. Em seus discursos, mantinha uma posição pró-globalização e próxima ao mercado, visto que enfatizava a necessidade de os governos manterem as contas equilibradas, visando atrair investimentos. Por sua vez, a esquerda tradicional era acusada de não manter preocupação com o equilíbrio fiscal, sendo esta uma questão que veio ganhando espaço no cenário político mais recentemente.

Por outro lado, o ex-senador fez questão de tecer elogios à burguesia europeia, pois entendia que esse grupo político contribuiu para o desenvolvimento da economia e das instituições democráticas. Os membros da elite brasileira eram apontados como agentes sociais que não demonstravam o mínimo de preocupação com a democratização do país, principalmente por terem excluído a participação do povo das tomadas de decisões e por terem aderido ao pacto populista (Cardoso, 1990b, p. 15). Tanto o populismo como as ditaduras foram acusadas de impedirem a participação política do povo. Compreende-se que, desde o período em que participava do Cebrap, o sociólogo mantinha uma postura crítica em relação à burguesia brasileira, que era considerada aliada do Estado autoritário-burocrático, acusado de promover uma modernização conservadora. Os burgueses eram classificados, pelo ex-senador, como indivíduos que assumiram a posição de coadjuvantes dentro da cena política, principalmente por defenderem as políticas desenvolvimentistas e se manterem como sócios menores do desenvolvimento brasileiro. Portanto, reforçava a tese de que a burguesia brasileira era dependente do governo em vez de assumir o papel de protagonista. Em seus escritos sobre social-democracia, também criticou o modelo de desenvolvimento adotado pelos militares. É importante destacar que as críticas sobre a burguesia já constavam nos discursos *A crise e as opções nacionais*, porém elas foram elaboradas de forma mais detalhada no artigo *Perspectivas da social-democracia*, pois o primeiro escrito era voltado mais aos parlamentares, enquanto o segundo tinha como público-alvo não apenas a classe política, mas também os intelectuais que eram favoráveis à social-democracia.

As críticas tecidas por FHC ao modelo desenvolvimentista defendido em governos populistas e no regime militar faziam parte da estratégia do político em legitimar a tese de que o PSDB era o partido que tinha um projeto de desenvolvimento econômico capaz de fazer o país crescer. Desse modo, buscava o apoio da classe política e do meio empresarial brasileiro, transmitindo a mensagem de que essa agremiação tinha um projeto para o desenvolvimento brasileiro, tanto no campo econômico como social, sintonizado com a realidade do país.

Como vimos, a burguesia brasileira se tornou alvo de ataques de FHC, pois era vista como uma classe social que usufruía de privilégios, contando com o apoio do Estado para satisfazer seus interesses. Os "anéis burocráticos" eram interpretados como empecilhos que impediam a formação de uma ordem competitiva e barravam o desenvolvimento nacional[17]. Os empresários foram acusados de se beneficiar de somas do BNDE e de não investir na modernização de seus negócios, portanto a classe foi vista pelo político como um dos responsáveis pelo atraso brasileiro. É importante reiterar que as esquerdas não foram poupadas das críticas desse intelectual, pois foram acusadas de defenderem um modelo de desenvolvimento econômico que beneficiava a burguesia e que excluía os povos da participação política, como assinalado anteriormente.

> Para este menosprezo contribuíram vários fatores. Limitando-me a apenas dois, ressalto que a crítica da ordem existente, do ângulo da esquerda, fez se através de duas grandes vertentes, ambas minimizando os "aspectos formais da democracia" frente as agudas necessidades de causas "substanciais" da desigualdade: a pobreza e a exploração colonialista ou imperialista. Por aí coincidia a crítica do progressismo desenvolvimentista com a crítica da esquerda, inclusive senão que principalmente a esquerda comunista que via no imperialismo e na luta contra seus aliados internos (o latifúndio e, mais tarde a burguesia associada o principal inimigo (Cardoso, 1990c, p. 15).

Ao manter uma posição contrária ao desenvolvimentismo, FHC indicava o Estado como uma instituição que era plenamente responsável pela condução da economia (Cardoso, 1990c, p. 15). Já a burguesia foi acusada de defender o modelo de desenvolvimento econômico via estatal e de ser manipulada pelo governo. Por meio de suas ideias, o membro da *intelligentsia* procurava apontar soluções para o que ele considerava como "problemas nacionais", e era natural que suas análises tivessem como objetivo destacar o PSDB como força política capaz de defender os interesses brasileiros. Desferir críticas contra governos anteriores foi o meio encontrado para colocar o PSDB como um partido que resolveria os problemas brasileiros. Então, ao examinar os discursos desse indivíduo, reconhece-se que eles não são carentes de conteúdo voltado para angariar apoio. É uma tarefa crucial não apenas formular o discurso por meio dos atores políticos, mas também garantir sua ressonância. Ter

[17] O clientelismo e corporativismo foram relações políticas que deram espaço para a formação de uma elite burocrática que passou a ter espaço dentro dos governos e das empresas estatais. Os governos buscaram adquirir eficiência por meio da concessão de cargos a profissionais especializados, visando à constituição de uma elite profissional e à eficiência dos serviços, fato que não impediu que grupos políticos se apropriassem de cargos e de espaços dentro da administração pública em troca de apoio político. Portanto, formou-se um Estado cartorial a serviço de grupos econômicos e políticos que foram beneficiados com a liberação de verbas e incentivos fiscais. Agências, como o Banco de Desenvolvimento Nacional e Econômico (BNDE), foram concebidas como caminho para a implementação de políticas econômicas, porém estavam a serviço da concessão de verbas a grupos empresariais. A relação entre agências e a burguesia eram tratadas como clientelistas (Nunes, 2017).

eco no âmbito político e social permite que o partido conquiste o poder e implemente seu projeto.

FHC reforçava a ideia de que a década de 1980 era considerada perdida, pois enfatizava que o Estado assumiu um papel de financiar o desenvolvimento da burguesia em um período no qual o cenário econômico mundial era hostil, fator que contribuiu para o endividamento externo do país[18]. A privatização de empresas e a entrada de investimentos

[18] O Estado teria, segundo FHC e Enzo Faletto, um acordo tácito com a burguesia ao contribuir para a promoção do projeto de desenvolvimento nacional. Os autores destacaram que, ao promover os interesses da burguesia industrial, o Estado buscava excluir das suas decisões grupos políticos, como as classes operárias, ao atender às demandas dos trabalhadores. O desenvolvimento econômico e a redistribuição de renda eram apontados como fatores utilizados pelo Estado populista para acalmar as reivindicações das massas populares, ou seja, demandas corporativas. Além de garantir apoio ao empresariado para projeto de desenvolvimento econômico, o Estado populista teve que garantir renda à população, de modo que não houvesse tensões sociais. O termo "burguesia de Estado" era utilizado para classificar a burguesia brasileira como uma classe dependente da esfera estatal e que, ao invés de assumir o controle político, passou a ter seus interesses defendidos dentro do campo político. Era defendida a premissa de que as relações de dependência não se resumiam à relação entre o Brasil e as potências centrais. Já a Comissão Especial para a América Latina (CEPAL) e as esquerdas brasileiras acreditavam que o subdesenvolvimento era oriundo da relação de dependência em relação aos países europeus. Nesse sentido, a agência preconizava o planejamento econômico sustentado pela esfera estatal. O regime populista atuou como árbitro em defesa dos interesses da elite agrário-exportadora, da burguesia industrial e das massas que reivindicavam melhores condições de vida. No momento em que houve radicalização e intensificação de melhores condições de vida, houve rompimento do pacto populista e criação de um Estado autoritário-burocrático e que centralizava todas as decisões, sejam elas no campo econômico ou político. Foi destacada a formação de um empresariado estatal, formado por uma elite burocrática que controlava as decisões, sobretudo no campo da economia, que fazia parte dos chamados "anéis burocráticos". A internacionalização da produção com expansão do capital por meio das multinacionais fez com que empresas norte-americanas se dirigissem ao país, no entanto essas empresas não representavam a eliminação do monopólio do Estado como instituição responsável pela condução da economia e do planejamento, fato que contribuiu para que houvesse falta de competição. O Estado, por meio das empresas estatais, acabou exercendo controle sobre grande parte das atividades econômicas e realizando investimentos em empresas nacionais (Cardoso; Faletto, 2018, p. 139). Ressalta-se que FHC pertencia a um grupo de intelectuais uspianos responsáveis pelo estudo da obra de Karl Marx, *O capital*, e que tinha como expoente o sociólogo Florestan Fernandes. Os intelectuais paulistas buscavam a criação de uma ciência social que estivesse alinhada a um rigor científico e mantinham uma posição contrária ao grupo de intelectuais sediados no Rio de Janeiro ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e contra o CEPAL, pois tais órgãos defendiam a tese de que o Estado era responsável por orientar o desenvolvimento econômico brasileiro. Os intelectuais uspianos defendiam a constituição de uma ciência social alicerçada em autores como Karl Manhein e Max Weber e que não sofresse influência de grupos políticos. A repressão fez com que professores universitários como FHC fossem aposentados e exilados do país devido à falta de liberdade para exercício intelectual e do ensino. Após o retorno desse intelectual, foi fundado o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) em 1974, órgão que se tornou responsável por manter um ambiente de estudos sobre questões referentes à realidade brasileira, tendo em vista congregar os ex-integrantes do grupo do capital, sendo que o objetivo do instituto era o de criar um ambiente de discussões acadêmicas em uma conjuntura que impossibilitava discussões políticas dentro do campo universitário. Esse centro contou com a participação de ex-estudantes de sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e de autores consagrados, como Francisco Weffort, Bolívar Lamounier e Paul Singer. FHC era conhecido por se manter crítico ao desenvolvimentismo durante sua trajetória intelectual. Esse centro de pesquisas foi responsável por desenvolver inúmeros temas de pesquisa e congregava profissionais de universidades brasileiras. A influência de FHC com os meios de comunicação e com o empresariado fez com que conseguisse apoio da fundação Ford para financiamento das pesquisas, fato que desagradou a Florestan Fernandes, que se recusou a participar do centro, pois acreditava que o apoio financeiro poderia exercer pressão para o desenvolvimento de pesquisa sobre determinados temas. FHC passou a assinar as matérias do semanário *Opinião*, dirigido por Fernando Gasparian, e teve reconhecimento como intelectual que mantinha uma posição contrária ao regime militar. Esse centro de pesquisa marcou o período em que intelectuais uspianos passaram a utilizar a ciência como forma de manifestação contra o regime militar. Devido à atuação e destaque assumido por FHC como intelectual e de

eram elencados como fatores que diminuiria a dívida externa brasileira, visto que este se constituiu como um dos graves problemas brasileiros.

Em 1992, FHC exercia cargo de senador, mas continuava afinado com o meio intelectual e não deixou de lado sua posição como membro da *intelligentsia*. Cardoso assumiu uma função dúbia, de político e intelectual, mas "político" no sentido lato do termo, pois ocupava um cargo político, conforme destacado. A abertura econômica foi elencada como um dos fatores que possibilitaria não apenas a entrada de capital, mas também de tecnologia para a modernização econômica. FHC reforçava a posição do PSDB que preconizava a aquisição de insumos tecnológicos por meio da abertura econômica. A entrada de capital estrangeiro possibilitaria a formação de uma poupança interna, que, por sua vez, era ameaçada devido ao pagamento da dívida externa. Em suas análises, o fundador do PSDB acreditava que o país não necessitava recorrer ao endividamento para aquisição de tecnologia, tendo em vista que o governo, durante o regime militar, recorreu a empréstimos estrangeiros para manter a economia aquecida em um momento no qual o quadro econômico mundial estava em condições ruins (Cardoso, 1990c, p. 15-16).

As ideias de FHC mostram que o PSDB tinha uma posição contrária ao desenvolvimentismo, considerado ineficaz no combate à inflação e aos crescentes gastos públicos que geraram endividamento e empobrecimento das classes mais baixas. O pensador procurou deixar claro que a América Latina estava sendo seduzida pelas teorias econômicas neoliberais que pregavam a defesa de um "Estado mínimo" e de uma abertura ao capital privado. Acusava o neoliberalismo de ser o principal responsável pelas desigualdades sociais, pois tinha consciência de que o domínio pleno do mercado poderia provocar a exploração e empobrecimento do trabalhador (Cardoso, 1990c, p. 21).

A social-democracia era vista como uma corrente que deveria não apenas se contrapor e combater um Estado desenvolvimentista, mas também lutar contra a ideologia neoliberal, que estava conquistando espaço em toda a América devido à crise fiscal que assolava vários países.

> As perspectivas da social-democracia na América só ficarão mais nítidas se situarmos o quadro no qual se dá a pugna político-ideológica doutrinária. É preciso reconhecer que a tradição social-democrática de basear sua força na crítica às desigualdades provocadas pelo mercado (isto é pela livre exploração da força de trabalho e pela acumulação de capitais) que devem ser corrigidas por políticas

---

oposição ao regime, o político foi convidado por Ulisses Guimarães para ajudar na redação do programa partidário do MDB, em 1974, e para ser candidato ao Senado, em 1978. Durante a atuação dentro do centro de pesquisa, o intelectual tinha uma postura em defesa da autonomia da sociedade civil e era contrário ao que ele denominou como "Estado autoritário-burocrático" (Lahuerta, 1999). Ver também Sorj (2001).

> fiscais e sociais esbarra no neoliberalismo triunfante. Não basta, diante deste quadro, reafirmar valores sem criticar o que foi o progressismo latino-americano do passado. Para que se possa repor o papel do Estado e substituir a tese liberal do estado mínimo pela do estado socialmente necessário, é preciso criticar o estado como ele realmente é e deste ângulo aceitar algumas críticas do liberalismo e ao mesmo tempo sias limitações e distorções (Cardoso, 1990c, p. 21).

Ao desenvolver uma avaliação da realidade política e social brasileira, esse intelectual reforçava sua posição em defesa de uma terceira via, pois acreditava que nem neoliberalismo nem o desenvolvimentismo eram capazes de dar respostas aos problemas sociais. Mais uma vez, ele reafirmava a convicção de que a social-democracia brasileira tinha que possuir uma posição intermediária entre o desenvolvimentismo e neoliberalismo. Apesar de ser crítico do liberalismo, FHC destacava que os social-democratas deveriam aceitar as críticas dos liberais, pois considerava que o PSDB era uma força social-democrata de esquerda que deveria ter responsabilidade com os gastos públicos e com um desenvolvimento sustentado a longo prazo (Cardoso, 1990c, p. 21).

> Essa preocupação diferencia a social-democracia nas condições latino-americanas tanto da europeia quanto do populismo pré-existente. Com efeito, no caso da América Latina, a distribuição de renda via pressão corporativa tem efeitos muito mais negativos do que ocorrido na Europa. A crítica thatcheriana ao Welfare State e a crise de alguns governos social- democráticos na Europa tem a ver com o peso das garantias e dos fundos de bem estar social com o conjunto da sociedade e da economia. O corporativismo e o trade-unionismo podem ter levado algumas economias europeias a dificuldades na competição econômica e à perda na corrida por maiores níveis de produtividade. Dificilmente, entretanto, as vantagens relativas de algum grupo social de assalariados terão significado perdas para outro grupo de assalariados (Cardoso, 1990c, p. 21).

O *welfare state* clássico, que vigorou na Europa entre o período pós-guerra e a década de 1970, era apontado como responsável pelo endividamento do Estado e pela inflação. A garantia de políticas de pleno emprego e de aumento salarial via pressão sindical não mostravam viabilidade a longo prazo, visto que várias economias europeias davam sinais de esgotamento e passaram a conviver com déficit e aumento da dívida estatal. Logo, a social-democracia clássica era vista como um modelo de desenvolvimento que impossibilitava o crescimento econômico devido aos grandes déficits fiscais. As políticas da social-democracia clássica eram tratadas como empecilho à competitividade e como fatores que causavam prejuízo a longo prazo por impossibilitar um crescimento sustentado. O membro da *intelligentsia* criticava as pressões corporativas, pois considerava tais ações como fatores que constituíam um obstáculo para a saúde fiscal dos governos e para a consolidação de uma ordem social justa, por desequilibrar as contas públicas.

A privatização de empresas estatais era interpretada como condição necessária para a diminuição do déficit fiscal e para promover a competição econômica e fim do monopólio. Partindo dessa premissa, FHC entendia que certas companhias tinham prejuízos que comprometiam o equilíbrio fiscal do governo.

> Não obstante, nas condições prevalecentes na América Latina, quando a dívida externa e a inflação corroeram a capacidade de acumulação dos estados nacionais a palavra de ordem modernizadora tem sido, privatizemos o estado. Especialmente há fortes pressões para privatizar o setor produtivo estatal. Qualquer análise objetiva, diante dessa situação, começa por distinguir que parcelas do que hoje compõe o setor produtivo estatal são formadas simplesmente por empresas que, pelo conhecido mecanismo de socialização de perdas foram repassadas aos governos porque estavam insolventes. Nesses casos a opção não é entre manter tais empresas nas mãos do estado ou privatizá-las. É saber se tem sentido econômico ou devem ser fechadas. Se ainda forem úteis e competitivas, por que não reprivatizá-las (Cardoso, 1990c, p. 24).

Apesar de defender a privatização de empresas, o político procurou deixar claro que não aceitava a premissa de que o Estado deveria se tornar "mínimo" e acreditava que as leis do mercado deveriam se harmonizar com os interesses da sociedade.

> Governos social-democratas podem promover, como já promoveram a estatização de empresas. Mas também podem privatizar ou desativar empresas estatais ineficientes como começa a ser feito aliás, pelo próprio socialismo da "perestroika", que descobriu que a estatização total da economia gera ineficiência e estagnação (Cardoso, 1990c, p. 16).

A partir das análises, identifica-se um ponto de convergência entre FHC e Giddens em relação à defesa de um programa de privatização de empresas. De acordo com o diagnóstico do sociólogo brasileiro, certas empresas deveriam ser privatizadas para promover a competição econômica e gerar riqueza. Ele expressava apoio a um amplo programa de privatização de estatais, argumentando que era necessário quebrar o monopólio e incentivar a competitividade através da transferência de atividades para o setor privado. Apesar de defender um aumento na participação do setor privado na economia, o peessedebista reconhecia que algumas empresas não deveriam ser privatizadas, especialmente os bancos públicos, que desempenhavam um papel fundamental no fornecimento de empréstimos e benefícios a diversos setores da sociedade. Além disso, empresas lucrativas não deveriam ser transferidas para o controle do setor privado, sendo reservadas apenas para aquelas que apresentavam déficit e impediam a formação de um mercado competitivo (Cardoso, 1990c, p. 16).

> Isso não quer dizer que o estado não deva atuar em áreas de fomento através de bancos públicos ou em áreas estratégicas e pioneiras e pioneiras, embora produtivas e lucrativa simplesmente por que não havia escala de acumulação de capitais para enfrentar seu financiamento. Trata-se em geral de empresas que tem tempo de maturação longo para render frutos. Muitas delas constituíram marcos na luta pelo desenvolvimento econômico e possuem forte valor simbólico. Nestes casos, a reação da social-democracia deve ser pragmática: existem, realmente capitais privados que desejam e possam investir na compra destas empresas?. Se realmente existirem a privatização deverá ser feita à luz dos interesses públicos, não só com a utilização de critérios de mercado para sua venda, mas sobretudo, assegurando que elas vão funcionar em regime de concorrência e não como monopólios privados (Cardoso, 1990c, p. 24).

Apesar de manifestar um posicionamento em favor da competitividade, FHC tinha receio de que a privatização pudesse dar espaço à formação de monopólios pela iniciativa privada. É importante destacar que o pensamento social-democrata defendido por ele levava em consideração o equilíbrio entre abertura econômica, bem-estar social e distribuição de renda.

Além disso, o autor demonstrou preocupação com a entrada de capitais estrangeiros, pois sublinhava que ela não deveria ocorrer de forma irresponsável. Afinal, o domínio de algumas empresas sobre o mercado financeiro foi elencado como um fator que poderia impedir o desenvolvimento econômico e contribuir para a concentração de renda (Cardoso, 1990c, p. 24).

FHC mantinha um posicionamento contrário ao corporativismo, pois entendia que as práticas corporativas ameaçavam o desenvolvimento econômico e beneficiavam apenas determinados setores em detrimento dos demais segmentos da sociedade civil. Em um dos seus pontos de análise, acreditava na ideia de que as conquistas sociais deveriam ser universais, e não apenas privilégios de determinados grupos sociais, ressaltando inclusive a necessidade de aumentos salariais de acordo com a realidade econômica em que o país se encontrava, de modo que não houvesse déficits fiscais capazes de corroer as bases do crescimento econômico. Desse modo, o corporativismo era visto como um dos fatores que prejudicava a saúde fiscal do Estado brasileiro.

> A social-democracia volta a enfrentar aqui o ponto mencionado anteriormente. Ela precisa opor-se em nome do crescimento econômico e da racionalidade no médio prazo, a demandas que, por justas que sejam criem situações que impeçam no futuro a continuidade dos benefícios que se deseja. Esta é a contradição já abordada entre a vantagem para um grupo específico e universalização dos benefícios. Só que neste caso não se trata apenas de uma vantagem corporativa. Medidas gerais em si justas (por exemplo, aumentos salariais) podem tirar mais no futuro do que concedem como benefício no presente (Cardoso, 1990c, p. 23).

Mesmo defendendo um projeto social-democrata, o senador entendia que a justiça social deveria ser pautada em um crescimento econômico sólido, pois considerava que problemas como inflação e endividamento interno e externo poderiam erodir e corroer as bases do crescimento econômico a longo prazo. Portanto, a distribuição de renda era tratada como uma medida que deveria estar em convergência com a manutenção da saúde fiscal do Estado, visando uma justa redistribuição da renda a todos os cidadãos (Cardoso, 1990c, p. 23). FHC atribuía a culpa da crise fiscal, dívida externa, e inflação ao governo Sarney, considerando este incapaz de resolver tais problemas.

A defesa da privatização era um dos motes do pensamento social-democrata de FHC, que, por sua vez, destacava que as empresas nas mãos do Estado eram consideradas fonte de aumento de gastos, pois certas estatais eram pressionadas por segmentos da burguesia para manter o preço de certos produtos em um determinado nível (Cardoso, 1990c, p. 24).

A preocupação com a saúde fiscal era outro ponto de convergência muito forte entre o pensamento social-democrata de FHC e a terceira via preconizada pelo teórico inglês Anthony Giddens. A privatização de empresas era tratada como uma medida benéfica ao país, pois contribuiria para levar serviços ao maior número de pessoas a preços mais acessíveis. Entretanto, era pontuado que havia empresas que não poderiam ser privatizadas, como os citados bancos e aquelas que eram ligadas à exploração do petróleo e que tinham um valor simbólico muito importante para a nação (Cardoso, 1990c, p. 24).

É fundamental ressaltar que as ideias concebidas pelo teórico eram formas de ação política, pois seu pensamento buscava convencer a classe política sobre a necessidade de mudanças no sistema político e econômico brasileiro. Nessa perspectiva, entende-se que as análises desse autor buscavam ressonância no meio político para que houvesse uma mudança nas formas de governo. O fato mais curioso é que, antes mesmo de concorrer ao cargo de presidente da República, FHC esboçou algumas ideias que deveriam fazer parte de um governo social-democrata. A privatização de empresas foi considerada uma medida necessária não apenas para cobrir déficit fiscal, mas como fundamento para a expansão das atividades econômicas.

> No plano dos objetivos, o Governo está perdendo a batalha da convicção. É certo que é preciso privatizar algumas empresas estatais. Não para que haja mais recursos disponíveis para cobrir déficits, mas porque o Estado não possui capacidade de investimento para a expansão de atividades econômicas essenciais; e porque a sociedade fará melhor com os recursos que já possui, se as empresas estiverem submetidas de fato à competição (Cardoso, 1990c, p. 24).

A privatização de empresas públicas era vista como uma estratégia para O dinamismo econômico e uma medida que foi adotada por governos social-democratas. O governo de Felipe Gonzáles, do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), foi muito bem-visto por FHC e retratado como um exemplo de força de esquerda que tinha compromisso com a competitividade e a geração de empregos. Desse modo, o teórico levava em consideração a ideia de que a privatização da economia e a abertura comercial eram estratégias adotadas por forças de esquerda e não apenas pelo receituário neoliberal. Citar o Governo de Gonzáles era uma forma de mostrar que as esquerdas no mundo e a social-democracia passaram a privilegiar a privatização e a saúde fiscal. Contudo, a esquerda brasileira foi duramente criticada pelo intelectual, que julgava essa força como representante do atraso e defensora da nacionalização de empresas públicas[19]. Apesar de ser um crítico das esquerdas brasileiras, o pensador era simpatizante das esquerdas no continente europeu, pois estas estavam comprometidas com o crescimento econômico por estarem alinhadas a posturas liberais em defesa do mercado, como na Suécia e na França (Cardoso, 1990c, p. 25).

> Uma palavra última sobre a questão do Estado visto do ângulo da social-democracia. É certo que na Europa houve tanto governos social-democratas que privatizaram (Felipe González, na Espanha) ou que raramente estatizaram (como na Suécia) como houve os que nacionalizaram empresas produtivas e mesmo intermediárias financeiras- os bancos- como os trabalhistas britânicos e os socialistas franceses (sendo que estes em alguns casos re-privatizaram). Tudo isso mostra que essa questão não é definidora da qualidade da social-democracia na gestão pública (Cardoso, 1990c, p. 25).

A concentração de setores econômicos nas mãos do Estado era retratado como um fator que contribuiria com a oneração do povo brasileiro. As empresas estatais foram acusadas de fornecer matéria-prima ao setor privado a preço muito abaixo dos mercados. Partindo dessa premissa, FHC mostrava a existência de anéis burocráticos que obedeciam a uma política de preços para beneficiar o setor privado[20]. Portanto, as empresas públicas eram vistas

[19] Parte dos governos social-democratas na Europa privatizou empresas estatais, enquanto alguns governos de direita realizaram o projeto de nacionalização de corporações. Nessa perspectiva, a privatização era uma pauta que não era defendida apenas por governos de direita, mas também por forças de esquerda (Navarro, 1999, p. 175-244).

[20] Houve um processo de burocratização e a formação de agências técnicas, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Tais medidas fizeram parte de uma estratégia para diminuir a influência de agentes políticos, visando à diminuição de práticas clientelistas. Entretanto, o Estado exerceu uma função cartorial, pois passou a realizar a patronagem política ao empregar políticos dentro de empresas estatais e promover a liberação de verbas para grupos econômicos. O governo teve um papel na concessão de créditos a grupos privados e passou a promover um projeto de desenvolvimento de planejamento e de desenvolvimento econômico. A influência política de grupos econômicos dentro do meio político também esteve presente, pois a esfera estatal promoveu a liberação de subsídios para realização de atividades que não tiveram retorno. As

como instituições que estavam mais a serviço de determinados grupos privados do que da população (Cardoso, 1990c, p. 25).

> A questão da dicotomia estatal-privado posta em termos realistas é outra: o interesse público requer que a economia se baseie em empresas competitivas, capazes de absorver tecnologia moderna, para que seus efeitos sejam positivos para a sociedade. A questão torna-se visível (pública) quando a concorrência força a absorção dos resultados do progresso técnico na produção, aumentando a produtividade. Sem esse incremento a pugna entre investimento e consumo, capital e trabalho, torna-se imanejável, como em um jogo de soma zero no qual se um ganha outro perde (Cardoso, 1990c, p. 25).

Além da presença de estruturas burocráticas, a corrupção foi identificada como um dos principais problemas enfrentados pelo país, e o mercado competitivo foi apontado como uma solução para reduzir o desvio de recursos públicos, tanto no setor público quanto no privado. FHC adotava uma postura crítica em relação à burguesia brasileira, visto que a considerava protecionista e defensora do mercado interno, não assumindo os riscos das atividades econômicas (Cardoso, 1990c, p. 27).

O mercado era tanto visto como um campo importante para a geração de renda e riquezas quanto considerado parte essencial para a diminuição da dívida externa.

> Contemporaneamente, e para isso aponta a social-democracia, o importante não é rechaçar o mercado externo e basear o crescimento da economia no consumo interno, mas é diminuir as diferenças entre o que se produz e o que se consome interna e externamente. Na medida em que houver um esforço exportador (para pagar a dívida, por exemplo) baseado na exploração extensiva da mão-de-obra, ou mesmo, enquanto se conceber a economia exportadora em termos de plataformas, isoladas do consumo interno, está se sustentando um modelo econômico de desenvolvimento que desserve ais interesses da maioria da população (Cardoso, 1990b, p. 28).

A diversificação da produção era considerada um dos pilares do programa social-democrata, visando proporcionar às pessoas acesso a uma variedade de bens de consumo a preços acessíveis. No entanto, a indústria brasileira era percebida como “atrasada” e incapaz de gerar emprego e renda. Nas análises do pensador, era comum a ideia de que a competição e a adoção de tecnologia importada eram essenciais para impulsionar a economia. Por outro lado, o protecionismo era alvo frequente de críticas do teórico, pois favorecia grupos econômicos e prejudicava a competição.

---

políticas desenvolvimentistas foram realizadas por meio de um forte planejamento estatal sem que a burguesia tivesse papel de liderança no desenvolvimento de políticas (Nunes, 2017).

> O critério de competitividade e absorção de (e produção) de meios tecnológicos que permitam ganhos de produtividade são a pedra de toque de políticas econômicas que tenham por objetivo aumentar o bem-estar da população. E esse é o desiderato da social-democracia. Ela reconhece que o esforço de crescimento econômico é a condição para o bem-estar social; reconhecendo que certas práticas protecionistas podem ser úteis para criar condições internas de competitividade, mas ela condena as práticas monopolistas e oligopolistas quando já existem condições internas de competitividade, mesmo que sustentadas em defesa do mercado nacional. Trata-se portanto, de uma questão de gradação e da escolha de alternativas políticas que seletivamente, assegurem o que é fundamental: o interesse público. Existe obviamente, um interesse nacional para a social-democracia. Mas ele, não vale por si só; precisa ser filtrado pelo interesse do povo, pelos interesses públicos (Cardoso, 1990b, p. 28).

A entrada de tecnologia seria uma medida que possibilitaria o desenvolvimento econômico do Brasil, pois FHC acreditava que o país não tinha condições de desenvolver internamente insumos tecnológicos. Umas das críticas desferidas por esse personagem era voltada contra o modelo de crescimento baseado na substituição de importações, adotado na década de 1940, pois impediria a oferta de produtos aos cidadãos. A proteção aos produtos nacionais impossibilitava a população de ter acesso a bens de consumo baratos e de boa qualidade. A falta de tecnologia para a produção de indústrias era apontada como um fator que impedia tanto aumento da produção como o acesso brasileiros a produtos de qualidade, realidade diferente daquela dos países europeus. Portanto, tanto Covas, Montoro e FHC partilhavam da ideia de que a aquisição de tecnologias alavancaria a produção nacional e colocaria o Brasil numa posição de destaque no mercado mundial, além de possibilitar acesso dos brasileiros a diversos itens.

> Hoje o Brasil tem um parque industrial bastante completo. Por isso mesmo há menos oportunidades para a implantação de novas indústrias por substituição de importações e criou-se um problema grave: porque cresceu protegida da concorrência estrangeira a indústria brasileira teve pouco estímulo para aumentar a produtividade e aprimorar seus produtos. Por isso eles são frequentemente piores e mais caros - apesar dos baixos salários - do que os de outros países. Se quer voltar a crescer pagando salários mais altos e melhorando o preço e a qualidade dos seus produtos o Brasil também precisa fazer a sua "perestroika" isto é reestruturar sua economia tornando-a menos protecionista e mais eficiente. Isto não significa abrir irresponsavelmente o mercado brasileiro de uma hora para outra à concorrência estrangeira significa isto sim desenvolver nossa capacidade própria em ciência e tecnologia e fortalecer a Indústria brasileira para torná-la mais competitiva aqui dentro e no mercado externo (Cardoso, 1990b, p. 36).

Em suas análises, FHC apontava a responsabilidade do Estado em permitir que os mercados florescerem para que houvesse a geração de excedentes e a elaboração de políticas sociais. Em seu posicionamento, era recorrente a ideia de que a esfera estatal teria como responsabilidade exercer grau de regulação sobre os mercados, para que estes oferecessem

boas condições de salário e de trabalho, cumprissem com o pagamento de impostos, com as leis trabalhistas e com a proteção do meio ambiente (Cardoso, 1990c, p. 16).

> Por tudo isso nos países capitalistas desenvolvidos o estado nunca deixou de intervir na economia direta ou indiretamente para evitar crises. Impulsionar o desenvolvimento e conter abusos do poder econômico contra os assalariados pequenos produtores, consumidores e meio ambiente (Cardoso, 1990c, p. 16).

O político peessedebista não deixou de mencionar a responsabilidade da esfera estatal em garantir proteção ambiental, preços justos aos consumidores e cumprimento de direitos trabalhistas.

> Segundo e mais importante, o estado, para a social-democracia, tem responsabilidades diretas em relação ao bem estar social. Além de melhores salários, a elevação do nível de vida dos trabalhadores requer leis de proteção do trabalho e serviços públicos eficientes e acessíveis a todos nas áreas de saúde, educação, previdência, transportes coletivos, etc. Os maiores avanços nesse sentido, nos países capitalistas desenvolvidos, foram conseguidos através do estado, sempre por influência dos social-democratas (Cardoso, 1990c, p. 17).

Se, por um lado, o mercado era visto como uma instituição importante para a geração de salários, por outro deveria ser controlado para que seus interesses não estivessem acima dos interesses do país de forma geral. Há, aqui, um novo ponto de convergência entre FHC e Giddens, pois ambos os autores entendem que os mercados deveriam florescer e, ao mesmo tempo, sofrer certo grau de regulação, para que a sociedade estivesse protegida dos abusos dos grupos econômicos (Cardoso, 1990c, p. 27).

Segundo FHC, a social-democracia teria como objetivo melhorar as condições de vida do povo dentro do campo democrático.

> A social-democracia é uma corrente política que quer corrigir as injustiças sociais e melhorar as condições de vida do povo através de reformas livremente consentidas pela sociedade, dentro de um regime democrático. A social-democracia é uma das principais forças políticas do mundo neste século. Países como a Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Holanda, Suécia e Noruega, Dinamarca, Austrália, França, Espanha, Portugal são ou foram governadas por partidos de orientação social-democrática (Cardoso, 1990c, p. 11).

Um dos argumentos apresentados pelo autor indicava que a social-democracia estava ganhando terreno em todo o continente europeu na luta contra as desigualdades sociais e seria um modelo que integrava justiça social e democracia.

> Em poucas palavras, a social-democracia luta pela manutenção das liberdades democráticas; pela valorização do trabalho e a elevação da condição de vida dos

> trabalhadores; pela subordinação do poder econômico ao controle democrático da sociedade (Cardoso, 1990c, p. 11).
> [...]
> Um social-democrata é antes de tudo alguém que tem senso crítico – que percebe as injustiças da sociedade e não tem medo de se opor a elas, mesmo correndo o risco de passar por subversivo ou sonhador. Ser de "esquerda" neste sentido, é o mesmo que ajudar conscientemente a mudança do que ficar parado no tempo, agarrado aos privilégios, à ideologia, ás conveniências políticas, enfim, a tudo o que faz as pessoas "de direita" defenderem a ordem estabelecida apesar das injustiças, da violência que ela produz (Cardoso, 1990c, p. 12).

Portanto, a esquerda social-democrata tinha a função de corrigir as injustiças causadas pelo capitalismo, como a fome e a miséria. Os social-democratas eram tratados como personagens que lutavam pelos direitos humanos e contra a violência e a discriminação.

> A social-democracia europeia nasceu na luta pelo direito ao voto, pela soberania do voto popular e pelas liberdades de expressão e organização das classes populares, contra os privilégios dos reis, da nobreza e da burguesia. Em toda a parte, os social-democratas se destacam na luta a favor dos direitos humanos e das instituições democráticas, contra todas as formas de discriminação, violência e opressão entre as pessoas, grupos e nações (Cardoso, 1990c, p. 13).

Tanto liberais-conservadores quanto a esquerda comunista foram alvos de duras críticas. Os primeiros foram acusados de defender regimes ditatoriais e os segundos foram criticados por serem contrários às liberdades democráticas.

> Os liberais conservadores, que costumam falar como se fossem os pais da democracia, parecem muitas vezes ter mais horror do povo do que os ditadores, principalmente quando imaginam que a participação do povo na política pode questionar o direito de propriedade. Por isso, acabaram muitas vezes apoiando regimes ditatoriais e tolerando violações dos direitos humanos (como o Brasil depois de 1964). Por seu lado, muitos comunistas e socialistas ainda veem a democracia, não como um princípio permanente, mas como uma tática temporária para acumular forças à espera da revolução que deverá estabelecer a "ditadura do proletariado" (Cardoso, 1990c, p. 13).

Como observado no capítulo "O que é social-democracia?", o compromisso dos aliados da social-democracia deveria ser voltado à defesa da previdência social, direito à escolarização e licença-saúde aos trabalhadores mais vulneráveis. Ao assumir sua posição como membro fundador do PSDB e defensor da social-democracia, FHC manifestou uma posição favorável ao acesso à saúde, à aposentadoria e à escolarização e destacou que tais direitos deveriam ser universalizados e acessíveis para toda a população brasileira. Além disso, os benefícios citados anteriormente deveriam ser oferecidos de forma ampla pelo governo, pelo fato do Brasil ser considerado um país constituído por pessoas pobres, ao contrário de países como a Inglaterra, onde se fazia presente de forma mais intensa a presença

do mercado na garantia da aposentadoria e no sistema de saúde. Nesse sentido, era preconizado um sistema de proteção de cunho social-democrata para beneficiar todos os estratos da sociedade brasileira, de modo que os serviços fossem oferecidos pelo Estado.

Os documentos que compõem os *Cadernos da social-democracia* são importantes por esboçarem e corroborarem o pensamento de FHC em defesa da social-democracia. Em tal obra, o autor reforçou a tese de que o PSDB seria uma força de esquerda que tinha legitimidade e possuía um projeto de modernização do país e de superação das injustiças sociais, ao contrário de partidos progressistas como o PT e PDT, que defendiam o estatismo.

> Os progressistas atuais quando, sem dar-se conta da transformação das economias locais e da globalização econômica, continuam sustentando que o protecionismo, por si, e a defesa do produto nacional coincidem automaticamente com os interesses gerais e dos trabalhadores. Neste caso, se tornam vítimas do pensamento conservador e são eles os progressistas que diante das transformações do real dizem: "quanto mais mudanças, mais é o mesmo" (Cardoso, 1990b, p. 28).

Apesar de defender o desenvolvimento tecnológico e sua contribuição para o dinamismo da economia, o sociólogo manifestou preocupação quanto à introdução das tecnologias nas empresas e acreditava que a substituição do trabalho humano pelas máquinas deveriam ser objeto de reflexão tanto por parte dos social-democratas quanto do empresariado. Foram mantidas, pelo teórico, algumas reticências sobre a criação de tecnologias, pois considerava que as máquinas poderiam substituir os homens e tomar seus empregos (Cardoso, 1990b, p. 24).

> E a substituição de trabalho humano por máquinas e métodos de produção mais eficientes pode ter uma consequência perversa: o aumento do desemprego que acaba se tomando uma condição permanente para grande parte da população. Isto cria um abismo entre a prosperidade dos setores da sociedade Integrados no mundo da ciência e tecnologia - inclusive os técnicos e trabalhadores especializados - e a miséria dos marginalizados. O governo e as empresas ao planejar a introdução de novas tecnologias precisam levar em conta o impacto de suas decisões sobre o nível do emprego. Os trabalhadores e seus representantes devem ser ouvidos não para frear o progresso mas para evitar o desemprego e garantir a recolocação dos trabalhadores dispensados (Cardoso, 1990b, p. 24).

A social-democracia tinha o desafio de conciliar a defesa de pautas, como a justiça social, com o crescente avanço tecnológico e científico naquele momento. Portanto, o pensador ressaltou a necessidade de oferecer aos trabalhadores qualificação para que tivessem acesso ao mercado de trabalho, principalmente àqueles que estavam desempregados (Cardoso, 1990b, p. 24). Além disso, enfatizou que as empresas como instituições que deveriam se

planejar e oferecer aos trabalhadores qualificação, para alocar aqueles que estivessem sem ocupação (Cardoso, 1990b, p. 24).

> O governo e as empresas, ao planejar a introdução de novas tecnologias, precisam levar em conta o impacto de suas decisões sobre o nível de emprego. Os trabalhadores e seus representantes devem ser ouvidos - não para frear o progresso, mas para evitar o desemprego e garantir a realocação dos trabalhadores dispensados (Cardoso, 1990b, p. 24).

Uma das preocupações do político peessedebista voltava-se à questão social, ou seja, em qualificar o trabalhador, de modo que não ficasse desempregado, principalmente em uma conjuntura no qual o mundo estava se modernizando.

Nas suas análises, FHC buscou salientar que um governo de centro-esquerda deveria priorizar o debate sobre questões relacionadas à cooperação internacional entre os países, não se restringindo apenas à abertura econômica. Ficava claro que a integração global deveria permitir não apenas a livre circulação de bens e capitais, mas também a formulação de estratégias para resolver problemas mundiais, especialmente os relacionados ao meio ambiente, como auxílio aos países em desenvolvimento. A assistência econômica aos países e a proteção ambiental foram destacadas como questões que deveriam ser incorporadas à agenda da social-democracia. Assim como Giddens, FHC expressou preocupação ao descrever que o desenvolvimento econômico de nações era um problema de alcance global, não apenas local (Cardoso, 1990b, p. 18-19). Em um ponto de sua reflexão, o sociólogo defendeu a ideia de que os gastos militares deveriam ser redirecionados para a assistência econômica aos países em desenvolvimento.

> A Integração econômica e cultural não pode se limitar aos países capitalistas desenvolvidos e ao mundo socialista marginalizando os países subdesenvolvidos. É preciso converter gastos militares em programas de cooperação internacional que ajudem a livrar o Terceiro-Mundo do atraso e da miséria e a preservar o equilíbrio. Os social-democratas sabem que as diferenças e conflitos internacionais não vão desaparecer da noite para o dia. nem abrem mão de defender os interesses dos respectivos países. Sabem por outro lado que o futuro da humanidade depende da sua capacidade de conviver em paz apesar das diferenças e conflitos. Por isso todos os esforços em favor do desarmamento da não-Intervenção e da cooperação internacional venham de onde vierem merecem apoio irrestrito da social-democracia (Cardoso, 1990b, p. 18-19).

A adesão de nações a blocos econômicos representava um dos pontos de convergência entre a terceira via e o pensamento de FHC, pois tanto Giddens quanto o ex-presidente defendiam o processo de integração entre países em um cenário de globalização. A participação em blocos econômicos constituía mais um aspecto de acordo entre os dois

pensadores, já que enfatizavam que as nações não deveriam limitar suas preocupações apenas a questões internas, mas também abordar desafios globais. As ideias desse intelectual forneceram uma base para a formulação de um conjunto de ideias influenciado pelas considerações do sociólogo inglês mencionado anteriormente, adaptadas às questões e ao contexto histórico do Brasil (Cardoso, 1990b, p. 18-19).

O papel da centro-esquerda deveria ser o de facilitar a participação econômica de empresas estrangeiras, de modo que o balanço de pagamentos do governo brasileiro não ficasse comprometido. Partindo dessa premissa, a entrada de empresas estrangeiras no Brasil era classificada como condição para intensificar a competição. Um governo social-democrata, na concepção do político, deveria permitir que as multinacionais se instalassem no país de modo que o Brasil tivesse contato com o capital estrangeiro e com o mercado internacional. No entanto, o autor ressaltou que a nação poderia defender seus interesses se estivesse integrada à globalização (Cardoso, 1990b, p. 34-35).

A participação do capital estrangeiro por meio de empresas multinacionais era justificada como uma das condições para a promoção da justiça social. Entretanto, a ressalva de que a atuação das multinacionais não deveria se sobrepor aos interesses do Brasil ganhava destaque.

> Num mundo cada vez mais integrado desenvolvimento não rima com isolamento país independente hoje significa país capaz de defender seus próprios interesses dentro de um relacionamento crescente com o mercado internacional e com o capital estrangeiro. O capital e a tecnologia das empresas multinacionais podem ajudar como têm ajudado a modernizar a indústria brasileira. E ê claro que as multinacionais só investem se têm perspectiva de remeter os lucros que obtiverem o que deve ser garantido desde que não desequilibre o nosso balanço de pagamentos (Cardoso, 1990b, p. 34-35).

FHC considerava que a instalação de multinacionais no Brasil possibilitaria a geração de emprego e a competitividade do país.

Ao realizar um breve diagnóstico do contexto social brasileiro, o sociólogo se preocupava em ressaltar que o país enfrentava graves problemas sociais, como altas taxas de analfabetismo, déficit habitacional, mortalidade infantil e baixa qualificação da força de trabalho devido à falta de acesso à educação, entre outros. Ele destacava que a distribuição de renda era crucial para alcançar a justiça social para todos os brasileiros, e a concentração de renda era apontada como um dos principais problemas que permeavam a realidade nacional, levando a uma grande parte da população a viver em condições de extrema pobreza. O intelectual também fazia comparações com países europeus considerados desenvolvidos,

enquanto o Brasil era caracterizado como uma nação subdesenvolvida, marcada por altos índices de desigualdade social (Cardoso, 1990b, p. 34-35).

> O país mais pobre da Europa Ocidental – nossa ex-metrópole. Portugal – tem uma renda per capita maior que a do Brasil. Os mais ricos, a Alemanha, França e Inglaterra têm uma renda 5 a 6 vezes maior. Pior: somos campeões mundiais da desigualdade. Enquanto na Europa Ocidental a diferença entre o salário de um alto executivo e o do trabalhador menos qualificado fica em torno de 10 vezes no Brasil passa de 100 vezes. E grande parte dos trabalhadores não tem sequer emprego regular. Daí índices de subnutrição mortalidade Infantil, analfabetismo, déficit habitacional etc. muito piores do que os de países mais atrasados do ponto de vista econômico. O relativo atraso econômico dificulta a superação do atraso social. O problema fundamental da social-democracia europeia é redistribuir a riqueza gerada pelo capitalismo. No Brasil a distribuição pura e simples da riqueza existente significaria um nive1amento por baixo uma redistribuição da pobreza. Mas o povo brasileiro não aceita mais a teoria de que é preciso crescer primeiro para só depois cuidar da divisão do bolo. A opção é clara: é preciso crescer e distribuir renda ao mesmo tempo. É este o desafio que a social-democracia tem que enfrentar para mostrar a que veio no Brasil (Cardoso, 1990b, p. 34-35).

A social-democracia era caracterizada como uma corrente que tinha como um de seus principais objetivos combater as injustiças sociais. O raciocínio do senador levava em conta a ideia de que o crescimento econômico não era suficiente para melhorar as condições de vida da população, sendo também necessário garantir uma distribuição equitativa de renda. Os regimes social-democratas europeus eram citados como exemplos de governos bem-sucedidos na promoção do crescimento econômico e na distribuição equitativa das riquezas produzidas. Em seus argumentos, o político do PSDB reconhecia que o Estado deveria desempenhar um papel forte, especialmente ao garantir que todos os brasileiros tivessem acesso a serviços básicos, como saúde e educação.

A inflação foi outra preocupação recorrente no pensamento político de FHC, retratada como um grave problema que afetava especialmente as classes mais pobres. O intelectual enfatizava a necessidade de combater o aumento dos preços, pois compreendia que a existência de altas taxas inflacionárias dificultava a distribuição de renda para os menos favorecidos.

> Na medida em que a inflação se acelera corrói ainda mais os salários e condena os trabalhadores mesmo das categorias mais fortes a sempre correr atrás dos preços sem ganhos reais. Ser social-democrata é ter compromisso com a verdade. É melhor reconhecer as dificuldades do que fazer promessas demagógicas que levam o povo à descrença. Mas ser social-democrata é antes de tudo ter compromisso com os trabalhadores. Por isso a atitude básica dos social-democratas brasileiros diante da crise só pode ser a de lutar para que o custo do combate à inflação não cala como sempre nas costas dos assalariados (Cardoso, 1990b, p. 35).

O desemprego e aumento da pobreza eram classificados como problemas causados pelo constante aumento dos preços dos produtos. Os governos anteriores foram acusados pelo senador de terem fracassado no combate à elevação inflacionária e de terem deixado esse problema em segundo plano, quando, na verdade, deveriam adotar um programa de privatizações e de diminuição do déficit fiscal (Cardoso, 1990b, p. 35).

FHC tinha uma visão favorável aos sindicatos, pois entendia que tais instituições tinham um papel fundamental na luta dos trabalhadores por melhores salários. O direito à greve e à autonomia dos sindicatos foram ações enaltecidas pelo pensador como importantes estratégias de luta política da classe trabalhadora. Entretanto, ressaltava que os salários deveriam ter um aumento real visando à diminuição de quem ganhava muito e daqueles que ganhavam pouco (Cardoso, 1990b, p. 41).

> Mas há coisas fundamentais que o governo pode e deve fazer para elevar a renda dos trabalhadores pode respeitar a autonomia dos sindicatos e o direito de greve para que a negociação entre empregados e empregadores seja realmente livre. Pode garantir a reposição correta da inflação para que os trabalhadores concentrem suas energias na luta por aumentos reais. Pode aumentar gradualmente o salário-mínimo com reajustes maiores do que a média para diminuir a distância entre os salários mais altos e os mais baixos (Cardoso, 1990b, p. 41).

Os trabalhadores eram considerados atores sociais que deveriam ter direitos a férias e salário-mínimo, com o objetivo de assegurar a justiça social a todos os brasileiros. Contudo, era destacado que os brasileiros deveriam ter acesso a serviços públicos de qualidade, como água e saneamento básico, transporte coletivo etc., tendo em vista que a grande desigualdade social no país excluía as pessoas mais pobres de tais serviços (Cardoso, 1990b, p. 41-42).

> Além disso o bem-estar do trabalhador não depende só do salário. Depende também dos benefícios sociais e serviços públicos a que ele e sua família têm acesso. Um trabalhador com carteira assinada. Inscrito na previdência morando num bairro com água, luz, esgoto coleta de lixo, transporte coletivo, posto de saúde policiamento tem um nível de vida muito melhor do que outro trabalhador com o mesmo salário, mas sem os mesmos benefícios. A situação do Brasil é vergonhosa desse ponto de vista. Os benefícios sociais e serviços públicos além de deficitários são muito mal distribuídos privilegiam quem ganha mais e deixam desassistido quem ganha menos. Distribuição de renda significa além de aumento real de salários expansão dos programas sociais e uma distribuição justa dos seus benefícios. A social-democracia faz disto uma prioridade real do governo (Cardoso, 1990b, p. 41-42).

O governo era retratado como uma entidade que deveria arcar com os serviços de infraestrutura, pois uma pequena parcela da população tinha acesso ao tratamento de água e esgoto, por exemplo. Portanto, a justiça social não seria efetivada somente por meio da transferência de renda, mas a partir da garantia de acesso à infraestrutura. Entende-se que a

criação de programas de transferência de renda foram objetos de preocupação e de reflexão no início da década de 1990 dentro do debate social-democrata. É relevante destacar que o Estado também deveria implementar programas de distribuição de renda, visando beneficiar as famílias mais necessitadas e tirá-las da situação de fome e miséria em que se encontravam. Contudo, esses programas deveriam ser direcionados exclusivamente às pessoas que estivessem sem renda ou sem recursos suficientes para sustentarem suas famílias.

Apesar do ex-presidente ter direcionado suas análises sobre a modernização industrial, seu raciocínio também se preocupava com a criação de políticas sociais no campo. Nessa perspectiva, o pensamento social-democrata levava em consideração a necessidade de ser realizada uma redistribuição das terras brasileiras. No Brasil, não havia apenas a concentração de renda nas mãos de poucas pessoas, uma grande quantidade de terras que pertencia a um grupo pequeno de proprietários, enquanto boa parte das pessoas sequer tinha uma pequena propriedade para cultivar. Não era novidade que as terras estivessem concentradas no país, logo, a distribuição das terras aos lavradores brasileiros era retratada como um instrumento de promoção da justiça social e diminuição da pobreza no campo. Assim, a reforma agrária era vista como condição para que os lavradores tivessem melhorias nas condições de vida (Cardoso, 1990b, p. 43-44).

> A reforma agrária é antes de tudo um meio de promover ajustiça social no campo. O Brasil não pode tolerar que grandes extensões de terras férteis fiquem improdutivas enquanto milhões de agricultores sem-terra ou com pouca terra são condenados à miséria (Cardoso, 1990b, p. 43-44).

As empresas rurais não deveriam ser desestabilizadas com a reforma agrária, pois elas eram vistas como importantes para a geração de emprego no país. Desse modo, o intelectual tinha uma postura de equilíbrio, por um lado era favorável à distribuição de terras aos lavradores e, por outro, mantinha uma postura em defesa do agronegócio (Cardoso, 1990b, p. 43-44).

> Mas o Brasil também não pode se dar ao luxo de desestabilizar a empresa agrícola produtiva, que gera alimentos, matérias-primas e divisas. A agricultura brasileira e indústria – a chamada agro-indústria. Muitos latifundiários viraram grandes empresas rurais. Muitos camponeses tradicionais viraram pequenos empresários. E surgiu um vigoroso proletariado de boias-frias e empregados permanentes (Cardoso, 1990b, p. 43).

Ao defender o agronegócio e as grandes empresas rurais, o político peessedebista buscava garantir o apoio dos empresários rurais ao programa social-democrata e tinha

consciência de que a falta de diálogo com essas forças tornava difícil a tarefa do PSDB de chegar ao poder.

FHC considerava que o governo não deveria apenas promover o assentamento dos trabalhadores sem-terra, mas também a realização de políticas de investimento em transporte e assistência técnica no campo.

> E o assentamento de agricultores exige multo mais do que desapropriações: investimentos em transporte, armazenamento, assistência técnica financiamento da produção educação. Investimentos que também são necessários, diga-se de passagem, para melhorar as condições dos pequenos proprietários e trabalhadores assalariados do campo (Cardoso, 1990b, p. 43).

Em sua obra, a esfera estatal tinha função importante não apenas na distribuição de terras, mas também na concessão de créditos aos pequenos agricultores, assistência técnica de agrônomos e de veterinários e investimentos em transporte da produção, condições estas necessárias para a geração de renda e empregos, de modo que houvesse aumento da produção, geração de renda e justiça social no campo.

O sistema tributário era um dos temas sensíveis do pensamento desse político peessedebista, pois era descrito por ele como atrasado e responsável pela concentração de renda nas mãos de poucas pessoas. Nesse sentido, a reforma tributária era classificada como uma medida que possibilitaria distribuir as riquezas aos brasileiros. FHC defendia a tese de que as classes mais pobres eram as mais penalizadas, pois pagavam impostos embutidos nos produtos comprados. Por sua vez, os ricos eram destacados como indivíduos que pagavam menos impostos e que usavam mecanismos de sonegação de tributos (Cardoso, 1990b, p. 19). Partindo desse pressuposto, a cobrança de tributos era vista como uma prática que penalizava os mais desfavorecidos.

> Enquanto o assalariado é descontado na fonte e paga – às vezes sem saber – o imposto embutido no preço de cada mercadoria os empresários e ricos em geral têm mil maneiras de escapar das garras do "leão". O resultado é que um trabalhador de salário-mínimo paga mais imposto proporcionalmente à sua renda do que um milionário (Cardoso, 1990b, p. 49).

A realização da reforma tributária seria instrumento de promoção de justiça social e de redistribuição de renda, para que não houvesse penalização das classes mais pobres, visto que os mais ricos deveriam pagar mais tributos.

> A social-democracia encara os impostos corno um instrumento de justiça social- um melo de tirar renda de quem ganha mais e distribuir para quem ganha menos sob a

> forma de serviços públicos e benefícios sociais. Uma reforma tributária que realize esse princípio elementar de Justiça permitirá ao Brasil Investir mais tanto em desenvolvimento corno em bem-estar social sem sobrecarregar de impostos os trabalhadores e a classe média. Por isso a reforma tributária é do ponto de vista da social-democracia um complemento essencial da reforma da máquina do estado brasileiro (Cardoso, 1990b, p. 49).

Portanto, a preocupação da social-democracia era com a realização de reforma tributária que promovesse distribuição equânime das riquezas produzidas pelo país. Uma mudança do sistema tributário brasileiro era uma forma de impedir que grupos pequenos se apropriassem das riquezas produzidas por grande parte dos brasileiros, como se observa em suas reflexões: "Por isso, a reforma tributária é, do ponto de vista da social-democracia, um complemento essencial da reforma da máquina do estado brasileiro" (Cardoso, 1990b, p. 49).

É importante ressaltar que esta pesquisa não se limitou apenas à análise do pensamento social-democrata do PSDB, mas também abordou sucintamente o contexto político. O novo partido foi descrito como uma força progressista de centro-esquerda, cujos membros se opuseram ao regime militar estabelecido pelo golpe de 1964. Essa agremiação foi caracterizada como uma instituição preocupada com os princípios democráticos e, como mencionado neste estudo, FHC foi uma das figuras cujas atividades acadêmicas foram interrompidas.

> Em relação a outras correntes que se consideram "de esquerda" ou "progressistas", o PSDB tem antes uma afinidade histórica que vem da oposição ao regime autoritário. Como as eleições presidenciais mostraram, esse passado comum não basta para identificar claramente uma opção política aos olhos da população. Ele cria, no entanto, um laço forte entre todos aqueles que sofreram a tragédia política do autoritarismo e acalentaram o sonho da democracia no Brasil desde 1964 (Cardoso, 1990b, p. 55).

O PSDB seria, segundo os documentos analisados, uma importante força que defendia o pluralismo político e a realização de eleições livres.

> Em grande parte da esquerda, de vários partidos, o PSDB questiona em primeiro lugar o viés autoritário, que se manifesta muitas vezes na forma de arrogância ideológica e menosprezo pelos métodos democráticos. Vale insistir: para a social-democracia, direitos humanos, pluralismo partidário e eleições livres são valores fundamentais, não meros enfeites da "democracia burguesa" descartáveis em nome da revolução socialista. Por que quer preservar e aperfeiçoar a democracia, o PSDB não pode aceitar o assembleísmo típico do PT. A democracia é participativa, isto é, aberta à participação das organizações da base da sociedade. É um erro, no entanto, invocar essa participação para tentar passar por cima das instituições fundamentais da democracia representativa- o estado de direito, o parlamento, o governo legitimamente eleito, o próprio partido político. Mas por que, a autonomia das organizações de base também depende dessas instituições (Cardoso, 1990b, p. 56).

Não foram poupadas críticas aos partidos políticos de esquerda, como PT e o PDT, por exemplo, pois o intelectual procurava reafirmar o papel do PSDB como verdadeiro defensor do ideário social-democrata e contrário ao assembleísmo defendido pelo PT. Várias discordâncias foram ressaltadas sobre este último partido, acusado de defender a divisão da sociedade entre explorados e exploradores e de estimular a luta de classes. Já o PSDB, segundo o político, não seria um partido voltado à defesa de uma determinada classe social, ele estaria a serviço da classe média e de todos os segmentos da sociedade civil. Logo, o partido era apontado como uma força que não dividia a sociedade em classes antagônicas, mas como uma agremiação que se preocupava com as injustiças sociais. Tendo Covas e Montoro como membros fundadores, o PSDB seria a única instituição capaz de dialogar com vários segmentos da sociedade e estabelecer políticas para beneficiar tanto empresariado como as classes sociais mais baixas.

Como apontado, FHC julgava que o PT tinha uma posição favorável à existência de uma sociedade dividida em uma classe explorada e outra exploradora.

> Os comunistas e socialistas em geral inclusive do PT dividem a sociedade em duas classes antagônicas a dos exploradores e a dos explorados e se veem como os únicos representantes autênticos dos explorados. A social-democracia reconhece a realidade da exploração social e das lutas de classes. Também reconhece, porém, que no mundo de hoje é impossível enquadrar toda a enorme diversidade de grupos e camadas sociais com interesses específicos num esquema simples de explorados x exploradores. Por isso, o PSDB rejeita a visão do mito classista, isto é não se vê como representante de uma única classe social mas sim de uma aliança ampla que inclui trabalhadores classe média e empresários sensíveis às demandas de justiça social. E tampouco pretende ter o monopólio da representação desses setores (Cardoso, 1990b, p. 56-57).

O PSDB era definido como um partido que defendia todos os segmentos da sociedade e, principalmente, suas demandas. O projeto de social-democracia preconizava a existência de várias classes sociais, inclusive o empresariado, visando à produção de políticas ligadas à distribuição de renda. Logo, o ex-senador julgava que os estabelecimentos de políticas sociais dependiam da participação dos empresários na produção das riquezas e de empregos, para que, em um momento posterior, elas fossem redistribuídas via estatal.

Já o PT era criticado de forma veemente e acusado de defender o corporativismo e de se intitular o legítimo representante dos trabalhadores. O raciocínio do político e intelectual em estudo valorizava a tese de que as reivindicações voltadas apenas a uma classe social poderia prejudicar toda a sociedade (Cardoso, 1990b, p. 57). Nessa perspectiva, o PT era considerado um arguto defensor do corporativismo, pois era direcionado às reivindicações

apenas de uma classe social. Sendo assim, a força liderada por Lula tinha a alcunha de classista.

> A combinação de assembleísmo com a visão monoclassista leva a outra coisa Inaceitável para o PSDB: o Corporativismo. Isto é a tendência de assumir qualquer reivindicação de qualquer grupo social específico – desde que se enquadre entre os "explorados" - como um direito absoluto. Mesmo reconhecendo que a reivindicação pode ser justa em princípio o partido político. Principalmente quando tem responsabilidades de governo tem a obrigação de perguntar: quais serão as consequências do atendimento dessa reivindicação para o conjunto da sociedade? (Cardoso, 1990b, p. 57).

Quanto ao PDT, também definido como de esquerda, foi acusado por FHC de ser um partido personalista e incapaz de implementar reformas que estivessem em consonância com as transformações pelas quais o mundo estava passando, como a globalização[21]. O partido era caracterizado como uma força que trabalhava pela implementação de um programa de estatização em detrimento de um programa de privatizações no campo econômico. A força política que tinha Brizola como um dos expoentes era taxada como defensora do intervencionismo e da burocracia estatal em oposição aos benefícios para toda a sociedade. Logo, o estatismo era visto como sinônimo de atraso econômico e incapaz de realizar reformas.

> Como vimos a social-democracia não aceita a visão de socialismo como sinônimo de estatização dos meios de produção. Por conta dessa visão parte da esquerda brasileira não consegue até agora encarar de frente as mudanças que estão acontecendo no mundo socialista. E é incapaz de propor qualquer política consequente de reforma do estado intervencionista brasileiro teimando em defender privilégios da burocracia estatal como se esta fosse guardiã suprema do interesse nacional e popular (Cardoso, 1990b, p. 58).

Por outro lado, o PSDB era caracterizado como o partido que mais estava em sintonia com a realidade brasileira e capaz de resolver problemas latentes, como a desigualdade social, a dívida externa e o déficit estatal. Apesar do PT e PDT serem forças de cunho social-democrata, não deixaram de ser atacados de forma veemente por FHC, que buscava qualificar o PSDB como a única força capaz de modernizar o país e contribuir com o desenvolvimento econômico e social.

---

[21] Após retornar do exílio, Leonel Brizola tentou refundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que, por excelência, foi refundado e controlado por Ivete Vargas. No entanto, Brizola fundou o PDT no ano de 1979, período em que houve a anistia e o retorno de vários presos políticos. Esse político defendia a bandeira do trabalhismo e tinha sua força concentrada nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Brizola era visto como um líder carismático, que abraçava as bandeiras do populismo e da defesa das reivindicações dos trabalhadores (Skidmore, 1998).

O político defendia a ideia de que as leis do mercado deveriam ser submetidas ao escrutínio da sociedade e das organizações não estatais, como as ONGs. Nesse sentido, o Estado era uma esfera que deveria atuar na promoção do bem-estar social, enquanto as organizações não governamentais eram apontadas como entidades que tinham uma função primordial na promoção de serviços à sociedade (Cardoso, 1990b, p. 59).

> O ponto de vista da social-democracia é diferente. Vimos que ela reconhece as leis do mercado e o dinamismo da empresa, sim, mas sujeitos ao controle democrático da sociedade, através do Estado e das organizações não-estatais; e que se preocupa sobretudo em reforçar e tornar mais eficiente a atuação do Estado nas áreas diretamente ligadas ao bem estar social (Cardoso, 1990b, p. 59).

A participação de ONGs em serviços sociais era uma forma de descentralizar as ações estatais e torná-las mais eficientes. Portanto, os argumentos apresentados por FHC reforçavam a tese de que suas ideias estavam em consonância com o pensamento de Giddens em defesa de uma social-democracia reformulada e que estivesse sintonizada com as transformações mundiais. Nessas reflexões sobre as ONGs, buscava-se democratizar as ações sociais, de modo que toda a sociedade oferecesse serviços para toda a população.

Apesar de demonstrar consciência de que havia atraso social no Brasil, FHC ressaltava que o país tinha base industrial e capacidade para estimular a competição: “Apesar do atraso social, a parte desenvolvida do Brasil tem uma base industrial e uma capacidade instalada de pesquisa que permitem competir em algumas faixas desta corrida” (Cardoso, 1990b, p. 59). O Brasil era visto como uma nação que, ainda que estivesse em uma situação de atraso, contava com uma base que possibilitava o desenvolvimento de pesquisas, condição para o desenvolvimento da nação. O investimento em ciência e tecnologia era retratado como uma condição que possibilitaria acelerar o avanço econômico e social. Logo, expandir a área científica e tecnológica era uma das estratégias preconizadas no programa social-democrata de FHC.

> Por isso vamos ter que investir em ciência e tecnologia o dobro ou o triplo do que investimos hoje, E é preciso saber exatamente como e onde investir, por que os recursos são limitados. Nessa matéria, como em muitas, querem fazer tudo é o melhor caminho para não fazer nada bem feito. O governo, junto com pesquisadores, empresários, tem que escolher ramos nos quais temos condições mais favoráveis, e concentrar os recursos neles. Em outros casos, é mais viável absorver tecnologia através da importação de equipamentos e do treinamento de profissionais brasileiros no exterior. Mas investir no progresso científico e tecnológico é antes de tudo investir nas cabeças que criam, difundem e aplicam ciência e tecnologia, do pesquisador de laboratório ao trabalhador qualificado. Em outras palavras, investir em pesquisa como em educação, que é a base do desenvolvimento em todos os níveis (Cardoso, 1990b, p. 39).

Além do ensino e da pesquisa, a democratização da educação, por meio do aumento ao acesso à universidade e à educação básica, era apontada como estratégia para a superação do atraso econômico e social que o país estava vivenciando, sendo que o analfabetismo era destacado como problema a ser enfrentado pelos políticos da social-democracia.

> Assim, junto com a modernização da economia, para que ela tenha fôlego, o Brasil precisa promover uma verdadeira revolução educacional. Uma revolução que sacuda a apatia do sistema de ensino desde o primeiro grau até a universidade. Que democratize o acesso à educação, recuperando a escola pública tão abandonada nos últimos anos. E que acabe com o analfabetismo no prazo mais curto possível, o que, mais do que uma questão de desenvolvimento é uma condição básica para que os milhões de brasileiros possam exercer plenamente seus direitos de cidadãos (Cardoso, 1990b, p. 39-40).

Por um lado, o incremento nos salários era considerado uma estratégia para fomentar a justiça social; por outro, enfatizava-se que as empresas não deveriam aumentar os preços dos produtos. A elevação dos rendimentos mensais dos trabalhadores era vista como uma via para melhorar as condições de vida e o poder de compra dos brasileiros.

> Muita gente pensa que o governo tem o poder de aumentar o salário. O governo pode aumentar o valor nominal do salário, isto é o valor em cruzados. Para aumentar o valor real, ou seja, o poder de compra do salário, é preciso que as empresas não repassem os aumentos para os preços (Cardoso, 1990b, p. 41).

Embora defendesse a melhoria nos ganhos dos trabalhadores, FHC fez a devida ressalva de que esse aumento só poderia ser alcançado a médio ou longo prazo, e não de forma imediata. A elevação dos salários mensais era vista como uma condição para reduzir a disparidade entre as remunerações mais altas e mais baixas.

> A médio e a longo prazos, quem pode conseguir aumentos reais de salário são os próprios trabalhadores, através dos sindicatos, na negociação direta com as empresas, com base nos ganhos de produtividade. Prometer o contrário é demagogia. Mas há coisas fundamentais que o governo pode e deve fazer para elevar a renda dos trabalhadores. Pode respeitar a autonomia dos sindicatos e o direito de greve, para que a negociação entre empregados e empregadores seja realmente livre. Pode garantir a reposição correta da inflação, para que os trabalhadores concentrem suas energias na luta por aumentos reais. Pode aumentar gradualmente o salário-mínimo, com reajustes maiores do que a média, para diminuir a distância entre os salários mais altos e os mais baixos (Cardoso, 1990b, p. 41).

O acesso a melhores salários não era a única condição necessária para que o trabalhador tivesse qualidade de vida. Desse modo, o pensador reafirmava a ideia de que os

brasileiros deveriam ter direito a melhores serviços, como saúde, educação, segurança etc. O Estado era classificado como o responsável pela criação de políticas sociais para toda a população, sobretudo no campo da saúde e da educação. O programa social-democrata pregava a ideia de que o bem-estar social dependia de serviços de infraestrutura, como água e esgoto, que eram acessíveis só a uma parte da população brasileira (Cardoso, 1990b, p. 41).

> Além disso, o bem-estar do trabalhador não depende só do salário. Depende também dos benefícios sociais e serviços a que ele e sua família tenham acesso. Um trabalhador com carteira assinada, inscrito na previdência, morando num bairro com água, luz, esgoto, transporte coletivo, escola pública, posto de saúde, policiamento, tem um nível de vida muito melhor do que outro trabalhador com o mesmo salário, mas sem os mesmos benefícios (Cardoso, 1990b, p. 42).

O acesso à aposentadoria, por meio de um sistema público de previdência, também era um dos motes da social-democracia defendida pelo PSDB. O Brasil era visto, por FHC, como um país em que uma minoria tinha acesso a serviços de qualidade e essa situação era vista como ruim. A grande maioria da população não contava com serviços públicos e com programas sociais para uma justa distribuição de renda.

> A situação do Brasil é vergonhosa desse ponto de vista. Os benefícios sociais e serviços públicos, além de deficitários, são muito mal distribuídos. Privilegiam quem ganha mais e deixam desassistido quem ganha menos. Distribuição de renda significa, além de aumento real de salários, expansão dos programas sociais e uma distribuição justa dos seus benefícios. A social-democracia, faz disto uma prioridade real do governo (Cardoso, 1990b, p. 42).

Portanto, uma das tarefas da social-democracia seria a de garantir à população acesso a programas sociais, com vistas a uma distribuição equânime dos bens produzidos no país e para diminuir os índices de fome e miséria.

Ademais, como observado, a terceira via preconizava a proteção do meio ambiente. Por ser um adepto das ideias de Giddens, FHC se mostrou um defensor da causa ambiental e acreditava veementemente que caberia aos social-democratas a preservação das espécies. Nessa perspectiva, o programa social-democrata procurava conjugar desenvolvimento econômico e meio ambiente.

> No mundo de hoje, desenvolvimento sem conservação dos recursos naturais e preservação do meio ambiente não é desenvolvimento, mas ilusão de prosperidade que dura pouco em benefício de poucos. O Brasil pode conjugar economia e ecologia, desde que aprenda com os erros dos países industrializados. Depois que o estrago foi feito, é muito caro e demorado recuperar o meio ambiente, e quase nunca se recupera inteiramente (Cardoso, 1990b, p. 45).

Desse modo, verifica-se a partir de suas reflexões que a recuperação ambiental era uma das condições para o desenvolvimento de forma sustentável.

O deputado e economista José Serra foi um dos fundadores do PSDB e escreveu inúmeros artigos na imprensa. Por meio desses escritos, manifestou seu posicionamento em relação a temas da política brasileira. Além de político, ocupou papel de intelectual e passou a atuar como colaborador do jornal *Folha de S.Paulo* da seção "Opinião". Nesse espaço, não poupou críticas ao populismo e considerou essa ideologia como responsável pela crise em que o país se encontrava. Serra enfatizou que tanto os militares como os governos populistas promoveram o aumento do déficit público por meio da concessão de subsídios. As isenções fiscais foram classificadas como práticas que beneficiavam apenas as classes ricas e que impossibilitavam uma distribuição de renda justa para toda a população brasileira.

> O populismo constitui hoje uma das principais doenças que acometem o processo de democratização e desenvolvimento do país. Sua essência consiste em propor sempre o aumento do gasto público (inclusive subsídios), sem preocupar-se, na prática, com os recursos necessários para tanto; ou, ainda, aumentar rendimentos de diferentes setores sociais, sem ocupar-se das condições de produção ou financiamento necessárias para viabilizar seu objetivo. Além disso, o populismo costuma ignorar critérios de prioridade econômica ou social tanto para o gasto público como para os aumentos de renda. Sobre este último aspecto é importante esclarecer: na prática, o populismo acaba não definindo nenhuma prioridade na redistribuição de renda e, em geral, sua política acaba beneficiando (se é que o faz) apenas os setores médios e altos da sociedade. Ao mesmo tempo, prefere sempre que os impostos sejam diminuídos (o que é politicamente razoável), e que aumentem, sempre, imunidades, incentivos e isenções fiscais (Serra, 1988a, p. A2).

O político procurou deixar claro que o fortalecimento da democracia e a promoção da justiça social não estavam na pauta dos governos militares e populistas. Em seu posicionamento, Serra entendia que a economia deveria ser desenvolvida de forma sustentada sem a necessidade de conceder a grupos econômicos benefícios fiscais. A concessão de subsídios era apontada como um fator que impossibilitava a modernização e competitividade econômica.

As críticas de Serra não foram direcionadas apenas contra governos militares e populistas. O governo do presidente José Sarney foi duramente julgado e acusado de não dar ênfase ao controle fiscal e endividamento do Estado brasileiro. As ideias do político já indicavam rompimento com o PMDB e a formação de um novo partido. Além de reprovado, o então governo foi responsabilizado pelo deputado de não ter controlado a inflação nem ter diminuído os problemas sociais, como falta de moradia e de acesso à escolarização.

Por se tornado crítico do governo Sarney, Serra destacou na coluna do jornal que o Brasil era um país onde havia a presença maciça de trabalhadores informais, fazendo questão de frisar que apenas 27 milhões de trabalhadores brasileiros tinham acesso à carteira de trabalho e a direitos como férias, salário-mínimo e previdência social. O citado personagem defendia a tese de que essa fatia de trabalhadores era a que mais pagava imposto, ou seja, tributos indiretos que eram embutidos nos preços dos produtos.

> Quanto aos impostos indiretos, e incluamos aqui as contribuições sociais, a realidade é bem simples. Tributos como ICM ou IPI, ou contribuições de empregadores à Previdência, ao FGTS, ao PIS-PASEP, etc., são repassadas aos preços, especialmente pelas empresas com maior poder de mercado. Isto significa, como é óbvio, que em última instância, quem paga a conta é a coletividade, que consome produtos ou serviços. Mais ainda, como os pobres e os ricos pagam o mesmo tributo (e a mesma contribuição embutido nos preços, o efeito é claramente regressivo, pois em relação aos pobres o peso do tributo é proporcionalmente maior. Uma pesquisa feita em 1975 mostrou que quem ganhava um salário mínimo mensal dispendia cerca de um terço desse montante em impostos e contribuições, apesar de estar isento do Imposto de Renda. E quem ganhava 100 salários mínimos mensais, apesar de sujeito ao Imposto de Renda, pagava 15% de seus rendimentos (Serra, 1988b, p. A2).

O pagamento de impostos indiretos era elencado como uma das principais causas da concentração de renda e da pobreza que marcavam o Brasil. Na visão do parlamentar, caberia a um governo social-democracia promover distribuição de renda de maneira justa e uma reforma fiscal que não penalizasse as classes mais baixas. Para o político, a diminuição dos impostos pagos indiretamente era o modo encontrado para promover a justiça social (Serra, 1988b, p. A2). Entretanto, deve ser ressaltado que a questão da reforma tributária é um tema sensível ainda muito debatido nos dias atuais. Os fundadores do partido defendiam a mudança no sistema tributário, no entanto, ela não foi realizada durante o período em que o PSDB governou o Brasil, ou seja, entre os anos de 1995 e 2002. Muito embora não seja objetivo desta pesquisa realizar uma discussão sobre a reforma tributária, é preciso destacar que essa questão foi deixada de lado por muitos anos, mas está sendo debatida atualmente no Congresso.

O político acreditava que as classes mais pobres eram penalizadas diante da concessão dos subsídios a grupos privados. O governo era acusado de promover o aumento dos impostos indiretos para custear os benefícios fiscais concedidos aos empresários. Assim, ele se colocava como defensor da social-democracia e acreditava que o Estado deveria promover políticas de educação, habitação e de previdência social. Nessa perspectiva, admite-se que Serra era defensor de um *welfare state* social-democrata, pois defendia proteção social para

toda a população através da ação do Estado, que deveria atuar na diminuição das injustiças sociais (Serra, 1988b, p. A2).

O político chegou à conclusão de que o Brasil exportava poucos produtos e tinha uma economia fechada ao mercado mundial. Em sua avaliação, o país só se desenvolveria caso houvesse uma abertura econômica, visando acelerar a troca de produtos entre os países (Serra, 1988b, p. A2).

> O coeficiente de exportações do Brasil (exportações como proporção do PIB) é baixíssimo: 9% em l987/88. De fato, nossa economia exporta pouco e é das mais fechadas do mundo. O problema é que também importa pouco (5% do PIB) e, por isso, estamos gerando superávit comerciais indesejavelmente gigantescos (17 bilhões de dólares em l988). A solução não é exportar menos mas importar algo mais, de forma ordenada e criteriosa. Esse é o caminho melhor, mais eficiente e seguro, para favorecer o desenvolvimento e tornar nossa economia menos vulnerável e dependente, exatamente o contrário do que pensam os crentes no modelo exportador (Serra, 1988c, p. A2).

A abertura econômica foi elencada como um fator que possibilitaria o aumento não só das exportações, mas também dos produtos importados para a modernização da economia. Importar de forma criteriosa era um fator que permitiria o desenvolvimento da economia e modernização das indústrias. Serra comungava com os demais fundadores do partido a ideia de que as indústrias brasileiras estavam atrasadas e precisavam se modernizar. Portanto, o Brasil foi retratado como um país que importava poucos produtos. Serra, então, colocou-se como defensor da globalização, afirmando que a competição só seria estimulada por meio da intensificação das trocas de produtos entre os países. O político concluiu que a concessão de subsídios era nociva ao desenvolvimento do país e desestimulava a competição (Serra, 1988c, p. A2).

Mesmo após a formação do PSDB, o deputado continuou direcionando suas críticas ao cartorialismo e defendeu a necessidade de o governo adotar algumas medidas, como

> I – Desfazer os círculos de ferro cartoriais que aprisionam as decisões governamentais sobre políticas e alocação de recursos públicos.
> II – Revisar a ação do Estado nos diferentes setores e atividades, pois o que foi importante ontem não pode ser mais hoje e vice e versa. Exemplo: Foi necessário a implantação e o desenvolvimento do setor siderúrgico. Hoje esse setor poderia ser deslocado para a iniciativa privada (Serra, 1990, p. 97).

Além de criticar as práticas cartoriais, o político fez questão de frisar que um governo social-democrata no Brasil deveria realizar um programa de privatização de empresas, principalmente aquelas que pertenciam ao setor siderúrgico. A privatização de certos setores da economia era apontada como uma medida que estimularia a competitividade e o

desenvolvimento econômico (Serra, 1990, p. 97). Partindo dessa premissa, Serra defendeu a tese de que o país deveria crescer para que, em um segundo momento, houvesse a redistribuição de renda por meio de um governo social-democrata.

Em suas análises, defendeu a eficiência dos gastos públicos e não um aumento substancial nas contas do governo.

> Aliás, é precisamente devido a ênfase na dificuldade financeira de elevar os gastos púbicos, bem como no imperativo da seletividade, que o documento do PSDB chama a atenção para a necessidade crucial de aumentar a eficiência dos referidos gastos, hoje, em nosso país, dramaticamente baixa. Basta citar, como exemplo, a seguinte sequência de indicadores:
> I- O Brasil gasta 25 por dento do seu PIB na área social.
> II- Esse percentual é mais alto do que em vários países de renda per capita próxima a nossa.
> III- Porém, as condições de vida da população brasileira são inferiores ás desses países. Por que. Pelo desperdício, pelo corporativismo e por desvio de objetivos- ou seja, grande parte daqueles gastos não atinge, de fato, as camadas mais vulneráveis e carentes da população (Serra, 1990, p. 96).

O parlamentar acreditava que o corporativismo beneficiava apenas um grupo da população, enquanto grande parte dos brasileiros não tinha acesso a serviços públicos como saúde e educação. Parte-se da hipótese de que os artigos escritos por este político eram voltados a um público que tinha interesse por assuntos políticos. Sendo assim, os discursos do parlamentar tinham como objetivo convencer o público de que o governo Sarney era incapaz de resolver os problemas que o país se encontrava e de promover redistribuição de renda para toda a população.

Não é nossa intenção analisar a receptividade dos artigos do então deputado federal, mas, sim, seu conteúdo e intencionalidade. O artigo *Sete teses corretas*, publicado após a formação do PSDB e analisado neste trabalho, foi um documento basicamente voltado aos militantes políticos e intelectuais que tinham interesse no debate social-democrata, ou seja, foi direcionado a um público mais restrito.

O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira contribuiu com as discussões sobre social-democraacia por meio da publicação do artigo *Crise e Renovação da Esquerda na América Latina*, em 1990. Por meio desse escrito, o teórico fez um balanço resumido das políticas econômicas adotadas durante o regime militar e chegou à conclusão de que tanto o populismo como os governos militares privilegiaram a adoção de medidas políticas baseadas no desenvolvimentismo e na intervenção estatal na economia.

> Nos anos 60, já temos os primeiros sintomas claros da crise de estratégia de desenvolvimento populista. Os regimes tecnoburocráticos capitalistas autoritários

> que se instalam então e tendo como modelo a Revolução de 1964 no Brasil, são uma resposta a essa crise. Na verdade, são uma tentativa de prolongar o modelo de industrialização nacional-desenvolvimentista com a exclusão radical da esquerda e dos trabalhadores, que no período populista tinham alguma voz. É significativo, entretanto, que a direita que assume o poder sozinho sem dividi-lo com a esquerda como ocorrera na fase anterior, não tenha nenhuma proposta alternativa a fazer. O objetivo continua a industrialização, a estratégia básica, a substituição de importações e o desenvolvimento estatal (Bresser-Pereira, 1990, p. 47-48).

O regime militar foi considerado responsável pelo endividamento e de ter provocado a crise em que o país se encontrava naquele momento.

> Na verdade, terminado o processo de endividamento, no final dos anos 70, o Estado se tornara não apenas excessivamente grande, mas também vítima de uma crise fiscal. Terminava um ciclo de crescimento do Estado e agora era necessário reduzi-lo, era necessário realizar o ajuste fiscal, sanear as finanças públicas, privatizar, desregular, liberalizar ó comércio, para, em seguida, dar condições a um Estado renovado de intervir em outras áreas – na área do desenvolvimento tecnológico voltado para a competitividade internacional e na área social (Bresser-Pereira, 1990, p. 50).

O intelectual apontou o ajuste fiscal e eliminação do déficit público como medidas necessárias para promover a modernização da economia e a criação de políticas sociais voltadas às classes mais pobres. Na visão do economista, tais premissas foram ignoradas pelo regime militar, que foi acusado de manter o projeto de desenvolvimento econômico por meio da obtenção de empréstimos (Bresser-Pereira, 1990, p. 48). É interessante observar que a diminuição do déficit público era um assunto presente nas análises dos fundadores do PSDB e considerada pelos mesmos como uma medida necessária para que a economia crescesse de forma sustentada.

Bresser-Pereira também elencou a privatização de empresas e diminuição da dívida pública como políticas necessárias para modernizar a economia e promover justiça social. Sendo assim, acreditava que era impossível uma distribuição de renda justa sem o estímulo à competitividade. Esse intelectual fez questão de explicar que o PSDB pertencia a um grupo que era classificado como um partido que não comungava com a defesa de um Estado mínimo, nem mesmo com políticas intervencionistas e populistas. Ele entendia que seu partido era caracterizado como "nova esquerda" por defender a justiça social e a redistribuição de renda como questões prioritárias.

> A nova esquerda afirma o valor transformador da democracia, estabelece como objetivo fundamental uma distribuição de renda mais justa, está pronta para arriscar a ordem em nome da democracia e da justiça social, afirma a superioridade do mercado na coordenação da economia mas não dispensa a ação complementar do Estado na área social e na promoção da ciência e da tecnologia, propõe a adoção de

> novas formas participativas de trabalho nas empresas, dispõe-se a administrar e julga-se capaz de administrar melhor o capitalismo do que os próprios capitalistas. (Bresser-Pereira, 1990, p. 53).

Se, por um lado, Bresser-Pereira concluía suas análises destacando o papel dos mercados no desenvolvimento da economia, por outro, apontava que o Estado deveria atuar na promoção de políticas sociais e de redistribuição de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período que antecedeu esta pesquisa, foram formuladas hipóteses sobre o processo de formação do partido. Partiu-se da premissa de que surgiu uma divisão no PMDB devido à falta de espaço político na estrutura partidária. Considerou-se, assim, que a formação do PSDB teve um aspecto pragmático, uma vez que os partidos são criados com o objetivo de conquistar o poder. Conclui-se que, em São Paulo, políticos como André Franco Montoro, José Serra e Mário Covas estavam em desvantagem dentro do cenário partidário peemedebista. Nesse contexto, foi observada a existência de dois grupos disputando o controle do partido: um liderado por Quércia e Ulisses Guimarães, e outro formado pelos políticos mencionados anteriormente.

Outra hipótese confirmada refere-se à eleição de Covas como líder do partido na Constituinte, o que aumentou a tensão interna, já que ele passou a ter destaque durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Ulisses Guimarães, ocupando a presidência da Câmara e da Constituinte, contribuiu para acirrar as divergências no PMDB, dado o amplo espaço que tinha no Congresso, o que o credenciava como candidato ao Executivo federal. A escolha de Ulisses para essas posições foi vista como uma estratégia do partido para prepará-lo para concorrer à presidência. O grupo liderado por Covas formou o PSDB, já que ele não encontrava espaço suficiente na estrutura partidária para concorrer à presidência da República.

O espaço político de atuação do grupo de Montoro foi consideravelmente reduzido quando Covas e FHC se candidataram ao cargo de senadores nas eleições de 1986, pois Quércia exercia controle sobre os diretórios do PMDB no interior. O apoio do grupo de Montoro a Antônio Ermírio de Moraes já indicava um descontentamento latente de figuras como FHC, Serra e Covas em relação a Quércia, sugerindo que a ruptura seria apenas uma questão de tempo. Uma das hipóteses formuladas diz respeito à incapacidade do PMDB de acomodar tantos políticos. É importante mencionar que, em outros estados brasileiros, políticos também estavam excluídos da estrutura partidária, como Pimenta da Veiga, em Minas Gerais, e José Richa, no Paraná.

Após a formação do partido, os políticos ligados ao PSDB enfrentaram resultados eleitorais decepcionantes, como demonstrado nas eleições de 1988, em que obtiveram votações aquém do esperado. As eleições presidenciais de 1989 representaram o primeiro grande desafio. Covas alcançou apenas o quarto lugar no primeiro turno. Posteriormente, após o *impeachment* do presidente Fernando Collor, o PSDB integrou o governo de Itamar Franco

e desempenhou um papel crucial na implementação do Plano Real, o que contribuiu para a eleição de Fernando Henrique Cardoso como presidente da República.

Foi realizada, além disso, uma discussão teórica sobre o conceito de social-democracia. Confirmou-se a hipótese de que essa corrente defendia a universalização dos direitos sociais para toda a população, especialmente na Europa, onde muitos não tinham acesso a salário mínimo, férias remuneradas ou aposentadoria. Destacou-se o surgimento do Estado de bem-estar social (*welfare state*) como resposta à ausência de um sistema de proteção social. Nota-se que a social-democracia buscava expandir os direitos sociais e representar os trabalhadores por meio da participação política. Observa-se, também, que essa corrente passou por transformações, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando os governos começaram a intervir na economia e implementar políticas de pleno emprego, incluindo aumentos salariais e estímulo ao consumo, influenciados pela pressão exercida pelos sindicatos.

As crises enfrentadas pelos Estados europeus, marcadas pelos crescentes déficits fiscais, impulsionaram mudanças significativas na economia. As políticas do Estado de Bem-Estar Social, que anteriormente haviam sido vistas como soluções para promover o bem-estar social, já não produziam mais os resultados esperados, sinalizando o fim de um período de prosperidade.

Nesse contexto, os neoliberais advogaram pela privatização da economia e pela redução dos déficits fiscais através do controle dos gastos públicos, com o objetivo de dinamizar a economia. Ao explorar essa premissa, conclui-se que a social-democracia passou por um processo de transformação, adotando certos princípios do ideário neoliberal. Nesse sentido, o sociólogo Anthony Giddens desenvolveu os princípios da chamada terceira via, que propunha políticas voltadas para a defesa do meio ambiente, a privatização de empresas, a abertura econômica diante da globalização e o controle dos gastos fiscais. Analisar a terceira via permitiu compreender como as ideias de Giddens influenciaram indiretamente os discursos dos fundadores do PSDB.

No que diz respeito ao conceito de cultura política, a abordagem realizada possibilitou analisar os discursos e comportamentos dos membros fundadores do PSDB. Nota-se que a cultura política se refere aos comportamentos de grupos políticos em uma determinada conjuntura, com foco especial no debate social-democrata promovido pelos responsáveis pela fundação do partido. Para isso, foram privilegiadas as análises de Serge Bernstein, um expoente da escola francesa de estudos sobre cultura política, que se tornou objeto de estudo no campo político após a reformulação da História Política.

No entanto, também foram utilizadas análises da escola inglesa de estudos sobre cultura política, conhecida como contextualismo linguístico, com expoentes como Quentin Skinner e Pocock. Essa abordagem considera que os atores políticos se valem de um repertório de ideias para criar formas de ação social no campo político. Conclui-se que FHC incorporou as ideias de Giddens, criando um repertório de ideias baseadas no pensamento do sociólogo inglês. Valores como defesa da privatização, controle dos gastos públicos, abertura econômica e proteção ao meio ambiente fizeram parte do pensamento de FHC, adaptado à realidade brasileira.

Observa-se que os fundadores do PSDB tinham um projeto político que defendia temas sensíveis, como a privatização de setores da economia, a abertura econômica e a modernização do país. Mantiveram uma postura crítica em relação ao cartorialismo e ao populismo, considerando tais práticas prejudiciais ao desenvolvimento nacional.

Finalmente, acredita-se que esta dissertação apresenta um estudo inédito sobre a cultura política do PSDB, contribuindo para discussões sobre a cultura política brasileira.

REFERÊNCIAS

- **Documentação**

BRESSER-PEREIRA, L. C. Crise e renovação da esquerda na América Latina. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 21, p. 41–54, out. 1990. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/ZgZvpsdkjtJvFwcrDLtjtsF/#. Acesso em: 30 mar. 2024.

CARDOSO, F. H. **A crise e as opções nacionais.** [Discurso proferido em sessão parlamentar no dia 28 jan. 1988]. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://acervo.ifhc.org.br/. Acesso em: 4 maio 2021.

CARDOSO, F. H. **A Social-Democracia**: o que é, o que propõe para o Brasil. São Paulo: [s. *n.*], 1990a. p. 15. Disponível em: http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/biblioteca/36575470.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.

CARDOSO, F. H. **Cadernos da Social-Democracia.** Rio de Janeiro: Fundação Teotônio Vilela, 1990b.

CARDOSO, F. H. Mudanças outra vez. **O Taubateano**, Taubaté, 26 mar. 1987a, n. p.

CARDOSO, F. H. Novos rumos. **O adamantinense**, [Adamantina], 12 abr. 1987b, n. p.

CARDOSO, F. H. Perspectivas da social-democracia na América Latina vistas do ângulo do Brasil. *In*: DAVID, M. D. (org.). **Social-democracia hoje**. Rio de Janeiro: Fundação Teotônio Vilela, 1990c. p. 7-32.

CASADO, J. Mandato de 5 anos foi mais uma vitória do "Centrão". **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 3 jun. 1988. Constituinte, p. 6. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/111653/1988_01%20a%2005%20de%20Junho_115c.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 jan. 2020.

COVAS, M. Discurso. Desapropriação para fins de reforma agrária. Brasília, Assembleia Nacional Constituinte, 29 ago. 1988 [DANC de 30/8/1988, p. 13710]. *In*: MARTINS, O. (ed.). **Mário Covas**. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2014. (Série Perfis Parlamentares, n. 68). p. 343-345.

COVAS, M. Discurso do Sr. Mário Covas, publicado no DANC de 2-6-1988, que se republica por haver saído com omissões. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**, Brasília, DF, ano 11, n. 273, p. 11687- 11809, 30 jun. 1988. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/273anc30jun1988.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

COVAS, M. Discurso. Encaminhamento de votação dos Princípios Fundamentais da Constituição Federal. Brasília, Assembleia Nacional Constituinte, 27 jan. 1988 [DANC de 28/1/1988, p. 6635]. *In*: MARTINS, O. (ed.). **Mário Covas**. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2014. (Série Perfis Parlamentares, n. 68). p. 327-331.

COVAS, M. Discurso. Julgamento do impeachment do presidente da República Fernando Collor. Brasília, Senado Federal, 29 dez. 1992 [DCN-2, Órgão Judiciário, de 30/12/1992, p.

2774]. *In*: MARTINS, O. (ed.). **Mário Covas**. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2014. (Série Perfis Parlamentares, n. 68). p. 405-410.

COVAS, M. Discurso na comissão de sistematização. Brasília, Assembleia Nacional Constituinte, 5 maio 1988. *In*: MARTINS, O. (org.). **Mário Covas**. Democracia: defender, conquistar e praticar. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

COVAS, M. Discurso. O desafio de ser presidente da República. Brasília, Senado Federal, 28 jun. 1989 [DCN-2 de 29/6/1989, p. 3205]. *In*: MARTINS, O. (ed.). **Mário Covas**. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2014. (Série Perfis Parlamentares, n. 68). p. 353-365.

COVAS, M. Discurso. Processo de impeachment do presidente da República Fernando Collor. Brasília, Senado Federal, 19 nov. 1992 [DCN-2 de 20/11/1992, p. 9211]. *In*: MARTINS, O. (ed.). **Mário Covas.** Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2014. (Série Perfis Parlamentares, n. 68). p. 385-403.

COVAS, M. Discurso sobre a valorização do capital humano sobre a ordem econômica. Brasília, Assembleia Nacional Constituinte, abr. 1988. *In*: MARTINS, O. (org.). **Mário Covas**. Democracia: defender, conquistar e praticar. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011. p. 177-178.

COVAS, M. Discurso sobre posição contrária ao mandato e saída do PMDB. Brasília, Assembleia Nacional Constituinte, 4 jun. 1988. *In*: MARTINS, O. (org.). **Mário Covas**. Democracia: defender, conquistar e praticar. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

COVAS, M. Discurso. Votação do período de mandato do presidente José Sarney. Brasília, Assembleia Nacional Constituinte, 26 maio 1988 [DANC de 27/5/1988, p. 10841]. *In*: MARTINS, O. (ed.). **Mário Covas**. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2014. (Série Perfis Parlamentares, n. 68). p. 335-337.

COVAS vence a disputa para líder do PMDB na Constituinte. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 mar. 1987. Política, p. A6. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/ bitstream/handle/id/112543/1987_12%20a%2020%20de%20Marco_104b.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 jun. 2020.

DISSIDENTES debatem estatuto do novo partido. **Folha de S.Paulo,** São Paulo, 4 jun. 1988. Política, p. A5. Disponível em: http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10254&anchor=4114976&origem=busca&originURL=&pd=cf243b676a4b8c0e9f2c3e27cc92255e. Acesso em: 20 out. 2019.

FRANCO MONTORO, A. **Arquivo Franco Montoro – Produção intelectual.** Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getulio Vargas (CPDOC-FGV). Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/ AFM_PI/0. Acesso em: 20 out. 2019.

FRANCO MONTORO, A. **Documentos sobre a criação do PSDB**. Constam esboços do logotipo, estatuto, escolha do mascote e votação para o nome do partido. Além de documentos que tratam do lançamento oficial do partido. Brasília, 1988a. Arquivo Andre Franco Montoro – Produção Intelectual. Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas

(CPDOC-FGV). Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=AFM_AE_AP&pasta=AFM%20ae%20ap%201988.06.07&pagfis=5316. Acesso em: 16 nov. 2021.

FRANCO MONTORO, A. Economia Social de Mercado. *In*: DAVID, M. D. (org.). **Social-democracia hoje.** Rio de Janeiro: Fundação Teotônio Vilela, 1990.

FRANCO MONTORO, A. **Nasce o partido dos tucanos.** Discurso na assembleia de fundação do PSDB. Brasília, 20 jun. 1988b. Arquivo Andre Franco Montoro – Produção Intelectual. Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getulio Vargas (CPDOC-FGV). Disponível em: https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AFM/textual/nasce-o-partido-dos-tucanos-discurso-de-franco-montoro-por-ocasiao-da-fundacao-do-psdb. Acesso em: 20 out. 2019.

JAGUARIBE, H. Introdução a Social-Democracia. Seminário Internacional sobre Social Democracia (1987). *In*: JAGUARIBE, H. (org.). **A Proposta social-democrata**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. p. 3-16.

LOPES, M. Covas anuncia saída do PMDB e põe cargo à disposição. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 jun. 1988. Política, p. A5. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/id/68051/1/noticia.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

NOBLAT, Ricardo. Por que Sarney governará 5 anos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 jun. 1988. Coisas da Política, p. 11. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/111601/01_05%20jun88%20%200072.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 jan. 2021.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira.** Com alterações aprovadas durante a XI Convenção Nacional do PSDB, em 18 de maio de 2013. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2013. Disponível em: https://tucano.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Estatuto-Web.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

PEFELISTA diz que resultado abala candidatura de Ulysses. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 mar. 1987. Política, p. A6. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/112455/1987_12%20a%2020%20de%20Marco_104f.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 15 jun. 2020.

PIMENTA DA VEIGA, J. Discurso pronunciado durante o encontro de lideranças políticas da Baixada Santista. Santos, 30 abr. 1988. *In*: CHRISTIANO, R. **De volta ao começo!** As raízes de um PSDB militante que nasceu na oposição. Brasília: Instituto Teotônio Vilela; São Paulo: Geração Editorial, 2003. p. 116.

PIRES, C. Pimenta da Veiga diz que o "sonho acabou" e deixa o PMDB. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 25 mar. 1988. Política, p. 5. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/122991/23%20a%2025%20de%20marco%20-%200123.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 jan. 2021.

PORCELLO, F. Deputado pede apoio de Pedro Simon para eleição direta em 1988. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 25 mar. 1988. Política, p. 5. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/122991/23%20a%2025%20de%20marco%20-%200123.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 jan. 2021.

SERRA, J. A Clara de Ovo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 jan. 1988b. Opinião, p. A2. Disponível em: https://www.joseserra.com.br/artigo-na-folha-a-clara-de-ovo/. Acesso em: 31 mar. 2024.

SERRA, J. **Artigos**. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.joseserra.com.br/categoria/artigos/. Acesso em: 31 mar. 2024.

SERRA, J. Intenção e fato. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 2 fev. 1988b. Opinião, A2. Disponível em: https://www.joseserra.com.br/artigo-na-folha-intencao-e-fato/. Acesso em: 31 mar. 2024.

SERRA, J. O modelo que inexiste. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 dez. 1988c. Opinião, A2. Disponível em: https://www.joseserra.com.br/artigo-na-folha-o-modelo-que-inexiste/. Acesso em: 31 mar. 2024.

SERRA, J. Sete teses corretas (Comentários sobre a visão econômica do PSDB). *In*: DAVID, M. D. (org.). **Social-democracia hoje**. Rio de Janeiro: Fundação Teotônio Vilela, 1990. p. 95-99.

- **Estudos**

ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The civic culture:** political attitudes and democracy and five nations. Boston: Little, Brown & Company, 1965.

ALONSO, A. **Ideias em Movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, P. O balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.

BERSTEIN, S. A cultura política. *In*: RIOUX, J.-P.; SIRINELLI, J.-F. (dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

BERSTEIN, S. Os partidos. *In*: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

BLOCH, M. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BUSETTO, Á. **A democracia cristã no Brasil**: princípios e práticas. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CARDOSO, F. H. **A arte da política**: a história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, F. H; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASARÕES, G. A corrupção no governo Collor. *In*: BIASON, R. de C.; LIVIANU, R. (org.). **A corrupção na História do Brasil**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2019. p. 149-165.

CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999.

CHRISTIANO, R. **De volta ao começo!** As raízes de um PSDB militante que nasceu na oposição. Brasília: Instituto Teotônio Vilela; São Paulo: Geração Editorial, 2003.

COELHO, R. M. **Social-Democracia**: formas e reformas. São Paulo: Humanitas, 2001.

DULCI, M. S**. O PSDB**: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/BUBD-A9FNVP. Acesso em: 15 jun. 2021.

DUTRA, E. R. de F. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. **Varia História,** Belo Horizonte, v. 18, n. 28, p. 13-28, dez. 2002. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/files/historiaeculturaspoliticas_ElianaDutra.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ESPING-ANDERSEN, G. **The Three Worlds of Welfare Capitalism.** Princeton: Princeton University Press, 1990.

FALCON, F. História e Poder. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-91.

FAORO, R. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987.

GIDDENS, A. **A Terceira Via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GUIOT, A. P. **Um "moderno príncipe" da burguesia brasileira**: o PSDB (1988-2002). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Extremos**: breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

KINZO, M. D. G. O quadro partidário e a Constituinte. *In*: LAMOUNIER, B. (org.). **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: IDESP: Editora Sumaré, 1990. p. 105-134.

LAHUERTA, M. **Intelectuais e Transição**: entre a política e a profissão. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 1993.

LOVATTO, A. A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe – os tempos do Iseb. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 3, 59-88, 2004. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18983. Acesso em: 3 abr. 2022.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, O. (ed.). **Mário Covas**. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2014. (Série Perfis Parlamentares, n. 68).

MARTINS, O. (org.). **Mário Covas**. Democracia: defender, conquistar e praticar. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

MELHEM, C. S. **Política de Botinas Amarelas**: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988. São Paulo: Hucitec, 1998.

MOTTA, R. P. S. Desafios e possibilidades na apropriação da cultura política pela historiografia. *In*: MOTTA, R. P. S. (org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 13-37.

MOURA, A. R. Rumo à entropia: a política econômica de Geisel a Collor. *In*: LAMOUNIER, B. (org.). **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: IDESP: Editora Sumaré, 1990. p. 37-59.

MYRDAL, G. **Beyond Welfare State.** New York: Yale University Press, 1960.

NAVARRO, V. Existe uma terceira via? Uma resposta à "terceira via" de Giddens. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 48, p. 175-244, 1999. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000300010. Acesso em: 20 nov. 2021.

NUNES, E. de O. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

POCOCK. J. G. A**. Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RÉMOND, R. Uma história presente. *In*: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36.

ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 17, n. 49, p. 71-92, jun. 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200006. Acesso em: 10 jan. 2021.

ROSANVALLON, P. Por uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3782. Acesso em: 5 jan. 2021.

SALLUM JR., B. **O impeachment de Fernando Collor**: sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015.

SOMERS, M. R. Narrando y naturalizando la sociedad civil y la teoría de la ciudadanía el lugar de la cultura política y de la esfera pública. **Zona abierta**, Madrid, n. 77-78, p. 255-337, 1996-1997. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/197rrKckiTWFNXe2rnt5hdcG2qNaz_zGY/view. Acesso em: 20 nov. 2022.

SKIDMORE, T. **Uma História do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Q. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

SORJ, B. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

VIEIRA, S. M. **O partido da social democracia brasileira**: trajetória e ideologia. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/12408. Acesso em: 5 jun. 2021.